



RELATÓRIO E CONTAS

2024



unimedeiras



unimadeiras
A FLORESTA É A NOSSA VIDA





A FLORESTA É A NOSSA VIDA

GRUPO UNIMADEIRAS



unimadeiras
A FLORESTA É A NOSSA VIDA



unifloresta
CERTIFICAÇÃO FLORESTAL



unipellets
VALUING BIODIVERSITY

ÍNDICE

<i>MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</i>	06
02. GRUPO UNIFLORESTA	10
03. POLÍTICA FLORESTAL DE ABASTECIMENTO	17
04. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO PORTUGAL	18
05. RELATÓRIO DE GESTÃO UNIMADEIRAS	30
A) ANÁLISE ESTRATÉGICA AO DESEMPENHO DA UNIMADEIRAS	31
B) SUMÁRIO FINANCEIRO	35
C) ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	41
D) PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	44
E) PERSPECTIVAS FUTURAS	46
F) ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	47
06. RELATÓRIO DE GESTÃO DA UNIPELLETS	81
A) ANÁLISE ESTRATÉGICA AO DESEMPENHO DA UNIPELLETS	82
B) SUMÁRIO FINANCEIRO	85
C) ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	86
D) PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	87
E) PERSPECTIVAS FUTURAS	88
F) ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	89
07. RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE	107
A) COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE	109
B) ABORDAGEM ESTRATÉGICA À SUSTENTABILIDADE	115
C) LINHAS DE AÇÃO FUTURA	117
<i>CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL</i>	119

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS:

O ano de 2024 representou um marco significativo para a Unimadeiras, não apenas pelo encerramento de um ciclo de crescimento e consolidação, mas sobretudo pela forma estratégica como redefinimos o nosso futuro. Foi um ano de transformação estrutural, que nos permitiu não só consolidar a nossa posição como referência no setor florestal, mas também preparar a empresa para uma nova fase de expansão e inovação.

Ao longo dos seus 50 anos de história, a Unimadeiras consolidou-se como um pilar fundamental na fileira florestal em Portugal, resistindo a crises económicas, desafios regulatórios e transformações estruturais no setor. Se os primeiros 40 anos foram marcados por um crescimento sustentado e pelo reforço da sua presença no mercado, a última década destacou-se pela adaptação estratégica a um mundo em rápida mudança, onde a sustentabilidade, a inovação e a gestão eficiente dos recursos naturais se tornaram imperativos inadiáveis.

A segmentação da Unimadeiras e da Unipellets em duas entidades consolidantes reflete a nossa visão estratégica para o futuro. Este movimento levou a uma redução do volume de negócios individual, mas não deve ser interpretado apenas sob essa ótica. Mais do que nunca, entendemos que uma organização moderna e robusta não se mede apenas pelas suas vendas, mas sim pela sua capacidade de adaptação, criação de valor e resiliência. A segmentação permite-nos um foco mais aprofundado em cada um dos nossos negócios, otimizando operações, melhorando margens e garantindo um crescimento sustentável.

A partir de 2014, a Unimadeiras reforçou a sua posição de liderança, expandindo a sua influência para além do fornecimento de matéria-prima para a indústria. A certificação florestal consolidou-se como um dos seus pilares estratégicos, garantindo que os princípios da gestão sustentável fossem aplicados a todo o seu ecossistema de produção e abastecimento. O compromisso com as certificações FSC® e PEFC manteve-se inabalável, assegurando aos nossos clientes e parceiros um fornecimento responsável e alinhado com as exigências do mercado global.

Entre 2014 e 2024, a Unimadeiras consolidou a sua presença no setor florestal, mantendo o seu foco na gestão sustentável e no fornecimento eficiente de matéria-prima para a indústria. A modernização da cadeia de abastecimento e os investimentos na otimização logística garantiram uma resposta ágil às exigências do mercado. Paralelamente, a diversificação do negócio tornou-se uma estratégia essencial, com a entrada dos pellets no grupo através da Unipellets. Esta aposta reforçou o compromisso com a transformação energética da indústria, oferecendo soluções

eficientes e sustentáveis para a descarbonização dos processos produtivos, através do fornecimento de biocombustíveis certificados e de elevado desempenho.

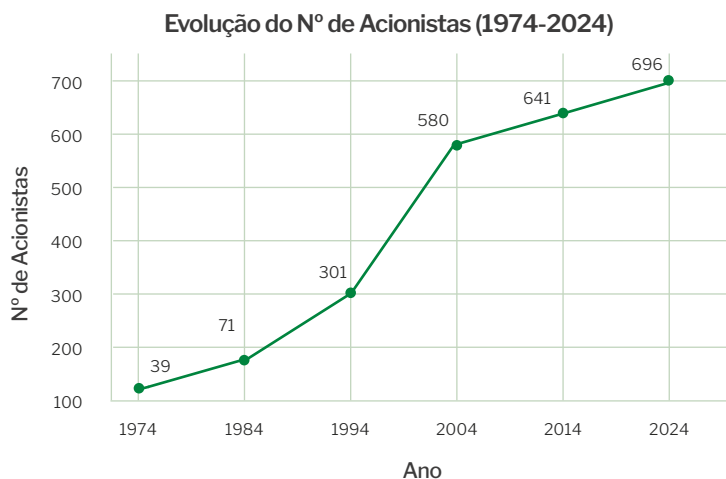


Gráfico 1
N° de acionistas

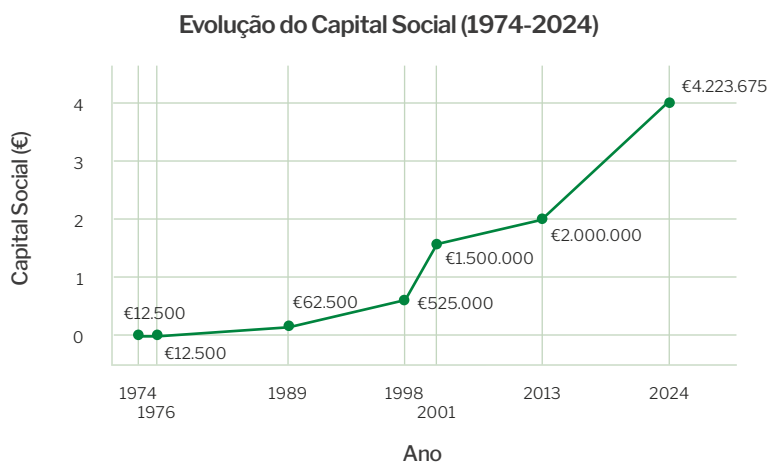


Gráfico 2
Previsões Macroeconômicas Globais (Dezembro)

Este caminho reflete a essência do nosso propósito:

Regenerar a floresta, impulsionar o futuro.

Na Unimadeiras, acreditamos que a floresta é o coração de um ecossistema de oportunidades. Não nos limitamos a extrair recursos – transformamos o setor florestal através de uma gestão sustentável e inovadora, promovendo um equilíbrio entre economia, ambiente e sociedade. A nossa missão é regenerar paisagens, criar valor para as comunidades e construir um futuro onde a floresta seja um pilar essencial do desenvolvimento sustentável.

Crescemos com a floresta. Evoluímos com as pessoas. Transformamos o amanhã.

A transparência e a fiabilidade das nossas demonstrações financeiras são fatores críticos para o posicionamento estratégico da empresa, garantindo que cada decisão é tomada com base em informação rigorosa e alinhada com as melhores práticas internacionais. Sabemos que somos uma empresa atrativa no setor, mas, mais importante do que isso, conhecemos profundamente o valor da nossa proposta.

Não nos movemos apenas pela oportunidade, mas pela responsabilidade que assumimos no setor florestal nacional.

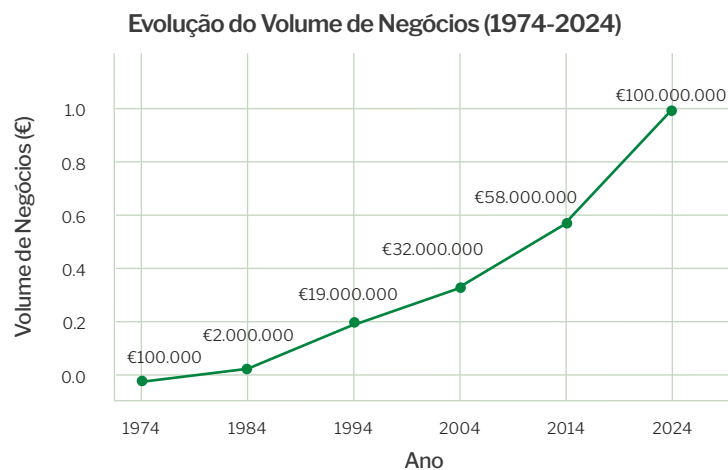


Gráfico 3
Volume de Negócios

A nossa liderança no mercado não se limita à comercialização de madeira e pellets e respetiva otimização logística dos processos. Estamos na vanguarda do conhecimento e da negociação sobre a floresta de conservação e de créditos de carbono, temas que se tornaram centrais nas discussões globais sobre sustentabilidade e transição energética. As alterações climáticas impõem uma nova dinâmica de gestão dos ativos florestais e a Unimadeiras tem estado na linha da frente destas discussões. Estamos envolvidos na definição de metodologias para a valorização dos créditos de carbono e na negociação de projetos que permitirão aos proprietários florestais maximizar o valor dos seus ativos de forma sustentável.

A crescente exigência por práticas ESG (ambientais, sociais e de governança) desafiou a Unimadeiras a assumir um papel ainda mais ativo na construção de um setor florestal responsável. Para responder a esta transformação, em 2024 a empresa deu início a um processo estruturado de certificação ESG, reiterando o seu compromisso com a transparência, a ética empresarial e a valorização do território. Com um modelo de


negócio orientado para a sustentabilidade, a Unimadeiras reafirma o seu propósito de criar valor para os seus acionistas, fornecedores e clientes, garantindo simultaneamente a proteção dos recursos florestais para as gerações futuras.

Por vezes, é necessário parar, reorganizar e profissionalizar a estrutura antes de dar os próximos passos de crescimento. 2024 foi um ano de grande modernização do nosso relato financeiro, com a transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), um movimento essencial para alinhar a empresa com as melhores práticas internacionais e preparar o futuro. Esta mudança não é apenas um requisito técnico, mas sim um reflexo da maturidade da Unimadeiras enquanto organização preparada para atuar num mercado globalizado e com acesso a novas oportunidades de financiamento e investimento.

Nesta trajetória de meio século, um dos maiores trunfos da Unimadeiras foi a sua capacidade de adaptação e resiliência, mantendo-se fiel à sua identidade e missão. A empresa continua a liderar pela inovação, pela solidez da sua estrutura acionista – hoje somos 696 acionistas – e pela relação de confiança estabelecida com todos os stakeholders.

Ao celebrarmos este marco histórico, a Administração da Unimadeiras expressa um profundo agradecimento a todos os que contribuíram para este percurso de sucesso: acionistas, clientes, fornecedores e parceiros. O passado inspira-nos, mas é no futuro que depositamos a nossa ambição. Continuaremos a crescer, a inovar e a fortalecer o setor florestal português, com a mesma determinação e espírito visionário que nos trouxeram até aqui.

Unimadeiras: 50 anos de compromisso com a floresta, com o mercado e com o futuro.
O Conselho de Administração

A close-up photograph of a hop plant. The image shows several green, serrated leaves in the foreground and background. A bright sunburst effect is visible in the center, with rays of light extending outwards. The overall scene is brightly lit, suggesting a sunny day.

02.

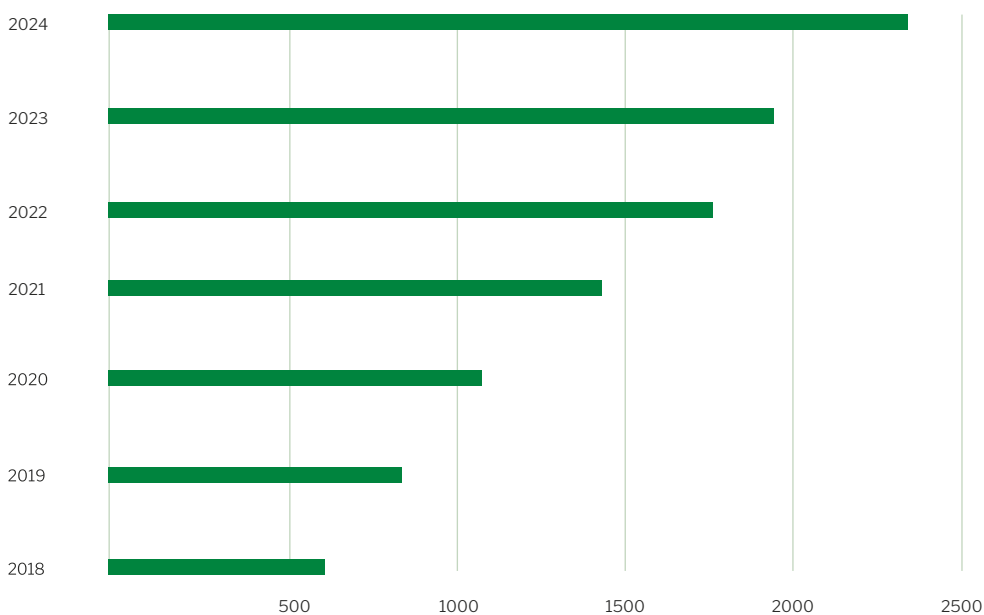
GRUPO UNIFLORESTA

2.1 EVOLUÇÃO DE MEMBROS E DA UNIDADE DE GESTÃO FLORESTAL

Em 2024, o grupo Unifloresta registou um aumento em 347 novos aderentes, somando agora um total de 2302.

A área certificada aumentou para 34.511 hectares, subdividida em 28.780 parcelas.

Evolução do número de aderentes

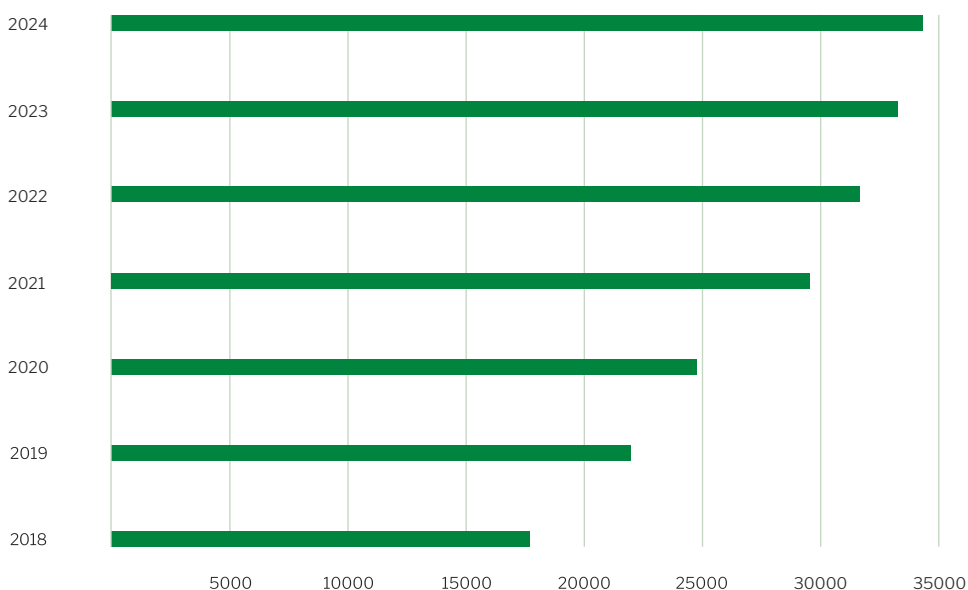


Como podemos verificar no gráfico seguinte, nos últimos anos o número de aderentes do grupo Unifloresta tem evoluído de forma regular, a média anual de crescimento cifra-se agora em

27%

A FLORESTA É A NOSSA VIDA

Evolução da área (valores em hectares)

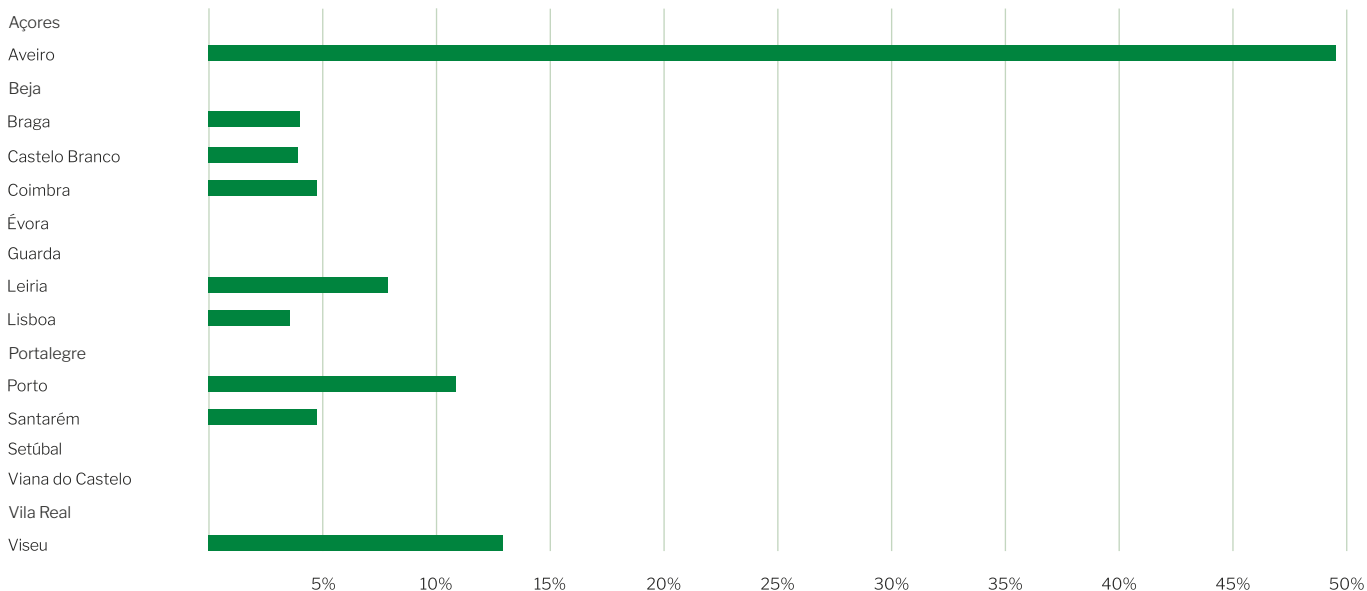


Relativamente à área certificada, a média anual de crescimento cifra-se agora em

28%

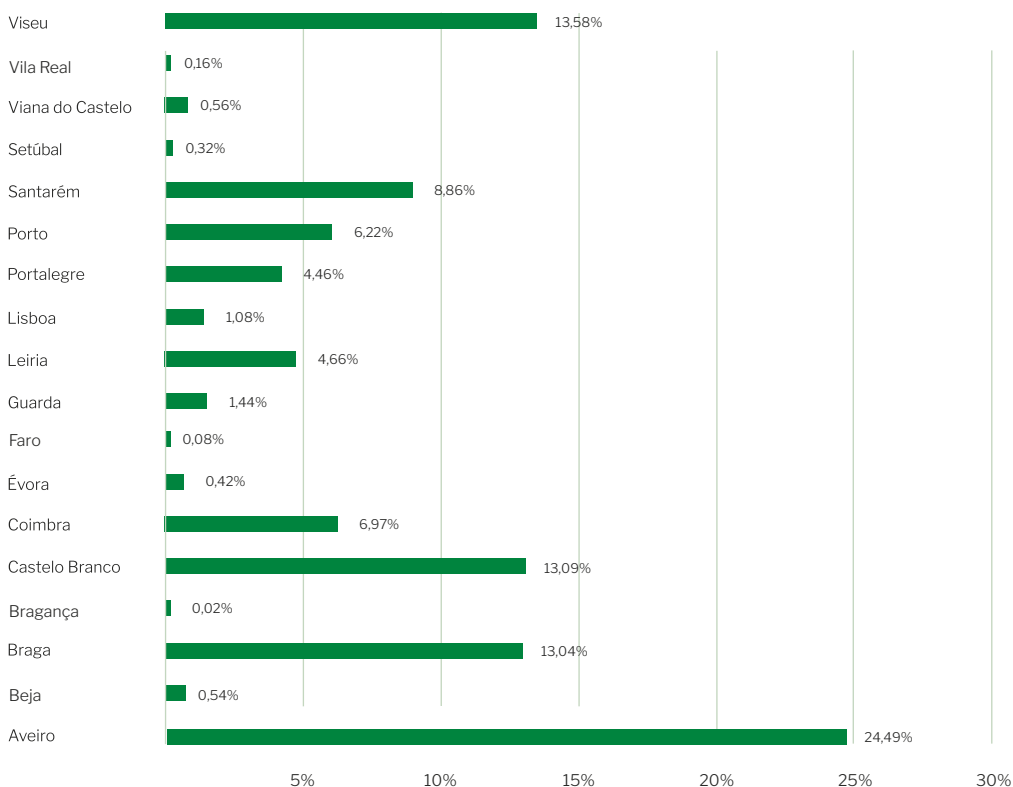
No gráfico abaixo podemos verificar a dispersão de aderentes do grupo por distrito, ressaltando uma clara incidência no distrito de Aveiro, seguida pelos distritos de Viseu, Porto e Leiria:

Distribuição de aderentes por distrito (valores em percentagem)

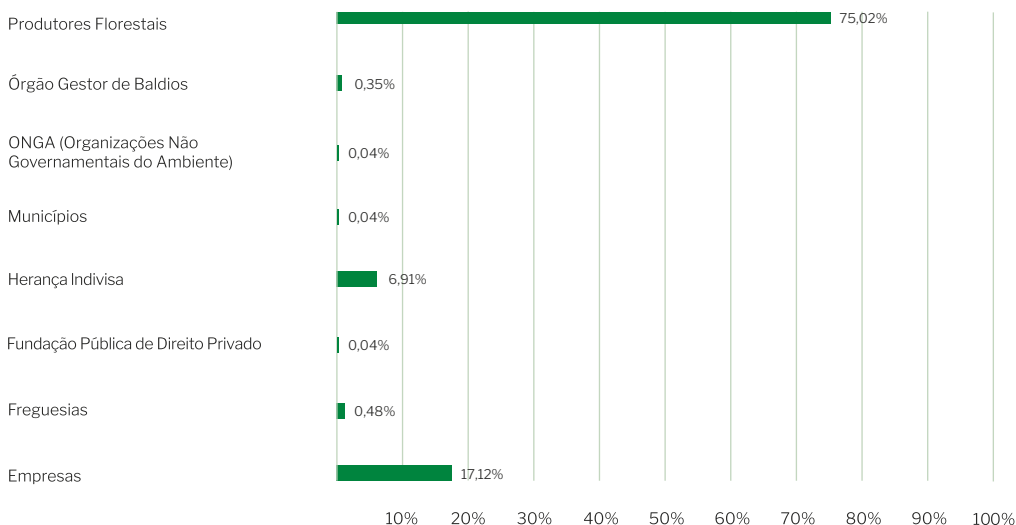


O grupo Unifloresta está presente em 174 concelhos de Portugal, com a seguinte distribuição de áreas, por distrito:

Distribuição da área da unidade de gestão florestal do grupo Unifloresta, por distrito (valores em percentagem de área)



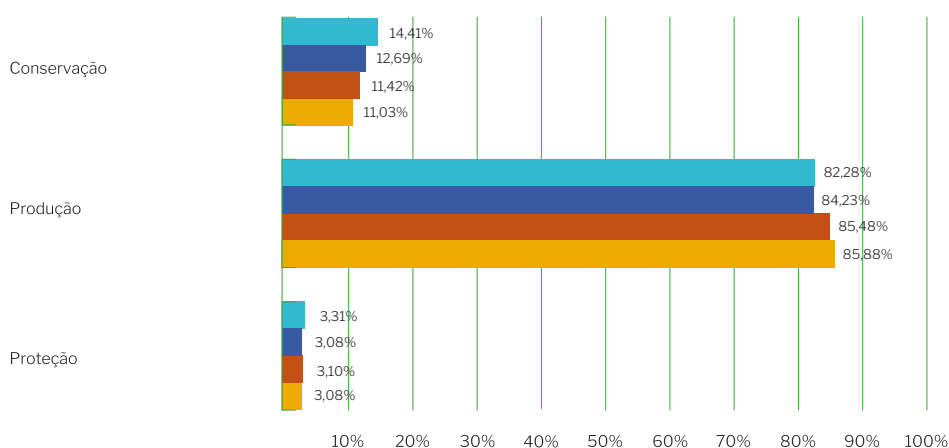
Tipologia de proprietários (valores em percentagem)



Os aderentes são maioritariamente proprietários privados, em particular produtores florestais individuais.

O principal objetivo de gestão das propriedades continua a ser de produção de madeira, verificando-se um ligeiro decréscimo na percentagem de área de conservação e de proteção, face aos anos anteriores.

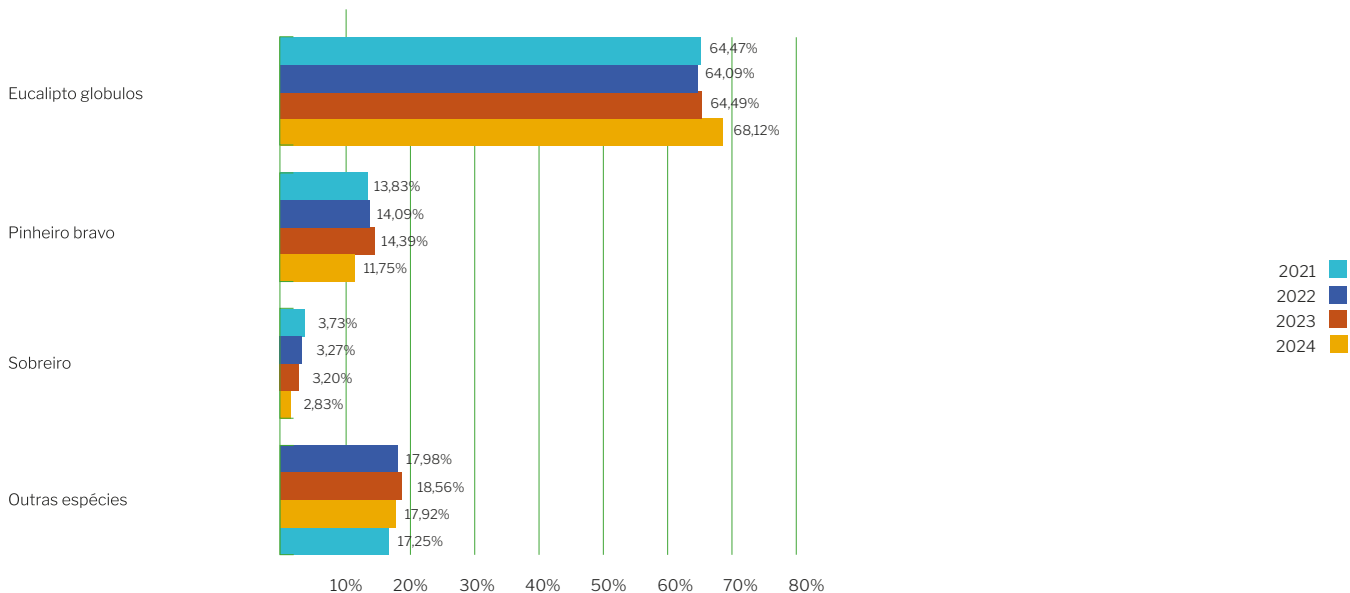
Objetivos de gestão das propriedades (valores em percentagem de área)



Relativamente à evolução da unidade de gestão florestal, verificou-se uma ligeira redução na percentagem de área ocupada por pinheiro bravo, sobreiro e outras espécies e um ligeiro crescimento da percentagem de área ocupada por Eucalipto.

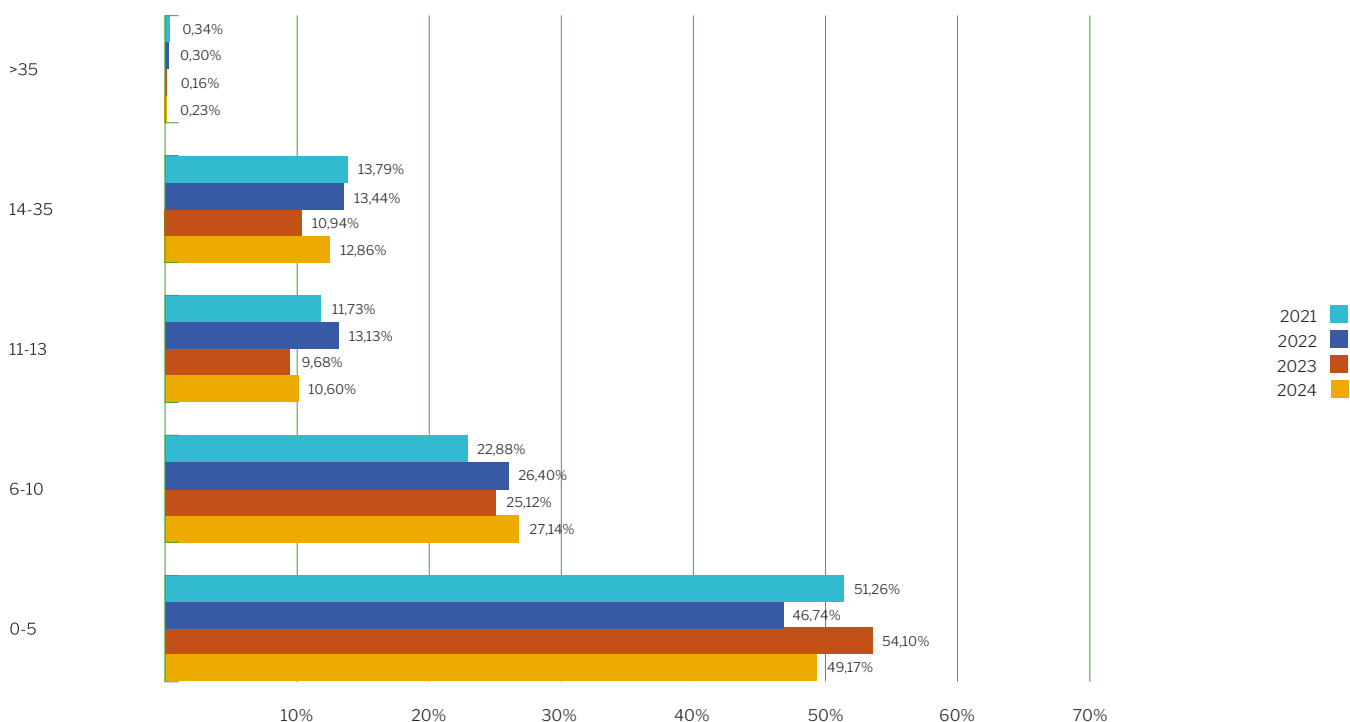
Conforme podemos verificar no gráfico seguinte, 68,16% da área de produção está agora ocupada com eucalipto glóbulos, 11,75% com pinheiro bravo e 2,83% com sobreiro, sendo os restantes 17,25% de área ocupada com outras espécies:

Ocupação do solo (valores em percentagem de espécie)

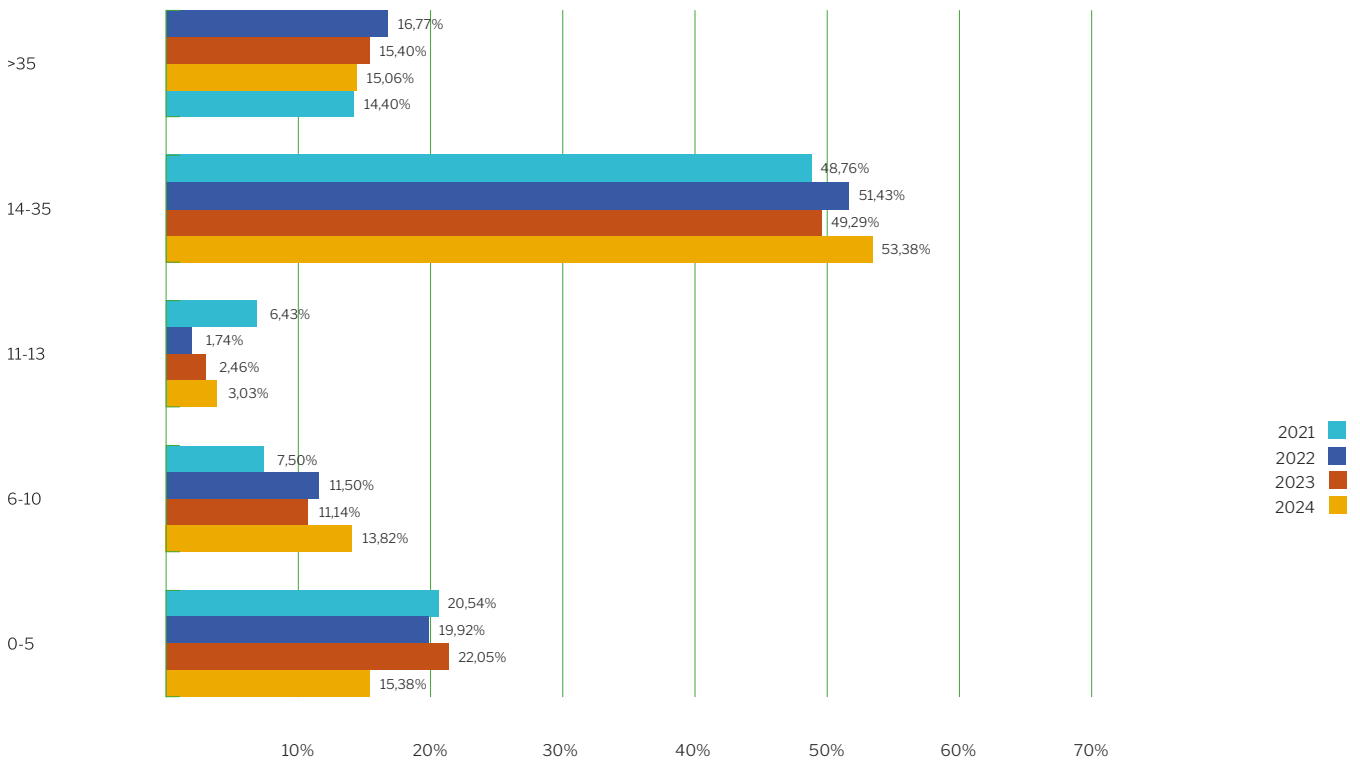


No final de 2024, os povoamentos florestais de eucalipto e pinheiro apresentavam a seguinte classificação média por idades:

Média da idade dos povoamentos de eucalipto (valores em intervalo de anos)



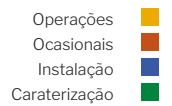
Média da idade dos povoamentos de pinheiro (valores em intervalo de anos)



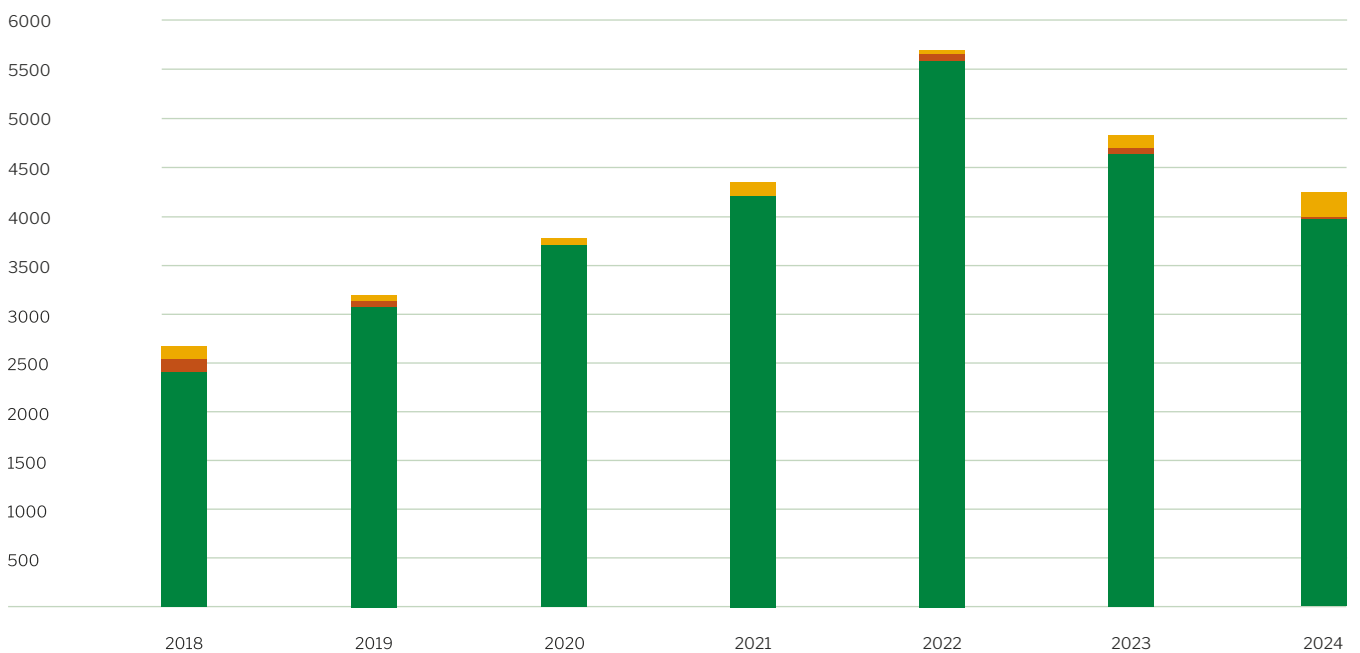
2.2 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VISTORIAS

Em 2024, registou-se uma ligeira redução no número total de vistorias, comparativamente com 2023.

Esta redução deveu-se, fundamentalmente, a um menor número de adesão de novas propriedades ao grupo.



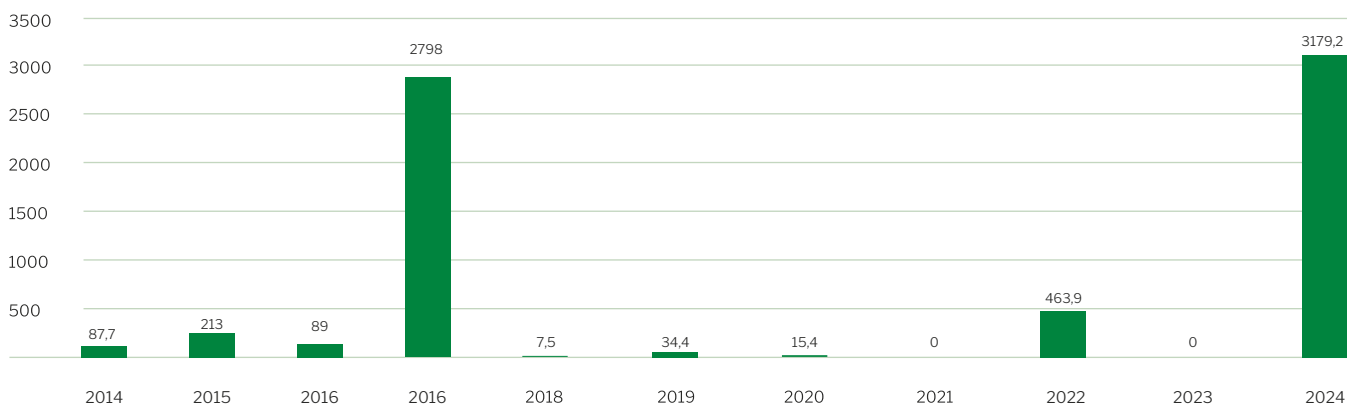
Evolução do número de vistorias por tipo



2.3 INCÊNDIOS FLORESTAIS

Em 2024 a área certificada ardida sofreu um enorme aumento, 9% do total de área certificada foi afetada por incêndios, dos quais cerca de 98% nos grandes incêndios de setembro.

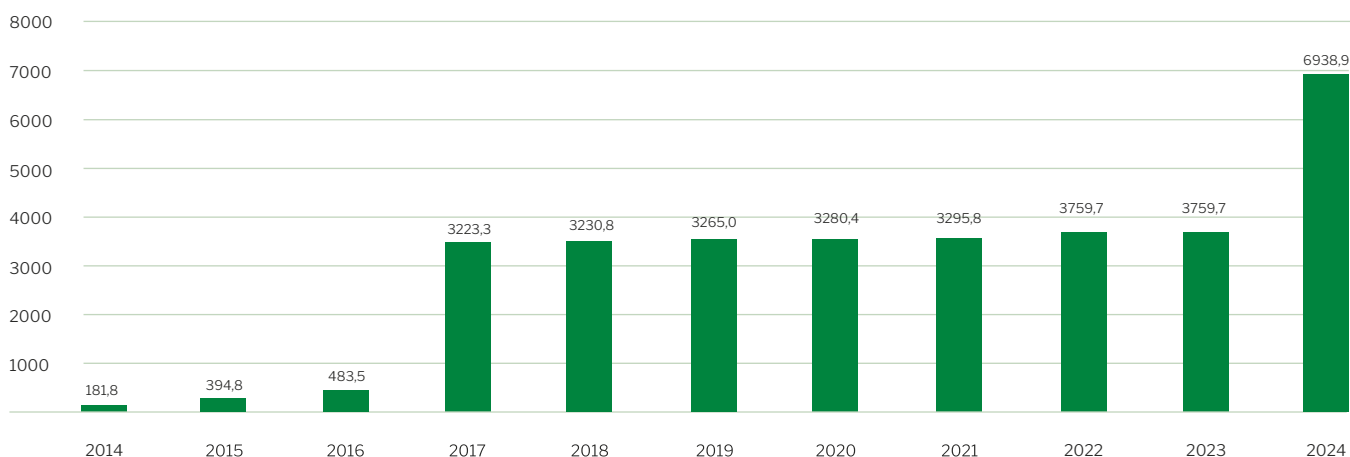
Evolução da área ardida na unidade de gestão florestal (valores em hectares de área ardida)



Desde a formação do grupo arderam mais de 6938 hectares de área.

No gráfico seguinte analisa-se o acumulado de área ardida, desde 2014.

Acumulado de área ardida na unidade de gestão florestal (valores em hectares de área ardida)



03.

POLÍTICA FLORESTAL E DE ABASTECIMENTO

A **UNIMADEIRAS — PRODUÇÃO, COMÉRCIO E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, S.A.**, suporta a sua estratégia de desenvolvimento da atividade florestal em princípios de sustentabilidade económica, responsabilidade social e compromisso ambiental, estabelecendo os objetivos e compromissos que a seguir se elencam e com os quais se comprometem também os aderentes dos grupos Unifloresta e Unigrupo:

- Promover a otimização da capacidade produtiva da floresta;
- Reconhecer e valorizar as externalidades positivas geradas;
- Implementar boas práticas de gestão florestal que salvaguardem os valores ambientais presentes;
- Contemplar as preocupações e expectativas das partes interessadas nas decisões de gestão;
- Cumprir a legislação portuguesa, regulamentos e normas de gestão e cadeia de custódia aplicáveis e incentivar o seu cumprimento por todos aqueles que desenvolvem atividades comerciais e em áreas certificadas;
- Assumir um compromisso de longo prazo na gestão das florestas, consistente com os princípios e critérios da gestão florestal responsável e sustentável;
- Implementar e manter um sistema de gestão florestal, controlando e monitorizando as atividades desenvolvidas e procedendo à sua revisão numa abordagem de melhoria contínua;
- Assegurar as condições de saúde e segurança no trabalho recomendadas pela OIT aos trabalhadores e fornecedores de serviços;
- Garantir que não recorre a qualquer tipo de exploração de trabalho infantil e proíbe e condena em absoluto as piores formas do mesmo;
- Promover as boas e francas relações de trabalho entre todos os seus colaboradores, não permitindo quaisquer formas de trabalho forçado ou obrigatório, violência, práticas de gestão que possam conduzir à retenção de salários ou prémios, restrições à mobilidade, retenção de documentos de identificação ou ameaças de denúncia às autoridades;
- Não permitir qualquer tipo de discriminação no recrutamento, contratação, evolução profissional, oportunidades de formação, processos de consulta e atividades de gestão, com respeito ao género, religião, cultura, nacionalidade ou outras opções de caráter pessoal e foro privado dos seus colaboradores;
- Respeitar o direito dos seus colaboradores ao livre associativismo e à negociação coletiva;
- Não aceitar ou praticar quaisquer atos que configurem suborno em dinheiro ou qualquer outra forma, cumprindo a legislação anticorrupção aplicável;





04. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO



O ano de 2024 ficou marcado pela queda da inflação na maioria das principais economias, o que também levou a uma série de cortes nas taxas de juro de referência por parte de variados bancos centrais a partir da segunda metade do ano. Em certa medida, receios de um abrandamento do crescimento económico e de taxas de juro demasiado restritivas também serviram de pretexto para o alívio da política monetária em algumas economias.

Em termos geopolíticos, a guerra na Ucrânia continuou intensa ao longo do ano e registaram-se novos desenvolvimentos nos conflitos no Médio Oriente, que culminaram num cessar-fogo temporário no Líbano, entre Israel e o Hezbollah, em finais de 2024. Em Gaza, o cessar-fogo só ocorreria depois. A campanha eleitoral nos EUA e eleição de Donald Trump como 47º presidente dos EUA marcaram o segundo semestre do ano, especialmente a partir de outubro. O presidente-eleito prometeu medidas protecionistas duras, potencialmente abrangendo todos os países com os quais os EUA mantêm relações comerciais, o que gerou fortes preocupações em relação ao crescimento económico e à inflação em 2025 e resultou numa valorização significativa do dólar americano.

A economia mundial permaneceu resiliente em 2024, com a queda da inflação a dar suporte às despesas das famílias e a permitir um alívio da política monetária na maioria das principais economias, ajudando a compensar a incerteza criada pelas tensões geopolíticas e pelas persistentes preocupações com o custo de vida. No entanto, persistiram diferenças notáveis na força da atividade e na recuperação dos rendimentos entre as diversas economias. Os inquéritos às empresas apontam para que o crescimento se mantenha em 2025, mas enfraqueceram recentemente em vários países, melhorando noutros. O ritmo da atividade também continua a ser mais modesto na indústria transformadora do que nos sectores dos serviços. A confiança dos consumidores melhorou em várias geografias, mas permaneceu abaixo dos níveis médios históricos, especialmente nas maiores economias avançadas e na China. A produção industrial continuou a estagnar nas economias avançadas, embora tenha recuperado na China. O crescimento das vendas a retalho aumentou nos últimos meses do ano, na generalidade das economias. A restritividade do mercado de trabalho foi diminuindo gradualmente em muitos países. As taxas de desemprego aumentaram



em alguns casos, embora, em geral, permaneçam baixas em termos históricos. Os fortes fluxos de imigração têm sido um importante fator no aumento da oferta de mão de obra em vários países nos últimos anos, o que foi evidente em 2024. O crescimento do consumo privado permaneceu moderado, apesar do aumento gradual do rendimento disponível real das famílias, com as taxas de poupança das famílias relativamente elevadas em muitos países. Os volumes do comércio mundial continuaram a recuperar de forma constante ao longo do ano.

A inflação recuou na maioria dos países em 2024, num movimento impulsionado por quedas na inflação dos alimentos, da energia e dos bens. Em outubro, a inflação regressou aos objetivos dos bancos centrais em cerca de dois terços das economias avançadas e em três quintos das economias emergentes abrangidas pela OCDE. No entanto, a inflação subjacente continua a ser mais elevada do que o desejado pelos respetivos bancos centrais em muitos dos países, o que aponta para a persistência de algumas pressões sobre os preços. A inflação dos serviços continua a revelar-se persistente em muitas economias avançadas. Os principais bancos centrais começaram a cortar as suas taxas de juro de referência na segunda metade de 2024, mas de um modo gradual visto considerarem ainda ser preciso combater a inflação.

De acordo com as mais recentes previsões da OCDE, o crescimento do PIB global terá sido de 3.2% em 2024, tal como já tinha sucedido no ano anterior. A OCDE espera que o crescimento acelere, mas apenas muito ligeiramente, para 3.3% em 2025 e 2026. A inflação baixa, o crescimento estável do emprego e uma política monetária global menos restritiva irão contribuir para sustentar a procura, apesar de alguns ventos contrários decorrentes da necessária contração da política orçamental em muitos países. Nestas previsões não estão a ser contemplados os efeitos de eventuais políticas protecionistas ou de uma guerra comercial a nível global.



É provável que persistam diferenças entre a evolução dos diferentes blocos a curto prazo, mas estas poderão desaparecer se o crescimento sólido nos EUA começar a abrandar e a recuperação na Europa ganhar ritmo. O dinamismo da procura interna na Índia e na Indonésia e as medidas de estímulo recentemente anunciadas na China e no Japão deverão apoiar a continuação do crescimento na Ásia. No que toca à evolução dos preços, a OCDE prevê que a inflação nos países do G20 recue de uma média de 5.4% em 2024 para cerca de 3.5% em 2025 e 2.9% em 2026. No final de 2025, ou no início de 2026, prevê-se que a inflação volte ao objetivo em quase todas as principais economias.

Espera-se também que os bancos centrais continuem a baixar as taxas de juro à medida que a inflação continuar a descer e as pressões no mercado de trabalho diminuïrem. Esta perspetiva foi cada vez mais questionada no final de 2024 após a FED ter cortado a taxa de referência, mas ter também dado a entender que iria fazer uma pausa no processo de descida dos juros, provavelmente para aferir o impacto das políticas a implementar pela nova Administração nos EUA. Na maioria das economias, as taxas de juro reais poderão descer para níveis próximos dos estimados como neutros – que não restringem nem fomentam a atividade económica - em 2026.

	Average 2013-2019	2023	2024	2025	2026	2024	2025	2026
						Q4	Q4	Q4
		<i>Per cent</i>						
Real GDP growth¹								
World ²	3,4	3,2	3,2	3,3	3,3	3,3	3,3	3,2
G20 ²	3,5	3,6	3,3	3,3	3,2	3,3	3,2	3,1
OECD ²	2,3	1,8	1,7	1,9	1,9	1,8	2,0	1,8
United States	2,5	2,9	2,8	2,4	2,1	2,5	2,2	2,0
Euro area	1,9	0,5	0,8	1,3	1,5	1,1	1,4	1,5
Japan	0,8	1,7	-0,3	1,5	0,6	0,6	1,3	0,3
Non-OECD ²	4,4	4,4	4,4	4,4	4,3	4,5	4,3	4,3
China	6,8	5,2	4,9	4,7	4,4	4,7	4,6	4,3
India ³	6,8	8,2	6,8	6,9	6,8			
Brazil	-0,4	2,9	3,2	2,3	1,9			
OECD unemployment rate⁴	6,5	4,8	4,9	4,9	4,8	4,9	4,9	4,8
Inflation¹								
G20 ²⁻⁵	3,0	6,1	5,4	3,5	2,9	4,4	3,1	2,8
OECD ²	1,7	7,1	5,4	3,8	3,0	4,7	3,3	2,7
United States ⁷	1,3	3,8	2,5	2,1	2,0	2,5	2,1	2,0
Euro area ⁸	0,9	5,4	2,4	2,1	2,0	2,3	2,0	2,0
Japan ⁹	0,9	3,3	2,6	1,9	2,1	2,3	1,7	2,1
OECD fiscal balance¹⁰	-3,1	-4,8	-4,8	-4,6	-4,4			
World real trade growth¹	3,4	1,0	3,5	3,6	3,5	4,1	3,4	3,5

1. Per cent; last three columns show the change over a year earlier.

2. Moving nominal GDP weights, using purchasing power parities.

3. Fiscal year.

4. Per cent of labour force.

5. Headline inflation.

6. Moving nominal private consumption weights, using purchasing power parities.

7. Personal consumption expenditures deflator.

8. Harmonised consumer price index.

9. National consumer price index.

10. Per cent of GDP.

Figura 1

Previsões Macroeconómicas Globais (Dezembro)

PIB (Preços constantes)	Variação anual (%)												
	2023	2024				2025				2026			
		CE	FMI	BM	OCDE	CE	FMI	BM	OECD	CE	FMI	BM	OECD
Economia Mundial	3,3	-	3,2	2,7	3,2	-	3,3	2,7	3,3	-	3,3	2,7	3,3
Economias Avançadas	1,7	-	1,7	1,7	-	-	1,9	1,7	-	-	1,8	1,8	-
EUA	3,1	2,5 (final)			2,1	2,7	2,3	2,4	2,2	2,1	2,0	2,1	
Japão	1,5	0,1 (final)			1,2	1,1	1,2	1,5	1,0	0,8	0,9	0,6	
União Europeia	0,4	0,9 (final)			1,5	-	-	-	1,8	-	-	-	
Reino Unido	0,3	0,8 (final)			1,4	1,6	-	1,7	1,4	1,5	-	1,3	
Zona Euro	0,4	0,7 (final)			1,3	1,0	1,0	1,3	1,6	1,4	1,2	1,5	
Alemanha	-0,3	-0,2 (final)			0,7	0,3	-	0,7	1,3	1,1	-	1,2	
França	1,1	1,1 (final)			0,8	0,8	-	0,9	1,4	1,1	-	1,0	
Itália	0,7	0,6 (final)			1,0	0,7	-	0,9	1,2	0,9	-	1,2	
Espanha	2,7	3,1 (final)			2,3	2,3	-	2,3	2,1	1,8	-	2,0	
Portugal	2,5	1,9 (final)			1,9	2,3	-	2,0	2,1	-	-	2,0	
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	4,4	-	4,2	4,1	-	4,2	4,1	-	-	4,3	4,0	-	
Rússia	3,6	4,1 (final)			-	1,4	1,6	1,8	-	1,2	1,1	1,0	
China	5,2	5,0 (final)			-	4,6	4,5	4,7	-	4,5	4,0	4,4	
Índia	8,2	-	6,5	6,5	6,8	-	6,5	6,7	6,9	-	6,5	6,7	6,8
Brasil	3,2	3,8 (final)			-	2,2	2,2	4,9	-	2,2	2,3	4,8	

Figura 2
Previsões para o PIB

Taxa de Inflação (HICP)	Variação anual (%)									
	2023	2024			2025			2026		
		CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OECD	CE	FMI	OECD
Economia Avançadas	4,6	-	2,6	-	-	2,0	-	-	2,0	-
EUA	3,8	3,0 (final)			2,0	2,1	2,1	2,0	2,1	2,0
Japão	3,3	2,7 (final)			1,9	2,0	1,9	1,6	2,0	2,1
União Europeia	6,4	2,6 (final)			2,4	2,3	-	2,0	2,1	-
Reino Unido	7,3	2,5 (final)			2,4	2,1	2,7	2,0	2,0	2,3
Zona Euro	5,4	2,4 (final)			2,1	2,0	2,1	1,9	2,0	2,0
Alemanha	6,0	2,5 (final)			2,1	1,6	2,0	1,9	1,8	1,9
França	5,7	2,3 (final)			1,9	1,6	1,6	1,8	1,8	1,8
Itália	5,9	1,1 (final)			1,9	2,1	2,1	1,7	2,0	2,0
Espanha	3,4	2,9 (final)			2,2	1,9	2,1	2,0	2,0	2,0
Portugal	5,3	2,7 (final)			2,1	2,1	2,2	1,9	2,0	2,1
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	8,1	-	2,1	-	-	2,7	-	-	2,8	-
Rússia	13,8	8,4 (final)			-	5,9	7,2	-	4,0	5,3
China	0,3	0,2 (final)			-	1,7	1,1	-	2,0	1,4
Índia	5,4	4,9 (final)			-	4,1	4,2	-	4,1	4,0
Brasil	4,6	4,4 (final)			-	3,6	4,2	-	3,1	3,6

Figura 3
Previsões para a Inflação

4.1 ZONA EURO

Na Zona Euro, após uma estagnação no último trimestre de 2023, o produto cresceu 0.3%, em cadeia, no 1º trimestre, 0.2% no 2º trimestre e 0.4% no 3º trimestre, uma vez que as exportações líquidas (valor das exportações deduzido do valor das importações) impulsionaram o crescimento, enquanto o consumo privado cresceu apenas modestamente. Se as despesas dos consumidores aumentaram, o rendimento real cresceu ainda mais, impulsionando o aumento da taxa de poupança. No entanto, a evolução não foi de todo homogênea entre os países, com a Alemanha, a maior economia europeia, a ter uma performance fraca. O desnível entre a indústria transformadora e os serviços aumentou ainda mais, uma vez que a produção da indústria transformadora condicionou a atividade económica, especialmente na Alemanha e em Itália. A inflação harmonizada da Zona Euro foi apresentando uma tendência de queda em 2024, desde os 2.8% em janeiro até registar mínimos do ano nos 1.7% em setembro, para depois ressaltar para 2.4% no mês de dezembro.

O Banco Central Europeu manteve as taxas de juro de referência inalteradas no início do ano em 4%. No entanto, a partir de junho, a instituição começou a cortar taxas, tendo descido as taxas de juro de referência em quatro reuniões diferentes até atingir 3% no final do ano. Espera-se que a taxa de referência do BCE continue a recuar, atingindo níveis entre 2% e 2.25% em finais de 2025. Embora as reduções das taxas de juro apoiem a procura agregada, a OCDE prevê que a orientação global da política continue a ser restritiva durante algum tempo para reduzir as pressões inflacionistas subjacentes.

A economia da Zona Euro cresceu 0.7% em 2024 e as projeções para os próximos anos apontam para um cenário de crescimento económico moderado, com as mais recentes previsões da OCDE a apontar para um crescimento do PIB de 1.3% em 2025 e 1.5% em 2026. A inflação média fixou-se nos 2.4% em 2024, enquanto a OCDE prevê que se situe pelos 2.1% em 2025 e 2% em 2026. A mesma organização prevê também que, em 2025, o consumo privado seja apoiado por aumentos salariais em mercados de trabalho em crescimento e por um crescimento sustentado dos rendimentos reais. O investimento privado beneficiará de condições de crédito mais favoráveis e o investimento público deverá ser apoiado pelos fundos do Mecanismo de Recuperação e Resiliência. O crescimento dos salários deverá abrandar gradualmente, à medida que as pressões sobre os custos da mão de obra moderem, contribuindo para que a inflação se aproxime dos 2% no segundo semestre de 2025. A política fiscal dos países membros será provavelmente mais restritiva em 2025 e 2026, uma vez que as medidas de apoio à energia e à inflação serão retiradas e os países terão de adotar medidas de consolidação ao abrigo das novas regras orçamentais. A imposição de novas tarifas comerciais por Donald Trump, poderá gerar uma “guerra comercial” entre os EUA e a Zona Euro, o que por sua vez poderá levar a um abrandamento do crescimento económico e a uma subida da inflação, tanto nos EUA como na Zona Euro. Alguns membros do BCE têm indicado que uma depreciação do euro face ao dólar poderá amortizar alguns dos efeitos das tarifas de Trump.



Euro area	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Current prices EUR billion	Percentage changes, volume (2021 prices)				
GDP at market prices	12 495,3	3,6	0,5	0,8	1,3	1,5
Private consumption	6 393,9	4,9	0,7	0,9	1,3	1,5
Government consumption	2 763,9	1,1	1,5	2,2	1,2	0,7
Gross fixed capital formation	2 707,0	2,1	1,8	-1,8	0,8	2,0
Final domestic demand	11 864,8	3,4	1,1	0,6	1,2	1,4
Stockbuilding ¹	130,0	0,5	-0,9	-0,5	0,1	0,0
Total domestic demand	11 994,8	3,9	0,2	0,0	1,2	1,4
Net exports ¹	500,5	-0,2	0,3	0,8	0,1	0,1
<i>Memorandum itens</i>						
GDP deflator	-	5,1	5,9	2,9	2,1	1,9
Harmonised index of consumer prices	-	8,4	5,4	2,4	2,1	2,0
Harmonised index of core inflation ²	-	4,0	4,9	2,9	2,4	2,0
Unemployment rate (% of labour force)	-	6,8	6,6	6,4	6,3	6,2
Household saving ratio, net (% of disposable income)	-	7,5	8,1	9,0	9,2	9,0
General government financial balance (% of GDP)	-	-3,5	-3,6	-3,1	-2,9	-2,7
General government gross debt (% of GDP)	-	94,5	95,0	96,0	97,0	97,6
General government debt, Maastricht definition ³ (% of GDP)	-	91,4	89,1	90,1	91,0	91,7
Current account balance (% of GDP)	-	1,2	2,7	3,7	3,7	3,7

Note: Aggregation based on euro area countries that are members of the OECD, and on seasonally-adjusted and calendar-days-adjusted basis.

Figura 4
Previsões Macroeconômicas
Zona Euro (dezembro)

- 1) Contributions to changes in real GDP, actual amount in the first column.
- 2) Harmonised index of consumer prices excluding food, energy, alcohol and tobacco.
- 3) The Maastricht definition of general government debt includes only loans, debt securities, and currency and deposits, with debt at face value rather than market value.

Source: OECD Economic Outlook 114 database.

PIB países da Zona Euro desde o máx. no 1º Trim. 2008

PIB - Base 100 = 1º Trimestre 2008

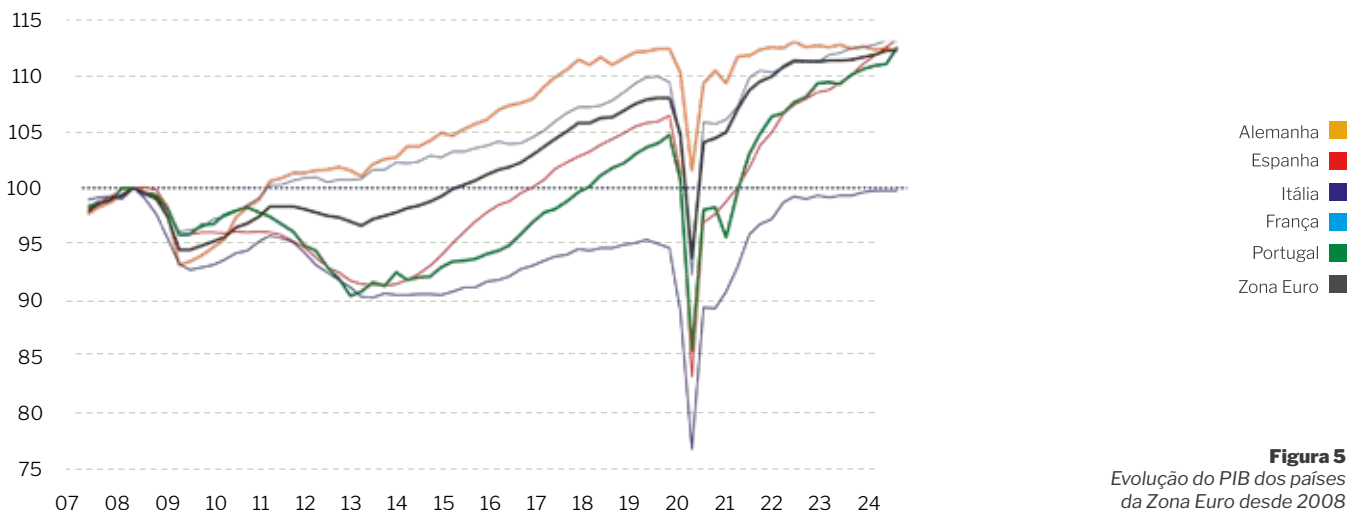


Figura 5
Evolução do PIB dos países
da Zona Euro desde 2008

4.2 PORTUGAL

O panorama macroeconómico português foi globalmente positivo em 2024. O PIB iniciou o ano a crescer 0.8%, em cadeia no 1º trimestre, bastante acima dos 0.1% registados no 2º trimestre e 0.2% observados no trimestre seguinte. O Banco de Portugal estima que, em termos globais em 2024, o PIB tenha crescido 1.7%. Trata-se de uma desaceleração face aos 2.5% do ano anterior, mas bastante acima de muitas economias do centro da Europa.

Em 2024, a procura interna acelerou, as exportações cresceram a um ritmo robusto e registou-se um aumento das importações, em especial de serviços. A projeção de um maior crescimento do PIB no início de 2025 deve-se, em parte, à recuperação das exportações associada à aceleração da procura externa e ao maior dinamismo do turismo. Também se deverá observar uma aceleração do consumo privado, em consonância com a melhoria da confiança das famílias e a evolução do rendimento disponível. O investimento empresarial e o das famílias em habitação têm sido penalizados pela restritividade das condições financeiras. No mercado de trabalho, o emprego cresceu em 2024 e a taxa de desemprego permaneceu baixa, num contexto de aumento da taxa de atividade e de fluxo de imigração significativo. A inflação harmonizada (IHCP) recuou ao longo do ano, terminando 2024 com uma leitura homóloga de 3.1% em dezembro e de 2.7% em termos médios. A volatilidade recente da inflação refletiu, em larga medida, efeitos de base e nos preços dos serviços de alojamento. O ano ficou mais uma vez marcado por instabilidade política. Após a demissão do Primeiro-Ministro em finais de 2023, foram efetuadas eleições legislativas antecipadas em março de 2024, que levou à vitória, sem maioria absoluta, do Partido Social Democrata (PSD), que já não governava desde 2016. Esse facto levou a que, apesar de o Orçamento de Estado para 2025 tenha sido aprovado, foi necessário incluir itens de despesa de iniciativas parlamentares da oposição, o que implica alguma incerteza fiscal.

O Banco de Portugal estima que o excedente orçamental de 2024 possa ter atingido 0.6% do PIB, acima dos 0.4% previstos no Orçamento do Estado. A atual projeção da instituição aponta para um saldo de -0.1% do PIB em 2025, inferior aos 0.3% estimados no OE2025. Para os anos seguintes, o BdP prevê a manutenção de situação orçamental deficitária explicada pelos efeitos de medidas permanentes já adotadas, que impactam tanto a despesa pública como a receita fiscal, e pelo aumento de despesa nacional necessária para assegurar a continuidade dos projetos financiados pelo PRR. Na ausência de novas medidas de contenção da despesa ou de aumento da receita, o cumprimento das novas regras orçamentais europeias poderá estar comprometido, mas há graus de liberdade na execução orçamental e se a inflação ou o crescimento forem acima do esperado, a situação poderá equilibrar-se. A dívida pública em percentagem do PIB continuou a diminuir, com o BdP a esperar uma passagem de 97,9% em 2023 para 81,3% em 2027. Contudo, esta diminuição abranda ao longo do período projetado, refletindo a deterioração das condições orçamentais e o menor contributo do crescimento económico nominal. Face às estimativas incluídas no OE2025 e no plano orçamental de médio prazo, a instituição projeta uma redução mais acentuada do rácio da dívida.

A economia portuguesa cresceu 1.9% em 2024 e as previsões do Banco de Portugal apontam para uma aceleração para os 2.2% em 2025 e 2026, voltando a recuar para 1.7% em 2027. Já a inflação média harmonizada foi de 2.7% em 2024, e prevê-se que seja 2.1% em 2025 e 2% em 2026 e 2027. De acordo com a instituição, a economia deverá manter um crescimento equilibrado no horizonte de projeção, com as pressões inflacionistas externas moderadas. Adicionalmente, o dinamismo do rendimento disponível continuará a refletir uma evolução favorável do mercado de trabalho, com o aumento do emprego e dos salários, e o impacto das medidas orçamentais. A transição gradual



para taxas de juro mais baixas e as entradas de fundos europeus apoiarão um maior crescimento do investimento. A procura externa dirigida à economia portuguesa deverá acelerar nos próximos anos, mas a evolução das exportações poderá ser condicionada pelo esgotamento do impulso da recuperação pós pandemia dos serviços, em particular dos associados ao turismo. No entanto, o enquadramento externo está sujeito a riscos significativos em baixa de natureza económica e geopolítica.

Yields Portugal, Espanha e Itália - 10 anos

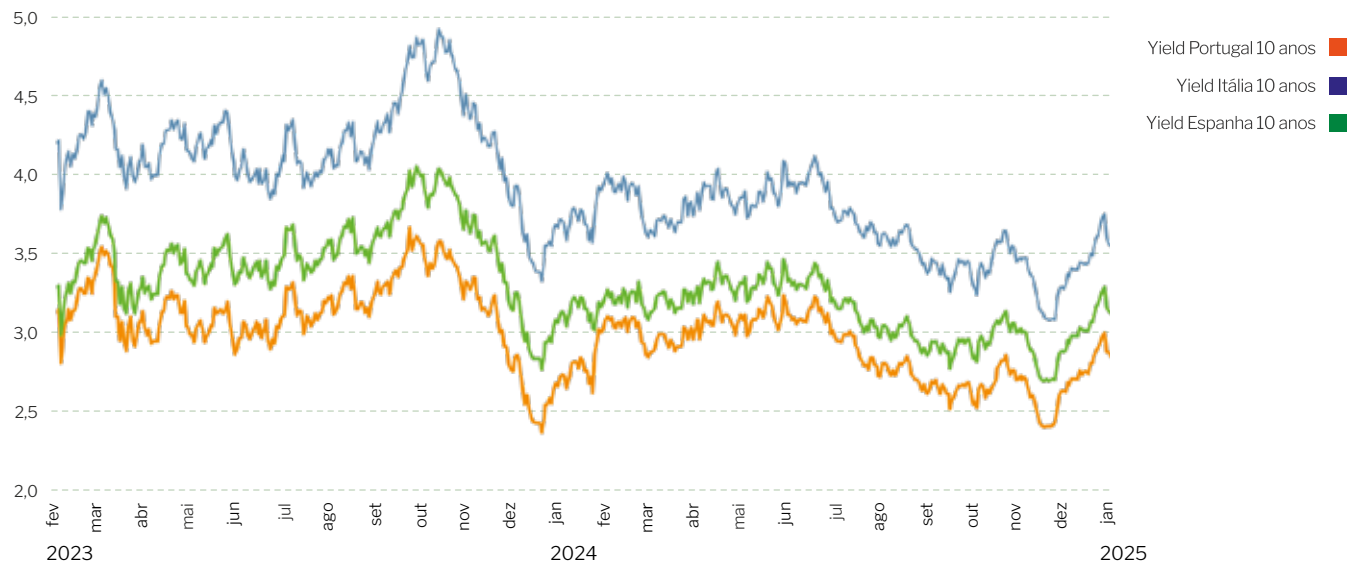


Figura 6
Yields Portugal, Espanha e Itália

Portugal - Crescimento PIB

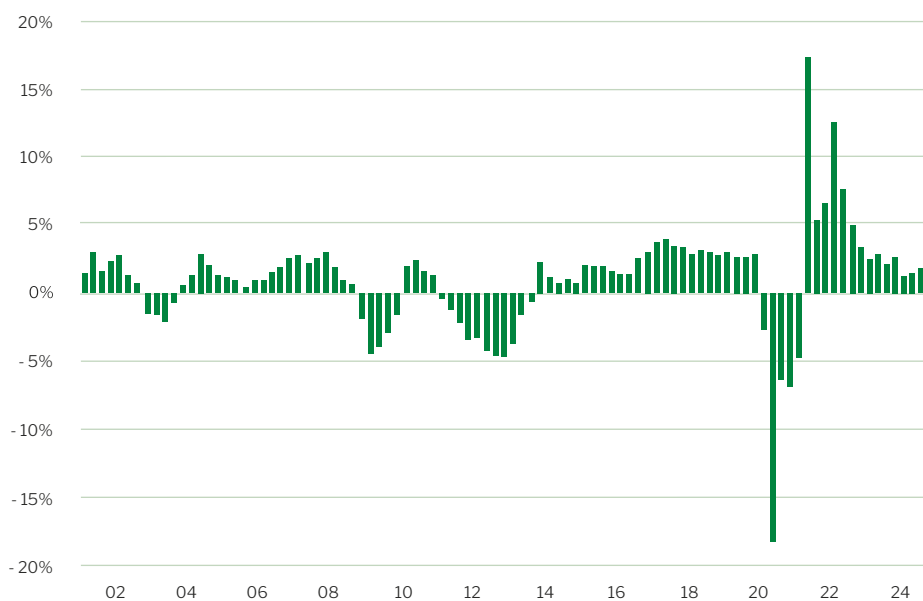


Figura 7
Crescimento PIB de Portugal

Projeções Banco de Portugal: 2024-2027 | Taxa de variação anual em %

	Pesos 2023	BE dezembro 2024					BE outubro 2024			
		2023	2024 p)	2025 p)	2026 p)	2027 p)	2023	2024 p)	2025 p)	2026 p)
Produto Interno Bruto	100	2,5	1,7	2,2	2,2	1,7	2,5	1,6	2,1	2,2
Consumo privado	61,8	2,0	3,0	2,7	1,9	1,8	2,0	2,5	2,3	1,9
Consumo público	16,8	0,6	1,1	1,1	0,8	0,3	0,6	1,0	0,9	0,8
Formação bruta de capital fixo	20,1	3,6	0,5	5,4	4,6	0,1	3,6	0,8	5,4	5,1
Procura interna	99,1	1,7	2,2	2,9	2,3	1,2	1,7	1,9	2,6	2,3
Exportações	47,3	3,5	3,9	3,2	3,3	3,2	3,5	3,8	3,3	3,4
Importações	46,4	1,7	5,2	4,7	3,4	2,1	1,7	4,5	4,4	3,7
Emprego a)		1,0	1,3	0,8	0,7	0,4	1,0	1,1	0,6	0,9
Taxa de desemprego b)		6,5	6,4	6,4	6,4	6,4	6,5	6,4	6,4	6,4
Balança corrente e de capital (% PIB)		1,9	3,6	4,0	3,9	3,3	1,9	4,2	4,1	4,0
Balança de bens e de serviços (% PIB)		1,2	2,4	2,0	2,0	2,6	1,2	2,5	2,1	2,1
Índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC)		5,3	2,6	2,1	2,0	2,0	5,3	2,6	2,0	2,0
Excluindo bens energéticos e alimentares		5,4	2,7	2,4	2,2	2,1	5,4	2,6	2,3	2,3
Deflator do PIB		6,9	4,9	3,3	2,5	2,2	6,9	4,5	2,9	2,7
Saldo orçamental (% PIB)		1,2	0,6	-0,1	-1,0	-0,9	-	-	-	-
Dívida pública (% PIB)		97,9	91,2	86,5	83,5	81,3	-	-	-	-

Fonte: Banco de Portugal e INE.

Notas: **p) - projetado, %** - percentagem. O fecho de dados do exercício de projeção ocorreu a 25 de novembro. A projeção corresponde ao valor mais provável condicional ao conjunto de hipóteses consideradas. Pesos a preços correntes. **a) De acordo com o conceito de Contas Nacionais. b) Em percentagem da população ativa.**

Figura 8

Previsões Banco de Portugal



4.3 MATÉRIAS-PRIMAS

4.3.1 PETRÓLEO (BRENT)

Foi mais um ano de alguma de volatilidade no mercado do petróleo, que, no entanto, não atingiu valores extremos. Os preços começaram 2024 em alta e esse movimento só parou em abril, altura em que o Brent atingiu \$92/barril. Esta subida foi justificada, acima de tudo, pelo intensificar da guerra no Médio Oriente, passando a haver um envolvimento direto por parte do Irão, com algumas trocas de mísseis entre este país e Israel. O receio de uma disrupção da oferta mais significativa por parte dos principais países da OPEP levou a que muitos investidores se posicionassem para um disparo das cotações para cima dos \$100/barril. Tal não sucedeu e começou então a ser evidente que as expetativas de consumo de petróleo por parte da China estavam a ficar muito aquém do previsto. As expetativas de crescimento do consumo global de petróleo, que no início do ano andavam pelos 1,5 mbd, foram sendo revistas em baixa para pouco mais de 0,9 mbd. Com o crescimento da produção bem acima deste nível, começou a assistir-se ao acumular de excedentes de produção. Durante o verão, a OPEP e em especial a Arábia Saudita, anunciaram intenções de repor gradualmente a produção que haviam cortado em 2023. Os preços entraram em queda acentuada, só parando perto dos \$68,5/barril. Estas intenções da OPEP foram adiadas, permitindo alguma recuperação do preço até final do ano, que ainda assim ao terminar pelos \$74,5/barril registou uma queda anual de 4%.

Em 2025, o ano começou com alguma subida devido ao intensificar das sanções dos EUA à Rússia, que poderão dificultar bastante o escoamento de petróleo por parte deste país. Há alguma confiança de que o crescimento do consumo seja maior que no ano anterior, apesar de a China estar a dar sinais em sentido contrário. O regresso de Donald Trump ao poder nos EUA sugere que a capacidade de produção de petróleo deste país, que está em níveis recorde, mas que pouco subiu em 2024, volte a aumentar. No campo geopolítico, existe um acordo de paz no Médio Oriente, não se sabendo se será ou não para durar, mas que à partida retira algum do prémio de risco de guerra ainda incorporado nos preços. Não havendo disrupções de exportações por parte de países como a Rússia e o Irão, poderemos ter um ano de quedas de preço, que poderão ser mais acentuadas se a Arábia Saudita levar para a frente os seus planos de aumentar a produção a partir de abril.

Petróleo Brent

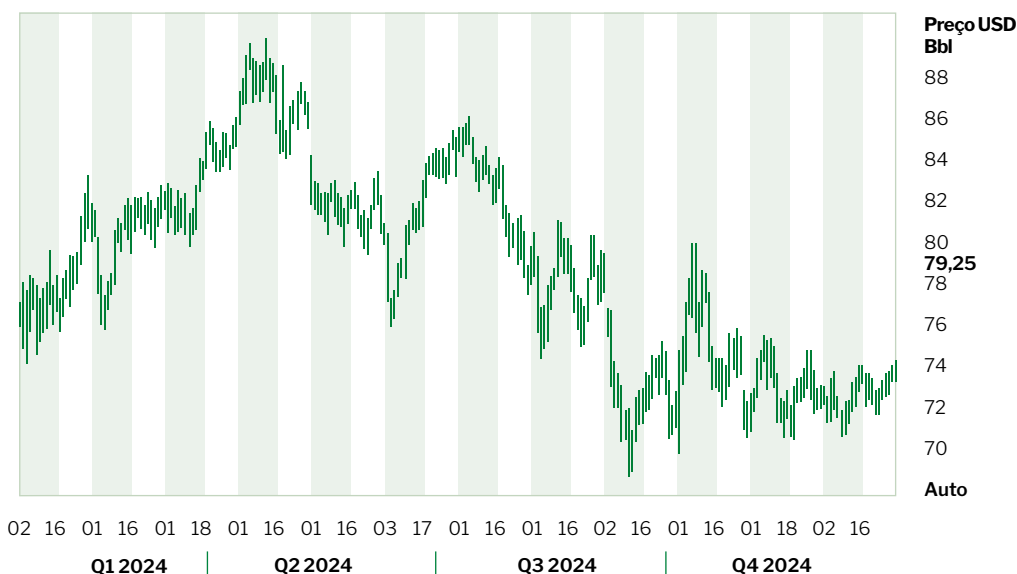


Figura 9
Variação dos preços do barril de Brent

4.3.2 GÁS NATURAL

O gás natural abriu o ano de 2024 em forte queda, com as cotações do TTF a recuarem até muito perto dos 23€/MWh no final de fevereiro, tendo então alcançado o mínimo do ano. O fato de este mínimo ter sido atingido em pleno inverno foi justificado pelas temperaturas muito acima do normal registadas na Europa, que levaram a uma redução das necessidades de gás ara aquecimento, e de cada vez mais produção de eletricidade com renováveis e nuclear, que resultaram numa redução do consumo de gás para esse fim. Os stocks fecharam o inverno acima dos 55% de capacidade total de armazenagem, pelo que não houve qualquer dificuldade de voltar a encher os depósitos antes da entrada do inverno. Houve dois fatores que contribuíram para que a tendência entre março e outubro fosse de contínua subida dos preços. O primeiro estava associado com a elevada probabilidade de a Ucrânia não renovar o contrato com a Gazprom que permitia que o gás russo fluísse para a Europa por gasoduto, correspondendo a cerca de 7% do consumo europeu de gás. O contrato expirava no final do ano e à medida que o tempo foi avançando, tornava-se mais evidente que não iria ser renovado. O segundo fator foram as inúmeras interrupções na Noruega por problemas técnicos, país que é atualmente o maior fornecedor de gás para a Europa. Também as entradas de GNL proveniente dos EUA tiveram altos e baixos devido a problemas técnicos. Os preços iniciaram novembro já nos 40€/MWh, e fecharam 2024 quase em máximos um pouco abaixo dos 50€/MWh. Ao contrário dos dois invernos anteriores, as temperaturas baixaram bastante e a necessidade de consumo de gás para aquecimento aumentou.

Para 2025, o mercado inicia mantendo a tendência de alta, superando os 55€/MWh. A velocidade de delapidação de stocks é equivalente à de 2021 e 2022, havendo expectativa de que estes iniciem a primavera pouco acima dos 30%. Esta situação irá forçar a um maior esforço de importação de GNL para que o próximo inverno se inicie sem problemas, sabendo que cada vez haverá menos gás russo a entrar. Por outro lado, o aumento da capacidade instalada em renováveis, deverá levar a uma redução ainda maior do consumo de gás para produção de eletricidade. Tendo em conta estes fatores, acreditamos em preços muito altos até ao fim do inverno, altura a partir do qual poderão começar a baixar. Não vemos que este ano haja condições para descidas abaixo dos 30€/MWh.

Gás Natural TTF - Preço Diário



Figura 10
Variação dos preços
do Gás Natural

4.3.3 MADEIRA

Após a descida registada em 2023, o ano de 2024 caracterizou-se por uma menor volatilidade nos preços da madeira. Os principais produtores escandinavos procuraram equilibrar a oferta face à procura, ajustando o volume de abate de árvores. No entanto, este movimento não resultou numa valorização expressiva da matéria-prima, uma vez que a procura final por produtos de madeira – sobretudo nos setores da construção e mobiliário – registou uma contração superior ao previsto.

A crise económica nos principais países da Europa Central continuou a impactar negativamente o setor da construção, levando ao adiamento de inúmeros projetos, tanto de novas edificações como de remodelações. Em resposta a este cenário, muitas unidades industriais de transformação de madeira reduziram a sua capacidade produtiva para evitar acumulação de stock. No entanto, essa estratégia teve um impacto negativo nos resultados financeiros, uma vez que os custos fixos se mantiveram elevados.

Apesar dos cortes nas taxas de juro promovidos pelo Banco Central Europeu, que geraram alguma expectativa de recuperação no setor imobiliário, essa retoma acabou por não se materializar. Nos Estados Unidos e na China, o mercado da construção também se manteve fraco, refletindo-se numa ligeira queda dos preços da madeira nestes países.

Para 2025, o panorama mantém-se pouco animador, ainda que se preveja a continuidade da redução das taxas de juro tanto na Zona Euro como nos EUA. A economia europeia permanece frágil, com a indústria exportadora alemã a enfrentar desafios crescentes de competitividade. Além disso, um eventual regresso de Donald Trump à presidência dos EUA poderá intensificar disputas comerciais a nível global, dificultando ainda mais o crescimento económico.


Tanto na Europa como no resto do mundo, a tendência de aumento do consumo de serviços em detrimento da aquisição de bens materiais mantém-se. Para muitos consumidores, investimentos em remodelação e manutenção habitacional passam para segundo plano – um comportamento oposto ao que se verificou durante a pandemia. Neste contexto, a menos que a produção de madeira sofra um corte significativo, não se antecipam subidas expressivas nos preços da matéria-prima.

IMF, Informação de Mercados Financeiros, 17 de fevereiro de 2025

‘Este documento destina-se a uso privado e a sua reprodução total ou parcial carece de autorização prévia da IMF. Este documento foi produzido com base em informações de fontes credíveis, mas a IMF não garante que essas informações estejam completas nem que sejam totalmente exatas. As opiniões expressas neste documento podem ser alteradas sem aviso e não pretendem constituir nenhum aconselhamento.’

Agradecimento:

A informação prestada nesta rubrica foi-nos gentilmente cedida pela IMF.



05.

RELATÓRIO DE GESTÃO UNIMADEIRAS

a) ANÁLISE ESTRATÉGICA AO DESEMPENHO DA UNIMADEIRAS

5.1 PRINCIPAIS PROJETOS E INICIATIVAS

Em 2024, a Unimadeiras celebrou o seu 50.º aniversário, consolidando-se como uma empresa inovadora e sustentável no setor florestal português. Este marco histórico reflete o nosso compromisso contínuo com a excelência, a sustentabilidade e a inovação, pilares que têm guiado a nossa trajetória ao longo de cinco décadas.

5.2 PRINCIPAIS PROJETOS E INICIATIVAS

PARTICIPAÇÃO NO PRÉMIO NACIONAL DE SUSTENTABILIDADE

Alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, participámos na 5.ª edição do Prémio Nacional de Sustentabilidade, promovido pelo Jornal de Negócios. Este prémio visa distinguir projetos que contribuem para uma sociedade mais sustentável, abrangendo categorias como Descarbonização, Economia Circular e Finanças Sustentáveis.

FORMAÇÃO CONTÍNUA E SUSTENTABILIDADE

Implementámos um projeto de formação contínua direcionado aos nossos colaboradores e parceiros, visando reforçar as competências em práticas sustentáveis e inovadoras no setor florestal. Esta iniciativa tem como objetivo promover a sustentabilidade e a gestão responsável dos recursos naturais, alinhando-nos com as melhores práticas do mercado.

REESTRUTURAÇÃO DAS LINHAS DE FINANCIAMENTO E OTIMIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE CAPITAL

Em 2024, a Unimadeiras implementou uma reformulação estratégica do seu passivo financeiro, focada na transição de parte das suas linhas de financiamento de curto prazo para instrumentos de médio e longo prazo. Esta decisão visou não apenas fortalecer os rácios financeiros da empresa, mas também garantir estabilidade e previsibilidade no suporte às suas operações e investimentos.

Benefícios Estratégicos da Reestruturação

A mudança no perfil do endividamento da empresa gerou vantagens diretas para a sustentabilidade financeira e eficiência operacional, nomeadamente:

- **Melhoria dos Rácios de Capitais Permanentes**

A migração para instrumentos de financiamento de maturidade mais alargada permitiu aumentar a proporção de capitais permanentes sobre o total do passivo, reforçando ainda mais a solvabilidade da Unimadeiras.

Este ajustamento melhora a capacidade de alavancagem sustentável e otimiza o custo médio ponderado do capital (WACC).

- **Estabilidade Financeira e Redução da Pressão de Refinanciamento**

A dependência de financiamento de curto prazo aumenta a volatilidade da estrutura financeira, sujeitando a empresa a ciclos de refinanciamento frequentes e custos adicionais em processos



administrativos e de negociação.

Com a reformulação do passivo, a empresa eliminou essa incerteza, garantindo horizontes temporais de financiamento compatíveis com os seus ciclos operacionais e de investimento.

- **Otimização dos Custos Financeiros**

A diminuição do número de renovações anuais de crédito conduz à redução futura dos custos administrativos e financeiros, permitindo uma maior eficiência na gestão da tesouraria.

- **Diminuição da Taxa Média de Juro**

A transição para um mix de financiamento mais equilibrado foi realizada num contexto de taxas de juro favoráveis.

Esta redução resultou não só das condições de mercado, mas também do reconhecimento da solidez financeira da Unimadeiras por parte da banca, o que permitiu negociar condições mais competitivas.

- **Maior Flexibilidade Financeira para o Crescimento e Expansão**

A nova estrutura financeira permite à Unimadeiras ter maior previsibilidade na alocação de recursos, facilitando a implementação de novos projetos de crescimento, inovação e internacionalização.

A Unimadeiras como Parceiro Financeiro dos Pequenos Proprietários Florestais

Para além dos benefícios internos, esta reestruturação financeira fortalece o papel da Unimadeiras como parceiro incontornável dos seus acionistas e do setor florestal nacional. Como empresa de referência, a Unimadeiras:

- Facilita o acesso ao financiamento de pequenos proprietários para modernização e certificação das suas explorações florestais.
- Promove a agregação de investimento, garantindo que mesmo os produtores de menor dimensão tenham acesso a condições mais competitivas.
- Apoia o setor na transição para modelos mais sustentáveis e resilientes, apoiando práticas de gestão eficiente e investimento em novas tecnologias.
- Este movimento estratégico posiciona a Unimadeiras como um parceiro estratégico e financeiro sólido para os seus acionistas e fornecedores, garantindo o acesso continuado ao mercado em condições favoráveis e promovendo a competitividade do setor florestal nacional.



5.3 TRANSIÇÃO PARA IFRS

Em 2024, a Unimedeiras adotou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), substituindo o referencial nacional Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Esta transição reflete o processo de modernização financeira da empresa, preparando-a para um posicionamento mais robusto no mercado internacional e um alinhamento com práticas globais de governação corporativa.

Vantagens Estratégicas da Adoção das IFRS

A decisão de adotar as IFRS baseou-se em múltiplos fatores estratégicos, proporcionando benefícios diretos e indiretos à Unimedeiras:

- **Comparabilidade Internacional e Facilitação da Internacionalização**

A utilização de IFRS melhora a comparação das contas da Unimedeiras com empresas internacionais, especialmente com parceiros comerciais, fornecedores e concorrentes que já utilizam este referencial.

Para futuros projetos de expansão internacional, esta transição facilita o acesso a novos mercados e a investidores institucionais estrangeiros, que requerem padrões de reporte alinhados com as práticas globais.

- **Maior Transparência e Atratividade para Investidores**

O IFRS é reconhecido globalmente por promover maior transparência e qualidade da informação financeira, proporcionando uma visão mais clara do desempenho e da posição financeira da empresa.

Este fator reforça a confiança de bancos, investidores e acionistas, melhorando as condições de acesso ao financiamento.

- **Alinhamento com Parceiros e Stakeholders**

Muitos dos principais clientes e fornecedores da Unimedeiras operam com normas IFRS.

A transição facilita a comunicação financeira e a integração nos processos de auditoria e compliance de grandes grupos económicos com os quais a Unimedeiras trabalha.

- **Reconhecimento de Ativos e Passivos de Forma Mais Adequada**

Sob SNC, determinados ativos tangíveis e intangíveis eram reconhecidos de forma mais conservadora.

Com IFRS, a empresa pode adotar modelos de reavaliação, ajustando o valor dos seus ativos e reforçando a sua posição patrimonial no balanço.

- **Gestão de Risco e Reporting Financeiro Mais Preciso**

IFRS impõe um reconhecimento mais rigoroso dos passivos contingentes, contratos de longo prazo e instrumentos financeiros derivados, garantindo maior precisão na gestão de risco.

A empresa passa a ter uma visão mais detalhada e previsível do impacto de obrigações futuras, permitindo uma gestão financeira mais eficiente.



- **Redução de Custos de Compliance em Processos de Due Diligence e Auditoria**

A adoção de IFRS reduz significativamente os custos e o tempo necessário para processos de due diligence, auditorias externas e compliance fiscal, facilitando potenciais operações de fusões, aquisições ou parcerias estratégicas.

Impacto no Relatório Financeiro de 2024

A transição para IFRS já começou a gerar impacto nas demonstrações financeiras da Unimadeiras:

- Apresentação mais detalhada e estruturada dos fluxos de caixa, permitindo uma melhor análise de liquidez e sustentabilidade financeira.
- Maior clareza na segmentação de receitas e custos por unidade de negócio, possibilitando um maior controlo e eficiência operacional.
- Impacto positivo nos indicadores financeiros, com melhoria na previsibilidade dos resultados e na avaliação da empresa por parte de investidores e parceiros financeiros.

5.4 CRIAÇÃO DA SUBSIDIÁRIA UNIPELLETS

Em 2023, e pela primeira vez em 49 anos de história, a Unimadeiras criou uma subsidiária sob a gestão da holding. Esta nova estrutura permite analisar de forma detalhada os diferentes negócios do grupo, focar investimentos em segmentos de maior margem e rentabilidade e reforçar a eficiência e competitividade do grupo a longo prazo.

5.5 AUMENTO DE CAPITAL

Outro marco importante de 2024 foi a operação de aumento de capital, que contou com a adesão de mais de 80% dos atuais acionistas. Este elevado nível de subscrição demonstra a confiança dos investidores na estratégia da Unimadeiras, o reconhecimento da nossa solidez financeira e a continuidade do compromisso com a expansão e inovação do grupo.

5.6 COMEMORAÇÃO DOS 50 ANOS DA UNIMADEIRAS

Em 2024, iniciámos as preparações para a celebração dos 50 anos da Unimadeiras, que ocorrerá em 2025. Esta efeméride marca meio século de crescimento sustentável e inovação no setor florestal, reforçando o nosso compromisso com a excelência, sustentabilidade e criação de valor.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os colaboradores, parceiros e acionistas que contribuíram para o sucesso da Unimadeiras em 2024. Com o apoio de todos, continuaremos a construir um futuro sustentável e de crescimento para a nossa empresa e para o setor florestal nacional.



b) SUMÁRIO FINANCEIRO



3.600,57 M€

EBITDA Positivo em 3,8 M€

(margem de 3,76% sobre o volume de negócios)



2.656 K€

Montante global do Financiamento via factoring



1.558,33 K€

Resultado atribuível

à Unimadeiras ascende a 1,5M€



10.458,19 K€

Considerando o Factoring como Quasi Capital, a dívida ascende a 10,46 M€



5.754,10 K€

Ativo fixo tangível ao justo valor de mercado



3,46x

Dívida Líquida EBITDA



0,25€

Valor do dividendo em 2024



4,55%

ROA

A eficiência do ativo foi de 4,55%



10,60 M€

Capital próprio positivo de 10,60M€



14,72%

A eficiência Patrimonial teve uma yield consolidada acima dos 14%



-1.039,8 M€

Redução da utilização das linhas de financiamento quando comparado com o exercício de 2023



2,64%

O contributo do Dividendo pelo EBITDA da empresa foi de 2,64%





	EOY 2024 UNIMADEIRAS
Margem Bruta	3741,43K€
EBITDA	3787K€
Margem EBITDA	3,76%
Amortizações e depreciações	-186K€
EBIT	3601K€
Margem EBIT	3,58%
Custos Financeiros	-1109K€
Resultado Líquido do exercício	1558K€

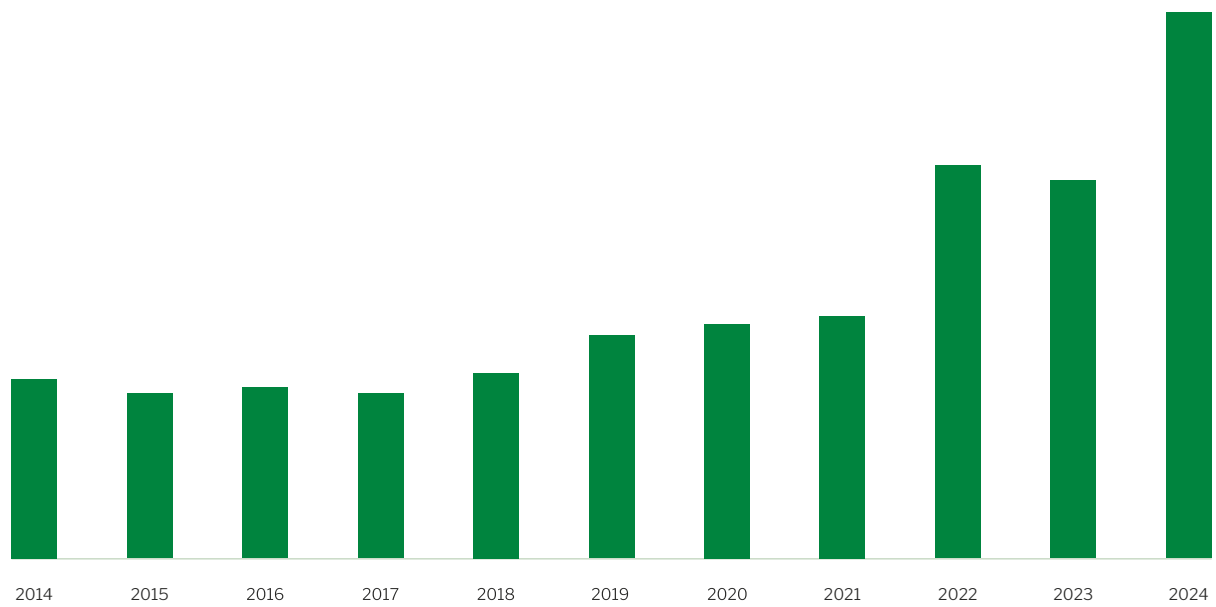
EBITDA = Vendas e prestações de serviços + Outros rendimentos operacionais - Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas - Fornecimentos e serviços externos - Gastos com o pessoal - Perdas de imparidade de ativos financeiros - Outros gastos operacionais

Margem EBITDA = EBITDA/Volume Negócios

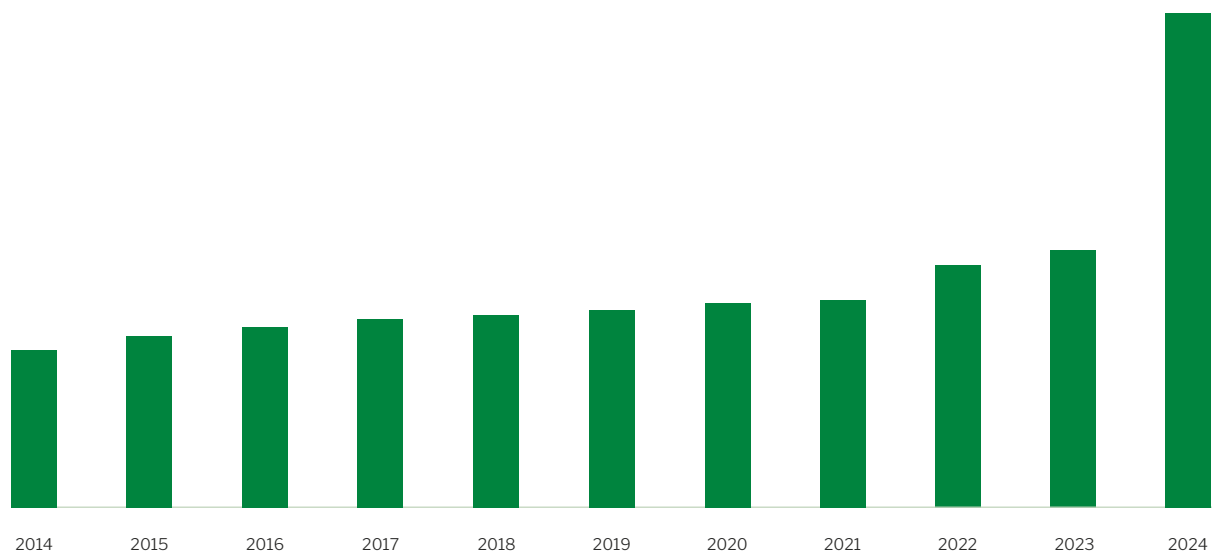
EBIT = EBITDA - Amortizações e depreciações - Provisões - Perdas de imparidade de ativos não financeiros

Margem EBIT = EBIT/Volume Negócios

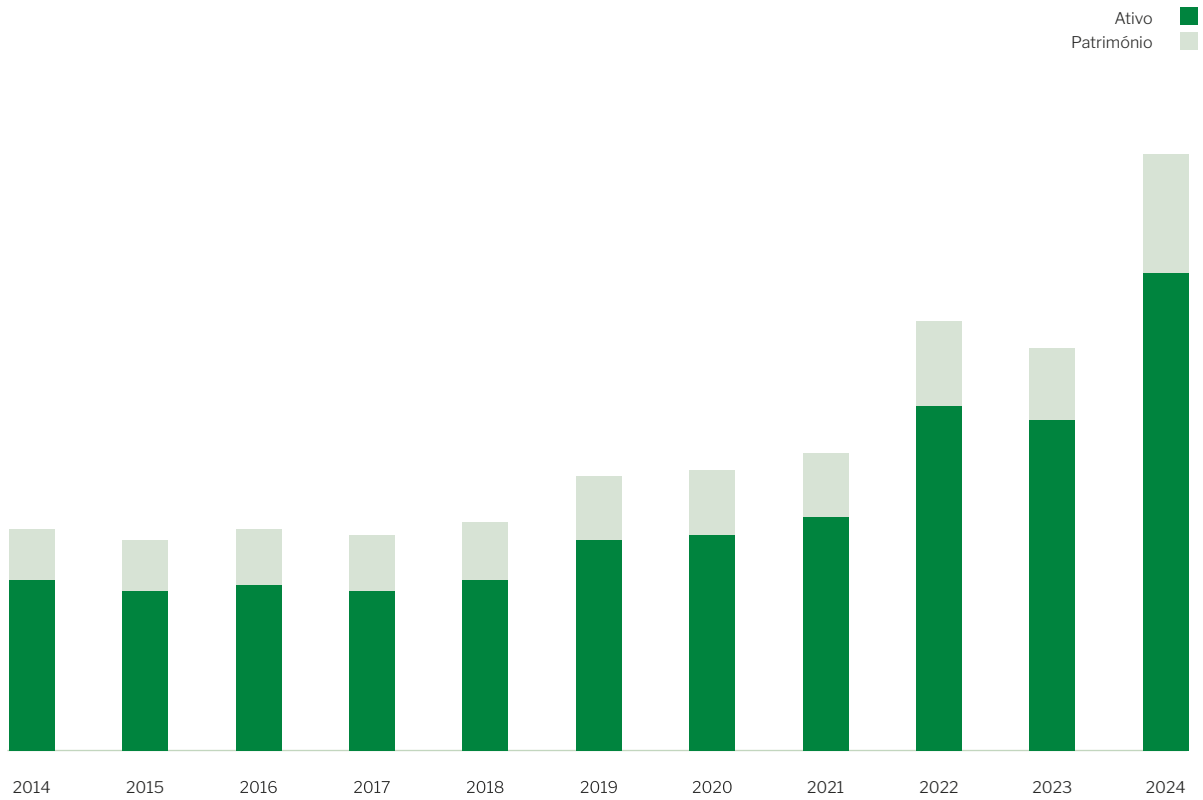
Total de Ativo (valores em euros)



Total Patrimônio (valores em euros)

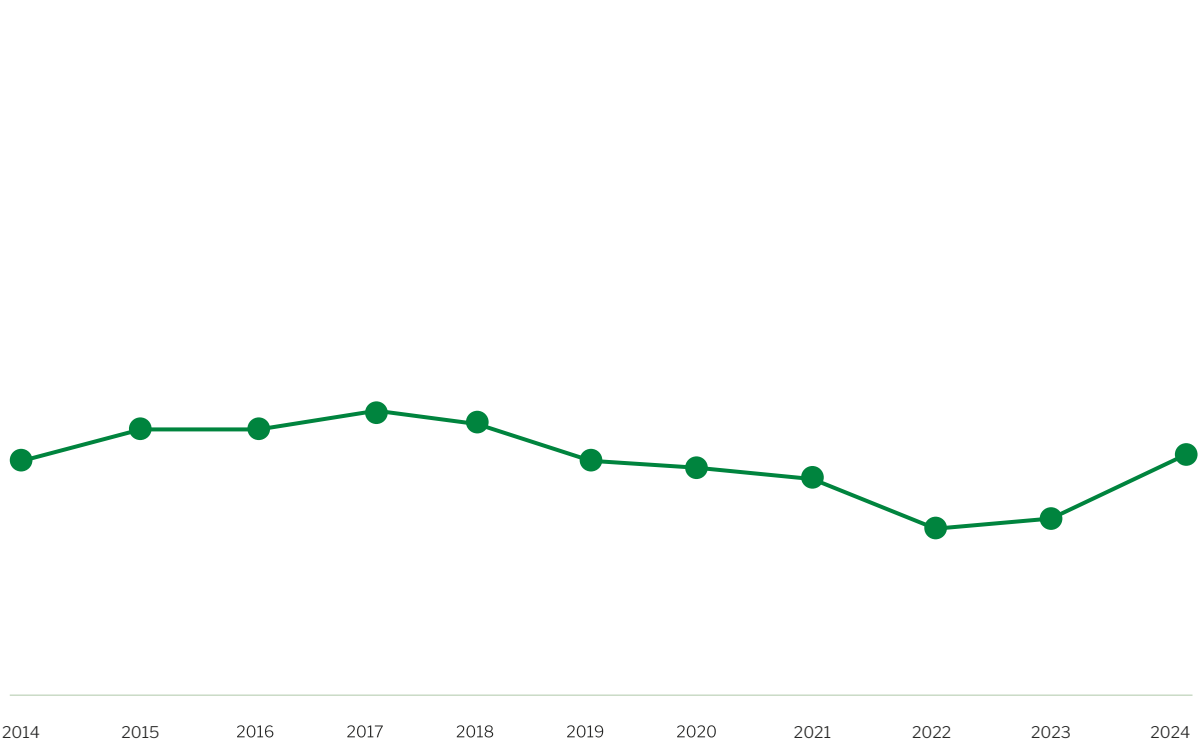


Ativo Vs Património (valores em euros)

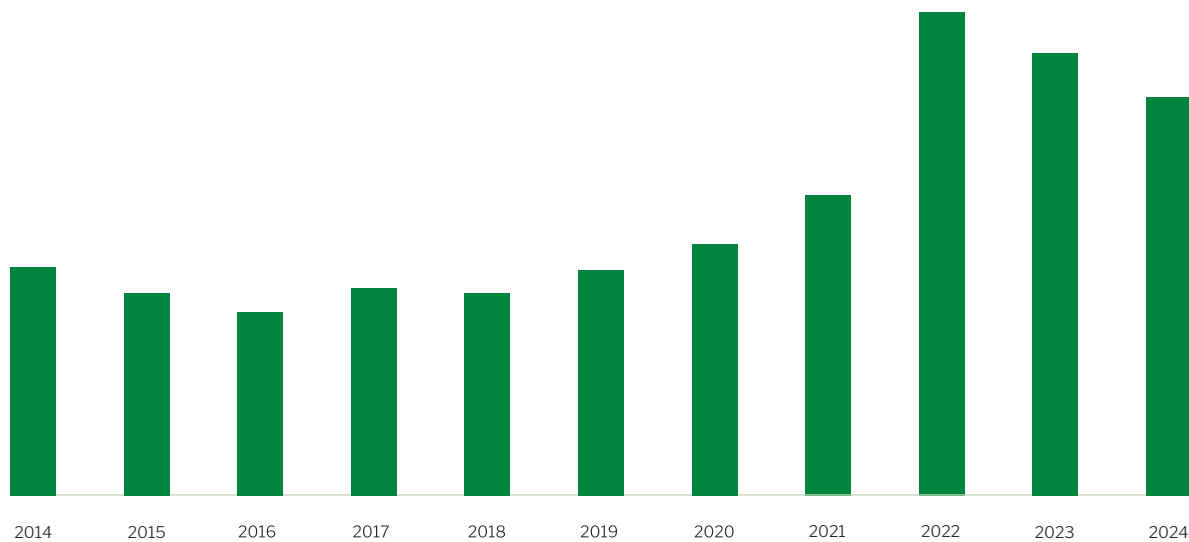


A FLORESTA É A NOSSA VIDA

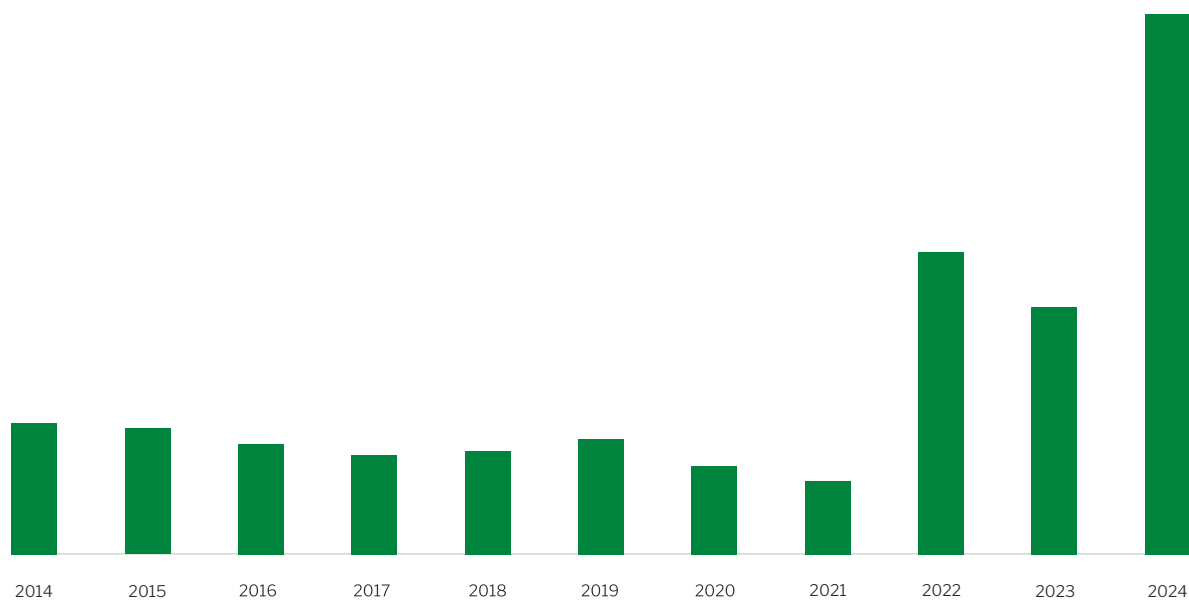
Autonomia Financeira (valores em percentagem)



Volume de Negócios (valores em euros)



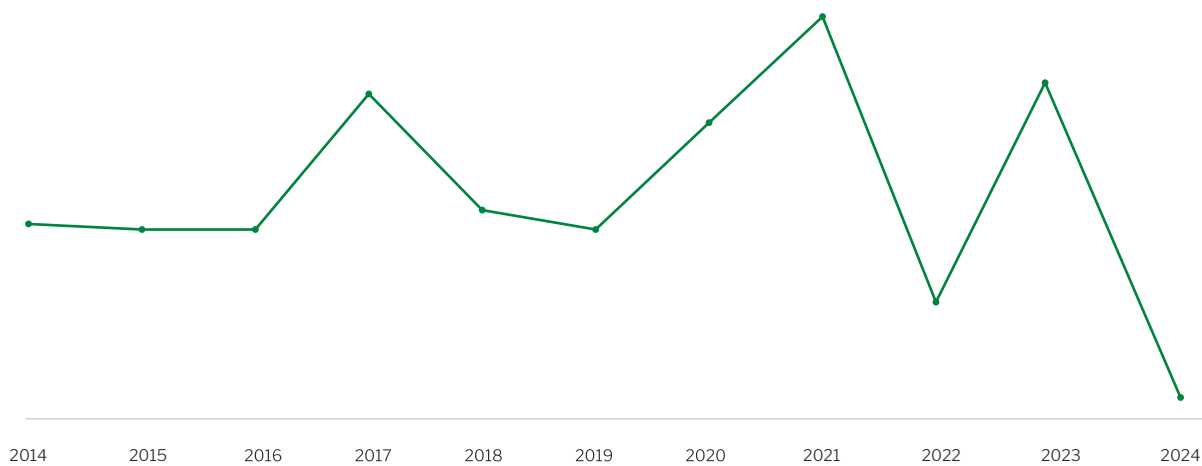
EBITDA (valores em euros)



Rentabilidade das vendas (valores em percentagem)



Rácio de distribuição de Dividendos (valores em percentagem)



c) ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

(Euros)

Indicadores	2023	2024
Vendas e serviços prestados	116.684.989	100.614.199
Crescimento das vendas	-4,2%	-13,8%
Capitais próprios	6.185.454	10.588.149
Rentabilidade dos capitais próprios	6,5%	14,7%
Rentabilidade das vendas	0,34%	1,55%
Taxa de rentabilidade interna	0,97%	4,87%
Meios libertos líquidos (cash-flow)	1.130.702	4.900.109
Ativo corrente	23.465.129	23.929.166
Passivo corrente	19.939.963	16.506.084
Fundo de maneo líquido	3.525.166	1.723.082
Liquidez geral	1,18	1,45
Ativo Total	27.195.052	34.285.310
Passivo Total	21.009.598	23.697.161
Autonomia financeira	22,7%	30,9%
Solvabilidade	29,4%	44,7%
Prazo médio de recebimentos	60 dias	58 dias
Prazo médio de pagamentos	18 dias	19 dias
EBITDA a)	1.571.071	3.787.196
Gastos de financiamento líquidos	892.655	1.109.409
Imposto sobre o rendimento (IRC)	140.308	932.961
Resultado líquido do período	392.402	1.558.325
Net Debt	13.676.575	13.114.589
Factoring	5.575.027	2.656.402
Net Debt Ex Factoring	8.101.548	10.458.187
Net Debt/EBITDA	8,71	3,46
Net Debt/(Net Debt Ex Factoring)	1,51	1,20
(Net Debt Ex Factoring)/EBITDA	5,75	2,89

a) **EBITDA** = Resultado antes de impostos, juros, gastos de depreciação e de amortização, perdas por imparidade e provisões.



5.8 VENDAS E MARGEM BRUTA

As vendas registaram uma queda de **14%** em 2024 após um decréscimo de **4%** em 2023.

A redução de receitas tem de ser mitigada quando a análise for feita de forma consolidada com a Unipellets e se olharmos numa perspectiva organizacional do grupo, onde a **Unipellets** foi separada num veículo autónomo, não sendo considerada nesta análise a paridade com 2023.

O Volume de Negócios consolidado do Grupo no exercício findo é de 107.699.400,42 euros.

Este montante reflete as Vendas e Serviços Prestados, que totalizam 100.614.199,30 euros, acrescidos do contributo da Unipellets, que encerrou o ano com 20.640 toneladas em existências, destinadas ao cumprimento de contratos para 2025, valorizadas em 3.612.000 euros (considerando um valor unitário de 175 euros por tonelada), bem como vendas efetivas no valor de 3.452.561,12 euros.

Importa ressaltar que este dado não corresponde ao valor consolidado final, uma vez que não foram expurgadas as transações intra-grupo, que poderão ter um impacto relevante no resultado líquido final do exercício. Esta situação decorre do facto de a obrigação de consolidar contas iniciar-se no exercício de 2025, pelo que o presente relatório reflete uma agregação dos resultados das diferentes unidades de negócio sem efetuar os necessários ajustamentos consolidados.

Desta forma, o valor apresentado evidencia a solidez das operações comerciais e o aproveitamento estratégico das existências para garantir o cumprimento dos compromissos futuros, fortalecendo a capacidade de resposta às exigências do mercado.

A **rentabilidade das vendas** melhorou em 2024, passamos de **0,34% em 2023**, para **1,55% em 2024**.

5.9 MARGEM EBITDA

A **margem EBITDA** apresenta um crescimento relevante, com um **EBITDA de 3,787M€ em 2024**, mais do que o dobro dos **1,57M€ de 2023** e igualmente superior a **1,81M€ de 2022**.

A eficiência operacional melhorou.

5.10 FINANCIAMENTOS E ESTRUTURA DE CAPITAL

A **autonomia financeira** passou para **31% em 2024**, um grande avanço face aos **23% de 2023** e superior aos **22% de 2022**.

O **endividamento líquido** reduziu para **13,114M€ em 2024**, abaixo dos **13,677M€ de 2023**, mas ainda longe dos **15,54M€ de 2022**.

A dependência do **factoring** caiu para **2,66M€ em 2024**, contra **5,57M€ em 2023** e **8,11M€ em 2022**, reduzindo a exposição a financiamento de curto prazo.

O rácio **Net Debt / EBITDA** caiu para **3,46x em 2024**, uma melhoria significativa face aos **8,71x de 2023**, indicando uma maior capacidade de geração de caixa para cobrir a dívida.

5.11 CICLOS DE PAGAMENTO E RECEBIMENTO

O **prazo médio de recebimentos** estabilizou nos **58 dias em 2024**, abaixo dos **59 dias em 2023** e **65 dias em 2022**, refletindo uma consolidação do prazo de conversão de vendas em caixa.

O **prazo médio de pagamentos** manteve-se curto em **19 dias em 2024**, semelhante aos **18 dias em 2023** e **15 dias em 2022**, o que pode pressionar a tesouraria. A direção financeira contratualizou para esse efeito linhas de confirming por forma a mitigar esta evidente oportunidade de melhoria.

5.12 RENTABILIDADES DIVERSAS

A **rentabilidade dos capitais próprios** melhorou para **14,7% em 2024**, bastante acima dos **6,3% de 2023**, mas ainda inferior aos **18,9% de 2022**.

5.13 REGRAS DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO

O **fundo de maneiio líquido** expandiu para **7,42M€ em 2024**, contra **3,53M€ em 2023**, reforçando a capacidade de financiamento do ativo corrente.

A **liquidez geral** aumentou para **1,45x**, acima dos **1,18x de 2023**, sugerindo uma melhor cobertura de passivos de curto prazo.

CONCLUSÃO

A performance financeira de 2024 reflete uma **reestruturação estratégica**, com impacto na redução de vendas, mas ganhos operacionais relevantes. A melhoria do **EBITDA**, a **redução da dependência de factoring** e o **aumento da solvabilidade** são sinais positivos, bem como uma ligeira melhoria no prazo médio de recebimentos.

De referir que esta análise está feita no pressuposto da ausência do contributo da **Unipellets** e no facto de este ser o primeiro ano de atividade da referida empresa, ou seja, como já referido, a **consolidação do Grupo Unimadeiras, só passará a ser obrigatória no próximo exercício de 2025**.



d) PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A conta de Resultado Líquido do exercício da Unimadeiras, S.A. apresenta em 31 de Dezembro, relativamente ao desempenho verificado no exercício de 2024, um saldo positivo de 1.558.325,09 euros.

O Conselho de Administração, considerando a legislação em vigor, bem como as disposições estatutárias, propõe a seguinte aplicação de resultados:

	Valor €
Para Dividendos	100.000
Para Reserva Legal	0,00
Para Reservas Livres	1.458.325,09
Total	1.558.325,09

Considerando o modelo de desenvolvimento e o plano estratégico previamente aprovados pelos Senhores Acionistas, o Conselho de Administração propõe a distribuição de dividendos no montante de 0,25 euros por ação, em linha com a política de criação de valor sustentável para os acionistas.



NOTAS FINAIS

- Declaramos que não existe qualquer dívida em mora ao setor estado e outros entes públicos, nomeadamente segurança social e ao Estado;
- De acordo com o código das sociedades comerciais, informamos de que não foram concedidas quaisquer autorizações para negócios entre a sociedade e os seus administradores;
- Não se registaram factos ambientais nem laborais dignos de relevância;
- Relativamente a factos relevantes ocorridos após o termo do período, até à data de elaboração deste relatório de gestão, não ocorreram quaisquer factos que pudessem significar alterações da situação à data do balanço.

Albergaria-a-Velha,
28 de fevereiro de 2025

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento:

O Conselho de Administração

- Aos Senhores Acionistas pela confiança depositada;
- À Mesa da Assembleia Geral, revisor de contas e Fiscal Único pela colaboração e permanente apoio recebido;
- Às Instituições Financeiras, pelo apoio manifestado.

Hernâni da Seca Martins Pereira
Jorge Armando Mendes Loureiro, João Vicente Lourenço
Maria Madalena Videira da Silva Pinheiro
Álvaro Matos Bandeira e filhos, representada por
António Manuel Martins Bandeira

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO DE 2024

Nos termos do n.º 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que a participação dos órgãos de Administração e de Fiscalização no Capital Social da empresa “UNIMADEIRAS – Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A.” é a seguinte:

	Nº de Ações Inicial	Aquisição em 2024	Nº de Ações Final	% de Participação
Conselho de Administração				
Jorge Armando Mendes Loureiro	17.380	-60	17.320	4,30
Hernâni da Seca Martins Pereira	8.545	1000	9.545	2,40
João Vicente Lourenço	3.150	2.250	5.400	1,40
Maria Madalena Videira Pinheiro	2.560	5.200	7.760	1,90
Álvaro Matos Bandeira & Filhos Lda.	12.310	0	12.310	3,10
Conselho Fiscal				
José Joaquim de Bastos Correia	6.130	0	6.130	1,53
Manuel Fernandes Pedrosa	100	0	100	0,03
Lurdes Susana Mendes Amorim (ROC)	0	0	0	0



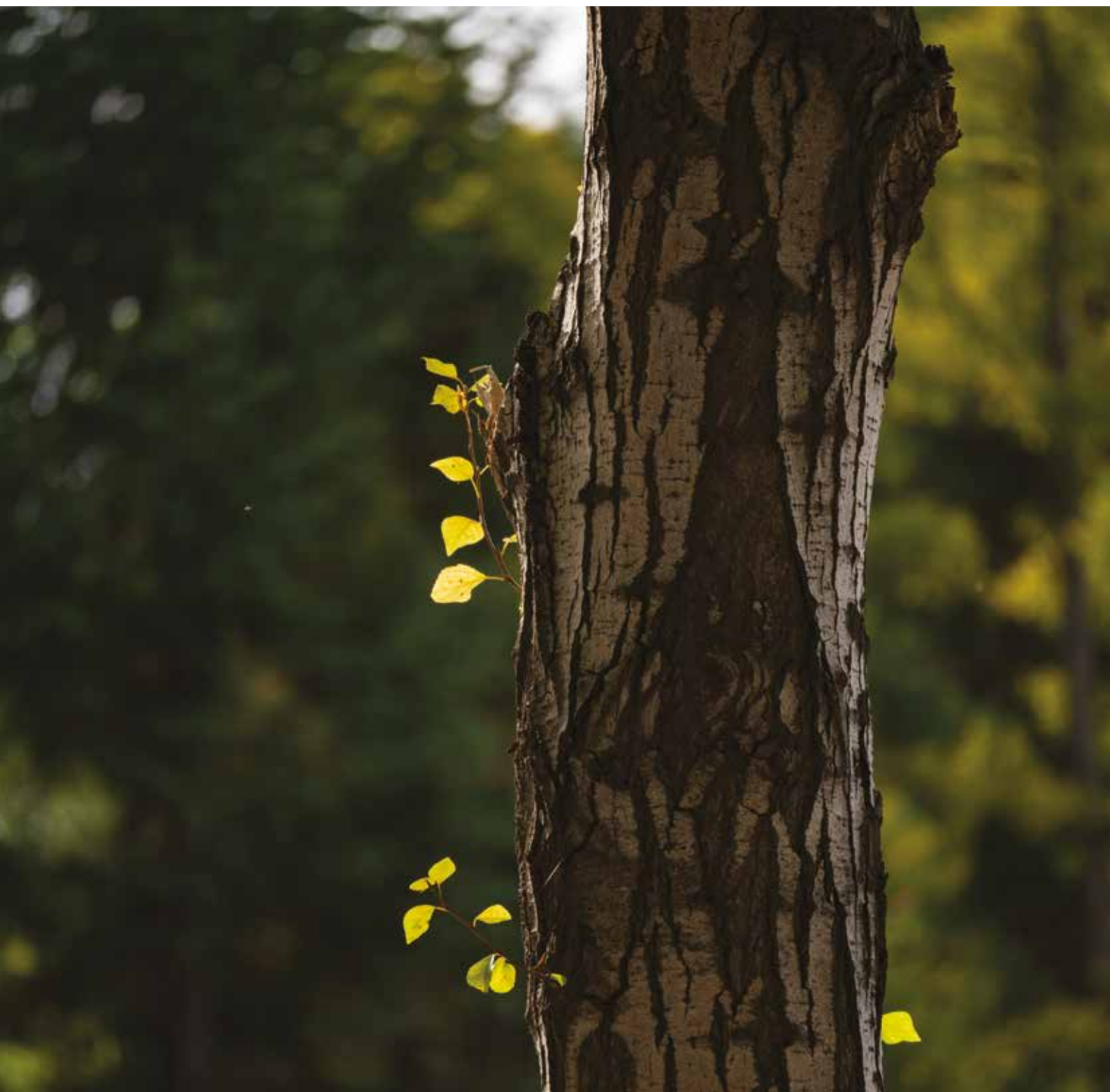
Albergaria-a-Velha,
28 de fevereiro de 2025

O Conselho de Administração

Hernâni da Seca Martins Pereira
Jorge Armando Mendes Loureiro, João Vicente Lourenço
Maria Madalena Videira da Silva Pinheiro
Álvaro Matos Bandeira e filhos, representada por
António Manuel Martins Bandeira

e) PERSPETIVAS PARA O FUTURO

Olhamos para 2025 com otimismo e ambição, focados na sustentabilidade, inovação e expansão internacional. A nossa estratégia passa por aprofundar a internacionalização do grupo, reforçar o posicionamento no mercado de sustentabilidade e créditos de carbono e continuar a apostar na digitalização e eficiência operacional. As iniciativas implementadas em 2024 preparam-nos para enfrentar os desafios futuros e aproveitar as oportunidades que se avizinham.



ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

EXERCÍCIO 2024



unimadeiras
A FLORESTA É A NOSSA VIDA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

	Notas	IFRS - 31/12/2024	SNC - 31/12/2023
Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	5.754.100,58	3.670.031,17
Propriedades de investimento	6, 8	4.501.576,07	-
Participações financeiras outros métodos	5.2	100.467,31	59.892,48
		10.356.143,96	3.729.923,65
Ativo Corrente			
Ativos biológicos	9	4.753.000,20	589.200,20
Inventários	9.1	131.641,20	-
Clientes	10	15.897.385,14	19.010.572,21
Adiantamentos a fornecedores		284.078,34	302.483,38
Estado e outros entes públicos (A)	11	1.670.789,75	1.708.326,36
Outros créditos a receber	19	253.709,98	438.166,96
Diferimentos Ativos	12	433.430,99	433.430,99
Caixas equivalentes de caixa	4	505.130,02	982.948,97
		23.929.165,62	23.465.129,07
Total do ativo		34.285.309,58	27.195.052,72
Capital Próprio			
Capital subscrito	13	2.000.000,00	2.000.000,00
Outros instrumentos de capital próprio		-	-
Prêmios de emissão		243.646,50	243.646,50
Reservas legais		400.000,00	400.000,00
Outras reservas		3.261.807,83	3.149.405,89
Excedentes de revalorização	7, 8, 9, 17	5.208.714,21	-
Resultados Transitados		-2.084.344,91	-
Resultado líquido/líquido consolidado do período		1.558.325,09	392.401,94
Total do capital próprio		10.588.148,72	6.185.454,33
Passivo Não Corrente			
Provisões	14	833.430,99	433.430,99
Financiamentos obtidos (não corrente)	16	4.073.591,07	636.204,27
Passivos por impostos diferidos	17	2.284.054,81	-
		7.191.076,87	1.069.635,26
Passivo Corrente			
Fornecedores	18	5.123.904,34	5.623.835,36
Estado e outros entes públicos (P)	11	177.036,19	180.011,30
Financiamentos obtidos (Corrente)	16	6.889.725,95	8.448.292,50
Financiamentos Factoring	16	2.656.401,62	5.575.026,70
Outras contas a pagar	19	1.659.015,89	112.797,27
		16.506.083,99	19.939.963,13
Total do Passivo		23.697.160,86	21.009.598,39
Total do Capital Próprio e do Passivo		34.285.309,58	27.195.052,72

O Conselho de Administração

Hernâni da Seca Martins Pereira, Jorge Armando Mendes Loureiro, João Vicente Lourenço,
 Maria Madalena Videira da Silva Pinheiro, Álvaro Matos Bandeira e filhos,
 representada por António Manuel Martins Bandeira

O Contabilista Certificado
 Nuno Carlos Espanha de Cardoso Proença

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA			
	Notas	IFRS - 31/12/2024	SNC - 31/12/2023
Vendas e serviços prestados	21	100.614.199,30	116.684.989,25
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend. conjuntos	5.1	25.574,83	-12.845,57
Variação nos inventários da produção		-	30.000,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	22	-96.872.770,02	-110.987.980,77
Fornecimentos e serviços externos	23	-1.836.099,18	-2.454.252,94
Gastos com o pessoal	24	-1.299.507,10	-1.114.664,78
Imparidade/Justo Valor (perdas/reversões)	20	3.155.161,67	-592.594,54
Outros rendimentos	25	187.291,28	131.439,92
Outros gastos	26	-186.654,55	-113.019,58
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3.787.196,23	1.571.070,99
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	-186.621,77	-145.705,89
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3.600.574,46	1.425.365,10
Juros e rendimentos similares obtidos		121,11	-
Juros e gastos similares suportados	27	-1.109.409,49	-892.655,47
Resultado antes dos impostos		2.492.286,08	532.709,63
Imposto sobre o rendimento do período	11,28	-932.960,99	-140.307,69
Resultado líquido do período		1.558.325,09	392.401,94

O Conselho de Administração

Hernâni da Seca Martins Pereira, Jorge Armando Mendes Loureiro, João Vicente Lourenço,
 Maria Madalena Videira da Silva Pinheiro, Álvaro Matos Bandeira e filhos,
 representada por António Manuel Martins Bandeira

O Contabilista Certificado
 Nuno Carlos Espanha de Cardoso Proença

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 2024

	IFRS - Período 2024		SNC - Período 2023	
Atividades Operacionais				
Recebimentos de clientes		96.552.968,91		115.985.684,55
Pagamentos a fornecedores		-100.652.614,25		-114.780.769,70
Pagamentos ao pessoal		-453.754,22		-621.260,29
Fluxo gerado pelas operações		-4.553.399,56		583.654,56
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00		0,00
Outros recebimentos/pagamentos da atividade		-2.850.224,39		-12.149.676,49
Fluxos das atividades operacionais (1)		-7.403.623,95		-11.566.021,93
Atividades de Investimento				
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis	0,00		0,00	
Investimentos financeiros	0,00		0,00	
Juros e rendimentos similares	0,00		0,00	
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	0,00		-621,64	
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	-13.338,00	-13.959,64
Fluxos das atividades de investimento (2)		0,00		-13.959,64
Atividades de Financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	94.401.282,08	94.401.282,08	94.532.844,21	94.532.844,21
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	86.410.722,91		81.267.636,12	
Juros e gastos similares	-875.511,81		-527.518,71	
Dividendos	-189.242,36	87.475.477,08	-202.338,84	81.997.493,67
Fluxos das atividades de financiamento (3)		6.925.805,00		12.535.350,54
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		-477.818,95		955.368,97
Caixa e seus equivalentes no início do período		982.948,97		27.580,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		505.130,02		982.948,97

O Conselho de Administração

Hernâni da Seca Martins Pereira, Jorge Armando Mendes Loureiro, João Vicente Lourenço,
 Maria Madalena Videira da Silva Pinheiro, Álvaro Matos Bandeira e filhos,
 representada por António Manuel Martins Bandeira

O Contabilista Certificado
 Nuno Carlos Espanha de Cardoso Proença

(Euros)

CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL - SNC										
Descrição	Capital Realizado	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de Revalorização	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
Posição no início de 2023 (6)	2.000.000,00	243.646,50	340.000,00	2.341.434,01			1147.971,88	6.073.052,39		6.073.052,39
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas. Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas no capital próprio										
(7)										
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 2023 (8)							392.401,94	392.401,94		392.401,94
RESULTADO INTEGRAL 9 = (7+8)							392.401,94	392.401,94		392.401,94
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Realização de capital										
Realização de prémios de emissão. Distribuições										
Entrada para cobertura de perdas										
Outras operações			60.000,00	807.971,88			(1147.971,88)	(280.000,00)		(280.000,00)
(10)			60.000,00	807.971,88			(1147.971,88)	(280.000,00)		(280.000,00)
POSIÇÃO NO FIM DE 2023 - 11 = (6+7+8+10)	2.000.000,00	243.646,50	400.000,00	3.149.405,89			392.401,94	6.185.454,33		6.185.454,33

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado
Nuno Carlos Espanha de Cardoso ProençaHernâni da Seca Martins Pereira, Jorge Armando Mendes Loureiro, João Vicente Lourenço,
Maria Madalena Videira da Silva Pinheiro, Álvaro Matos Bandeira e filhos, representada por António Manuel Martins Bandeira

(Euros)

CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL - IFRS										
Descrição	Capital Realizado	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transfidos	Excedentes de Revalorização	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
Posição no início de 2024	2.000.000,00	243.646,50	400.000,00	3.149.405,89	-	-	392.401,94	6.185.454,33	-	6.185.454,33
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas. Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				392.401,94	(2.084.344,91)	5.208.714,21	(392.401,94)	3.124.369,30		3.124.369,30
(7)	-	-	-	392.401,94	(2.084.344,91)	5.208.714,21	(392.401,94)	3.124.369,30	-	3.124.369,30
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 2024 (8)							1.558.325,09	1.558.325,09		1.558.325,09
RESULTADO INTEGRAL 9 = (7+8)							1.165.923,15	4.682.694,39	-	4.682.694,39
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Realização de capital										
Realização de prémios de emissão. Distribuições										
Entrada para cobertura de perdas										
Outras operações				(280.000,00)			-	-		(280.000,00)
(10)				(280.000,00)			-	-		(280.000,00)
POSIÇÃO NO FIM DE 2024 - 11 = (6+7+8+10)	2.000.000,00	243.646,50	400.000,00	3.261.807,83	(2.084.344,91)	5.208.714,21	1.558.325,09	10.868.148,72	-	10.868.148,72

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado
Nuno Carlos Espanha de Cardoso Proença

Hernâni da Seca Martins Pereira, Jorge Armando Mendes Loureiro, João Vicente Lourenço,
Maria Madalena Videira da Silva Pinheiro, Álvaro Matos Bandeira e filhos, representada por António Manuel Martins Bandeira

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A empresa “Unimadeiras – Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A.”, contribuinte nº 500 293 066, é uma sociedade anónima constituída em 14/10/1974, com sede social no Areeiro, freguesia e concelho de Albergaria-a-Velha, tendo como atividade principal o comércio por grosso de madeira em bruto (CAE 46731).

Com referência a 31 de dezembro de 2024, a Empresa procedeu à alteração do normativo contabilístico para IFRS, de forma a permitir a comparação das suas demonstrações financeiras com os parceiros comerciais e diversos stakeholders internacionais.

Os principais impactos da alteração de normativo contabilístico referem-se a:

- *Alteração da mensuração dos ativos fixos tangíveis para o modelo de revalorização;*
- *Alteração da mensuração das propriedades de investimento para o justo valor;*
- *Alteração da mensuração dos ativos biológicos para o justo valor;*

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia, em vigor a 1 de janeiro de 2024. De ora em diante, o conjunto destas normas e interpretações será designado genericamente por “IFRS”.

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade e com o regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

A preparação das demonstrações financeiras requer a utilização de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos, relevantes na aplicação das políticas contabilísticas, e com impacto significativo no valor dos ativos e passivos e reconhecimento dos rendimentos e gastos em cada período de reporte.

Apesar de estas estimativas terem por base a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou os pressupostos e estimativas mais significativas para a preparação das referidas demonstrações financeiras.

2.2 NOVAS NORMAS CONTABILÍSTICAS E O SEU IMPACTO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Normas	Alteração	Data de aplicação
<p>As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Unimadeiras aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:</p>		
<p>Clarificação dos requisitos de classificação de passivos como corrente ou não corrente (alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras)</p>	<p>O IASB emitiu em 23 de janeiro de 2020 uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para clarificar como classificar dívida e outros passivos como corrente e não corrente.</p> <p>As alterações esclarecem um critério da IAS 1 para classificar um passivo como não corrente: a exigência de uma entidade ter o direito de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após o período de relatório.</p> <p>As alterações visam:</p> <ul style="list-style-type: none"> - especificar que o direito de uma entidade de diferir a liquidação deve existir no final do período de relatório e tem de ser substantivo; - esclarecer que os rácios que a empresa deve cumprir após a data do balanço (ou seja, rácios futuros) não afetam a classificação de um passivo na data do balanço. No entanto, quando passivos não correntes estão sujeitos a rácios futuros, as empresas têm de divulgar informação que permita aos utilizadores compreender o risco de que esses passivos possam ser reembolsados dentro de 12 meses após a data do balanço,; - esclarecer os requisitos para classificar passivos que uma entidade irá liquidar, ou possa liquidar, através da emissão dos seus próprios instrumentos patrimoniais (ex: dívida convertível). 	<p>1 de janeiro de 2024</p>
<p>Passivo de locação numa transação de venda e relocação (alterações à IFRS 16 – Locações)</p>	<p>O IASB emitiu em Setembro de 2022 alterações à IFRS 16 – Locações que introduzem um novo modelo contabilístico para pagamentos variáveis numa transação de venda e relocação.</p> <p>As alterações confirmam que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No reconhecimento inicial, o vendedor - locatário inclui os pagamentos variáveis de locação quando mensura um passivo de locação decorrente de uma transação de venda e relocação. - Após o reconhecimento inicial, o vendedor - locatário aplica os requisitos gerais para a contabilização subsequente do passivo de locação, de modo que não reconheça nenhum ganho ou perda relacionado com o direito de uso que retém. - Um vendedor - locatário pode adotar diferentes abordagens que satisfaçam os novos requisitos de mensuração subsequente. - De acordo com a IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, um vendedor - locatário terá de aplicar as alterações retrospectivamente às transações de venda e relocação celebradas ou após a data de aplicação inicial da IFRS 16. Isto significa que terá de identificar e reanalisar as transações de venda e relocação celebradas desde a implementação da IFRS 16 em 2019 e, potencialmente, reexpressar aquelas que incluíam pagamentos variáveis de locação. 	<p>1 de janeiro de 2024</p>
<p>Alterações à IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores</p>	<p>Em 25 de maio de 2023, o International Accounting Standards Board (IASB) publicou Acordos de Financiamento de Fornecedores com alterações à IAS 7 - Demonstração de Fluxos de Caixa e IFRS 7 - Divulgações de Instrumentos Financeiros.</p> <p>As alterações referem-se aos requisitos de divulgação relativos a acordos de financiamento de fornecedores - também conhecidos como financiamento da cadeia de fornecimento, financiamento de contas a pagar ou acordos de factoring com recurso.</p> <p>Os novos requisitos complementam aqueles já incluídos nas normas IFRS e incluem divulgações sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Termos e condições de acordos de financiamento de fornecedores; - Os montantes das responsabilidades objeto de tais acordos, em que parte deles os fornecedores já receberam pagamentos dos financiadores e em que rubrica essas responsabilidades são apresentadas no balanço; - Os intervalos de datas de vencimento; - Informações sobre risco de liquidez. 	<p>1 de janeiro de 2024</p>

Normas	Alteração	Data de aplicação
Normas, alterações e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas para a Unimedeiras, ainda não endossadas pela União Europeia.		
Alterações à IAS 21 - Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio : Falta de Convertibilidade	<p>Em 15 de agosto de 2023, o International Accounting Standards Board (IASB ou Conselho) emitiu Falta de Convertibilidade (Alterações à IAS 21 - Os Efeitos de Alterações nas Taxas de Câmbio) (as alterações).</p> <p>As alterações esclarecem como uma entidade deve avaliar se uma moeda é convertível ou não e como deve determinar uma taxa de câmbio à vista em situações de falta de convertibilidade.</p> <p>Uma moeda é convertível por outra moeda quando uma empresa é capaz de trocar essa moeda por outra moeda na data de mensuração e para uma finalidade específica. Quando uma moeda não é convertível, a empresa tem de estimar uma taxa de câmbio à vista.</p> <p>De acordo com as alterações, as empresas terão de fornecer novas divulgações para ajudar os utilizadores a avaliarem o impacto da utilização de uma taxa de câmbio estimada nas demonstrações financeiras. Essas divulgações poderão incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a natureza e os impactos financeiros da moeda não ser convertível; - a taxa de câmbio à vista utilizada; - o processo de estimativa; - os riscos para a empresa porque a moeda não é convertível. <p>A aplicação antecipada é permitida.</p>	1 de janeiro de 2025
Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	<p>Em 30 de maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB ou Conselho) emitiu alterações aos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. As alterações visam resolver a diversidade na aplicação da norma, tornando os requisitos mais compreensíveis e consistentes.</p> <p>Estas alterações têm como objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Clarificar a classificação de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governo corporativo (ESG) e similares, uma vez que estas características em empréstimos podem afetar se os empréstimos são mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor. Para resolver qualquer potencial diversidade na aplicação prática, as alterações esclarecem como os fluxos de caixa contratuais dos empréstimos devem ser avaliados. - Clarificar a data em que um ativo financeiro ou passivo financeiro é desreconhecido quando a sua liquidação é efetuada por meio de sistemas de pagamento eletrónicos. Existe uma opção de política contabilística que permite o desreconhecimento de um passivo financeiro antes de entregar o dinheiro na data de liquidação, no caso de certos critérios serem cumpridos. - Melhorar a descrição do termo "sem recurso", de acordo com as alterações, um ativo financeiro possui características de sem recurso se o direito final de receber fluxos de caixa de uma entidade for contratualmente limitado aos fluxos de caixa gerados por ativos específicos. A presença de características sem recurso não exclui necessariamente o ativo financeiro de cumprir com o SPPI, mas as características precisam ser cuidadosamente analisadas. - Clarificar que um instrumento contratualmente vinculado (linked instrument) deve apresentar uma estrutura de pagamento em cascata que cria uma concentração de risco de crédito ao alocar as perdas de forma desproporcional entre as diferentes tranches. A pool subjacente pode incluir instrumentos financeiros que não estão no âmbito da classificação e mensuração da IFRS 9 (por exemplo, contratos de locação financeira), mas deve ter fluxos de caixa equivalentes ao critério SPPI. <p>O IASB também introduziu requisitos adicionais de divulgação referentes a investimentos em ações designados a justo valor através de outro rendimento integral e instrumentos financeiros com características contingentes, por exemplo características ligadas a metas ESG.</p> <p>A aplicação antecipada é permitida.</p>	1 de janeiro de 2026

Normas	Alteração	Data de aplicação
Normas, alterações e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas para a Unimadeiras, ainda não endossadas pela União Europeia.		
IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	<p>Em 9 de abril de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB ou Conselho) emitiu a nova Norma, IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras.</p> <p>As principais mudanças introduzidas por esta Norma são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promoção de uma demonstração de resultados mais estruturada. Em particular, introduz um novo subtotal "lucro operacional" e o requisito que todas as receitas e despesas sejam classificadas em três novas categorias distintas com base nas principais atividades comerciais de uma empresa: Operacional, Investimento e Financiamento. - Exigência para que as empresas analisem as suas despesas operacionais diretamente na face da demonstração de resultados – seja por natureza, por função ou de forma mista. - Exigência para que algumas das medidas 'não-GAAP' que a Empresa/Grupo utiliza sejam relatadas nas demonstrações financeiras. A Norma define MPMs (Medidas de Desempenho não-GAAP) como um subtotal de receitas e despesas que: <ul style="list-style-type: none"> - são utilizadas em comunicações públicas fora das demonstrações financeiras; - e comunicam a visão da administração sobre o desempenho financeiro. <p>Para cada MPM apresentada, as empresas precisarão de explicar numa única nota nas demonstrações financeiras a razão pela qual a medida fornece informações úteis, como é calculada, e reconciliá-la com um valor determinado de acordo com as IFRS.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Introdução de orientações aperfeiçoadas sobre como as empresas agrupam informações nas demonstrações financeiras. Inclui orientações sobre se as informações materiais estão incluídas nas demonstrações financeiras primárias ou estão mais detalhadas nas notas. <p>A aplicação antecipada é permitida e é de aplicação retrospectiva.</p>	1 de janeiro de 2027
IFRS 19 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	<p>Em 9 de maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB ou Conselho) emitiu a nova Norma, IFRS 19 Subsidiárias sem Prestação de Contas Pública: Divulgações, que permitem que subsidiárias elegíveis usem as IFRS com divulgações reduzidas. A aplicação do IFRS 19 reduzirá os custos de preparação das demonstrações financeiras das subsidiárias, mantendo a utilidade da informação para os utilizadores das suas demonstrações financeiras.</p> <p>Uma subsidiária pode optar por aplicar a nova Norma nas suas demonstrações financeiras consolidadas, individuais ou separadas, desde que, na data de relato:</p> <ul style="list-style-type: none"> - não tenha prestação de contas pública; - a sua empresa-mãe prepare demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS. <p>Uma subsidiária que aplique a IFRS 19 é obrigada a declarar claramente na sua declaração explícita e incondicional de conformidade com as IFRS que a IFRS 19 foi adotada.</p> <p>A aplicação antecipada é permitida e é de aplicação retrospectiva.</p>	1 de janeiro de 2027

A adoção das normas e alterações endossadas pela União Europeia e de aplicação obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2024 não tiveram impactos significativos nas demonstrações financeiras.

Não se estima que da adoção das novas normas e interpretações ainda não endossadas pela União Europeia, resulte impactos materiais nas demonstrações financeiras da Unimadeiras.

2.3 COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024, não são comparáveis na totalidade uma vez que, em 2024 foram adotadas as normas IFRS.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos registos contabilísticos da Empresa.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos, cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A empresa adota o modelo de revalorização como método de mensuração dos ativos fixos tangíveis, conforme previsto na IAS 16 – Ativos Fixos Tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos pelo seu custo de aquisição ou produção, acrescido de quaisquer custos diretamente atribuíveis à sua colocação em condições de uso. Subsequentemente, os ativos classificados como sujeitos a revalorização são mensurados ao seu justo valor, determinado com referências a avaliações realizadas periodicamente por avaliadores independentes qualificados e registados na CMVM (Eng.ª Joana Novais de Figueiredo). As revalorizações são efetuadas com uma periodicidade prevista de 2 anos de forma a que assegure que o valor registado não difira significativamente do justo valor à data do relato financeiro.

Os incrementos de valor resultantes da revalorização são registados em excedentes de revalorização no capital próprio, exceto na medida em que revertam revalorizações previamente reconhecidas em resultados. Reduções no valor do ativo que excedam os excedentes de revalorização previamente constituídos são reconhecidas como uma perda no período em que ocorrem.

Os ativos sujeitos a revalorização são depreciados ao longo da sua vida útil estimada, sendo a depreciação calculada com base no valor revalorizado do ativo. O impacto das revalorizações na depreciação subsequente é devidamente refletido nas demonstrações financeiras.

A empresa assegura o cumprimento dos requisitos de divulgação aplicáveis, incluindo a descrição das bases de mensuração utilizadas, a periodicidade das revalorizações, as premissas relevantes consideradas nas avaliações e a reconciliação dos valores registados no balanço.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de alienação e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

- **Edifícios e Outras Construções = 20 a 50 anos**
- **Equipamento básico = 3 a 10 anos**
- **Equipamento de transporte = 4 anos**
- **Equipamento administrativo = 3 a 8 anos**
- **Outros ativos fixos tangíveis = 4 a 20 anos**

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período.

ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis, que compreendem essencialmente programas de computadores, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações. O método de amortização utilizado pela Empresa é o método das quotas constantes. A amortização dos ativos intangíveis tem início quando os mesmos se encontram disponíveis para uso, sendo o cálculo efetuado numa base duodecimal.

A vida útil estimada para estes ativos é de 3 anos. As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospetivamente.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que os benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável.

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento compreendem terrenos e edifícios detidos pela empresa para uso futuro indeterminado e pelos quais obtém rendimento, não se destinando ao uso na produção, ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do justo valor. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor de propriedades de investimento são reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem.

O justo valor das referidas propriedades de investimento foi determinada por um estudo de avaliação patrimonial efetuado por um avaliados profissionalmente credenciado, independente e registada na CMVM (Eng.ª Joana Novais de Figueiredo). Pretendem-se que as reavaliações ocorram periodicamente de 2 em 2 anos.

O justo valor da propriedade de investimento é o preço pelo qual a propriedade poderia ser trocada entre partes conhecedoras e dispostas a isso numa transação em que não exista relacionamento entre as mesmas, refletindo as condições de mercado à data de relato das demonstrações financeiras.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como gasto no exercício a que se referem.

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

A classificação das participações financeiras tem em conta a tipologia das mesmas, nomeadamente quanto ao tipo e extensão do grau de controlo podendo-se distinguir as seguintes categorias:

Investimentos em subsidiárias

As participações financeiras em subsidiárias em que a Empresa exerce o controlo direto e indireto são registadas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando a Empresa detém mais de metade dos direitos de voto, quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma Empresa ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%, poder para nomear ou demitir a maioria dos membros do órgão de gestão da outra entidade ou poder de agrupar a maioria de votos nas reuniões do órgão de gestão da outra entidade.

Investimentos em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a Empresa adquire a influência significativa direta ou indireta

até ao momento em que a mesma termina.

As associadas são entidades nas quais a Empresa tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a Empresa exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada.

O goodwill é apresentado separadamente da quantia escriturada do investimento na rubrica “Ativos intangíveis” e amortizado em 10 anos.

Qualquer excesso da parte do investidor no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada acima do custo do investimento é excluído da quantia escriturada do investimento e é incluído como rendimento na determinação da parte do investidor nos resultados da associada do período em que o investimento é adquirido.

A totalidade da quantia escriturada do investimento numa associada deve ser testada quanto à existência de imparidade como se de um único ativo se tratasse comparando a sua quantia recuperável com a sua quantia escriturada. Uma perda por imparidade reconhecida nestas circunstâncias deve ser imputada primeiramente ao goodwill, sendo que a parcela da perda que tiver sido imputada ao goodwill não poderá ser objeto de reversão. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

RESPONSABILIDADES COM LOCAÇÕES

As responsabilidades com locações são inicialmente mensuradas com base no valor presente das responsabilidades da locação à data. Subsequentemente, o passivo da locação é ajustado pelo efeito dos juros e dos pagamentos de locação, bem como pelas possíveis modificações dos contratos de locação. Os pagamentos de locação incluem os pagamentos efetuados a um locador pelo direito de uso de um ativo subjacente durante o prazo da locação (excluindo os pagamentos de locação variáveis) e incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra, no caso de existir expectativa razoável que a Empresa a exerça, e o montante de penalidades por rescisão de contratos, se for razoavelmente certo que a Empresa acione a possibilidade de rescisão.

Para o apuramento do valor presente dos pagamentos de locação, nos casos em que não é possível obter a taxa de juro implícita, a Empresa utiliza a taxa incremental de financiamento, que representa a taxa de juro que a Empresa teria de pagar para pedir emprestado por um prazo semelhante, e com uma garantia semelhante, os fundos necessários para obter um ativo de valor equivalente ao ativo sob direito de uso num contexto económico semelhante.

A Empresa determina o prazo da locação como o período não cancelável da locação, tendo em conta os períodos cobertos por uma opção de prorrogar o contrato, se for razoável que a Empresa venha a exercê-la, ou quaisquer períodos cobertos por uma opção para rescindir o contrato, se for razoavelmente certo que a Empresa não venha a exercê-la. O prazo da locação está assim compreendido entre o mínimo correspondente ao período não cancelável

dos contratos e o máximo correspondente ao período durante o qual o contrato é executório (período após o qual locador e locatário têm o direito a terminar a locação com não mais do que uma penalidade insignificante, considerando as circunstâncias económicas mais abrangentes).

Na determinação do prazo da locação, a Empresa efetua, por isso, julgamento acerca dos fatores relevantes que criam um incentivo económico para o exercício da renovação ou da rescisão (nos casos em que tais opções são do locatário e do locador, a Empresa exerce julgamento acerca dos incentivos económicos de locador e locatário).

Os juros com locações apresentam-se na demonstração consolidada de fluxos de caixa, em pagamentos respeitantes a fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento.

INVENTÁRIOS

Os inventários são mensurados ao menor valor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade, deduzido dos respetivos custos de venda.

A Empresa reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Os clientes e outras contas a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, quando o efeito temporal é materialmente relevante, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Os passivos financeiros incluídos em fornecedores e outras contas a pagar são registados pelo seu valor nominal, o qual corresponde ao seu justo valor inicial, uma vez que correspondem a dívidas a curto prazo, para os quais o efeito do desconto é imaterial. Subsequentemente são valorizadas ao custo amortizado, através do método de taxa de juro efetiva.

Os itens incluídos nestas rubricas serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, serão classificadas como passivos não correntes.

CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, de curto prazo, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do período é constituído por imposto corrente e imposto diferido, sendo reconhecido de acordo com o preconizado pelo IAS 12.

Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do período, para além do imposto corrente é ainda considerado o efeito do imposto diferido, calculado com base na diferença entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e o correspondente valor para efeitos fiscais. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados, utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os ativos por impostos diferidos sejam revertidos.

No final de cada período é efetuada uma avaliação desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função da sua expectativa de utilização futura.

PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

São reconhecidas provisões sempre que a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos custos estimados para pagar a obrigação, utilizando uma taxa de juro antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros não seja provável, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados nas notas anexas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Benefícios a curto prazo dos empregados

A Empresa reconhece como um passivo (acréscimo de gasto) os benefícios a curto prazo, após dedução de qualquer quantia já paga. Se a quantia já paga exceder a quantia não descontada dos benefícios, a Empresa reconhece esse excesso como um ativo (gasto antecipado) na extensão de que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro e como um gasto para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico.

ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes faturados são registados nas rubricas de diferimentos.

RÉDITO

O rédito é reconhecido líquido de imposto, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Na determinação do valor do rédito, a Empresa avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais a Empresa efetua a sua melhor estimativa.

O rédito é registado na demonstração dos resultados quando é transferido o controlo sobre o produto ou serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do produto ou serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados.

O preço de transação de cada contrato é estimado com base nos montantes a receber pela Empresa, deduzidos de montantes cobrados em nome de terceiros, incluindo montantes fixos e variáveis (desde que seja altamente provável que o rédito não vá ser revertido) e tendo em consideração eventuais componentes de financiamento.

GASTOS/RENDIMENTOS DE FINANCIAMENTOS

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados que digam respeito a diferenças cambiais associadas aos financiamentos e contratos de swap ou outros derivados inerentes a coberturas de risco associadas aos financiamentos contraídos.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo pelo método do custo amortizado.

Os juros de aplicações financeiras e outros rendimentos de investimentos efetuados são reconhecidos na demonstração dos resultados em outros rendimentos.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Empresa reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial de um ativo financeiro ou passivo financeiro é efetuada ao justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo financeiro devem ser incluídos no justo valor, no caso dos ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja o justo valor.

AGRICULTURA

Ativos Biológicos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Empresa alterou a sua política contabilística para a mensuração dos ativos biológicos, passando do modelo do custo histórico para o modelo do justo valor, em conformidade com a IAS 41 - Agricultura.

Esta alteração resulta de uma avaliação interna da adequação do modelo de mensuração anteriormente adotado, tendo-se concluído que a mensuração ao justo valor reflete de forma mais fiel a realidade económica dos ativos biológicos e melhora a qualidade da informação financeira disponibilizada aos utilizadores das demonstrações financeiras.

A partir de 2024, os ativos biológicos passaram a ser mensurados ao seu justo valor deduzido dos custos estimados para o ponto de venda. O justo valor é determinado com base em preços de mercados sempre que disponíveis e fiáveis, ou, na sua ausência, através de técnicas de avaliação apropriadas que considerem fatores como a maturidade dos ativos, preços de referência e outras premissas relevantes. Para o efeito, esta valorização teve por base uma avaliação feita por uma perita creditada pela CMVM (Eng.^a Joana Novais de Figueiredo). Esta avaliação terá periodicidade anual.

Esta mudança de política contabilística visa proporcionar uma melhor representação da posição financeira e do desempenho da empresa, garantindo uma maior transparência e alinhamento com as melhores práticas do setor.

Matérias Ambientais

A empresa reconhece uma operação – remoção dos desperdícios acumulados – que resulta da sua atividade económica quando há lugar ao corte de árvores das suas próprias matas.

Nesta situação, os compradores do produto suportam quer os custos do corte, quer os resultantes da remoção dos desperdícios acumulados.

IMPARIDADE

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor.

Se existir evidência objetiva de imparidade, o montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor atual dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro, podendo ser revertida em período subsequente se deixar de existir prova objetiva de imparidade. O montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno do mercado corrente para um ativo financeiro semelhante, não podendo ser revertida em períodos subsequentes.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira e antes da data de emissão das demonstrações financeiras, que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira, são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos ocorridos após a data de demonstração da posição financeira e antes da data de emissão de demonstrações financeiras, que proporcionem informação sobre situações que ocorram após essa data, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras se materialmente relevantes.

3.3 PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As IFRS requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos, com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3 do Anexo.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Propriedades de investimento

O justo valor da propriedade de investimento, tal como mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras, baseia-se numa valorização de um avaliador independente que possui uma qualificação profissional reconhecida e relevante e que tem experiência recente na localização e na categoria da propriedade de investimento que está a ser valorizada.

Vida útil estimada e valor residual dos ativos fixos tangíveis

A vida útil estimada e valor residual do equipamento foram determinados pela Empresa atendendo à experiência da mesma.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Empresa quanto à existência de prova objetiva de imparidade e da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores incluindo o fator de atualização financeira (à taxa de juro original efetiva ou que resultaria no momento do reconhecimento inicial do ativo em causa). Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, de acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido reporte de prejuízos fiscais, deduções de crédito de imposto, bem como quaisquer outras deduções (em que este prazo passará a ser o do exercício desse direito).

Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento de ativos por impostos diferidos tem por base projeções da Empresa, que demonstram a existência de lucros tributáveis futuros.

3.4 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Não foram identificadas pelo órgão de gestão da Empresa situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da Empresa.

4 FLUXOS DE CAIXA

Os meios financeiros líquidos (Caixa e seus equivalentes), constantes na Posição Financeira em 31 de dezembro de 2024, estão totalmente disponíveis para uso. Os meios financeiros líquidos são constituídos exclusivamente por depósitos à ordem.

5 INVESTIMENTOS FINANCEIROS

5.1 PARTES RELACIONADAS

Nos termos do normativo contabilístico aplicável, e em conformidade com os princípios de transparência e divulgação financeira, a Unimadeiras, S.A. apresenta a informação relativa às suas partes relacionadas, incluindo a Unipellets, Lda., empresa constituída em 2023 e detida 100% pela Unimadeiras, S.A..

Dado que a Unipellets, Lda. é parte integrante do Grupo, as transações e saldos existentes entre ambas as entidades são divulgados conforme o quadro infra:

(Euros)

Partes relacionadas	2024	2023
Percentagem participação	100,00%	100,00%
Capital Social	5.000,00	5.000,00
Capital Próprio	17.729,26	-7.845,57
Varição Resultados Transitados	-12.845,57	0,00
Resultado Líquido Unipellets	25.574,83	-12.845,57
Ativo	4.799.736,06	45.880,66
Passivo	4.782.006,80	53.726,23
Vendas Intragrupo	3.119.680,49	0,00
Compras Intragrupo	907.652,98	0,00
Saldo Fornecedor - Unipellets	13.834,59	0,00
Saldo Cliente - Unipellets	1.312.769,55	0,00
Outros devedores e credores	0,00	50.823,73
Remuneração dos órgãos chave de gestão	0,00	0,00
Método equivalência Patrimonial	25.574,83	-12.845,57

A divulgação desta informação visa assegurar a conformidade com as exigências contabilísticas e proporcionar uma visão transparente sobre as interações entre as entidades do Grupo, permitindo uma adequada interpretação das demonstrações financeiras da Unimadeiras S.A..

5.2 OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

(Euros)

Outros Investimentos Financeiros	2024	2023
Participação de Capital	76.251,40	61.251,40
Empréstimos Concedidos	500,00	500,00
Subsidiária Unipellets	17.729,26	-7.845,57
Fundos de Compensação de Trabalho	5.986,65	5.986,65
Total das categorias significativas de rédito	100.467,31	59.892,48

6 ATIVOS INTANGÍVEIS

A empresa detém um único tipo de ativos intangíveis, isto é, **programas de computador**.

Estes ativos apresentam uma vida útil de 3 anos e encontram-se atualmente totalmente amortizados. Foi usado o método da linha reta como método de amortização.

A quantia bruta escriturada e amortização acumulada, no começo e fim do período foi a seguinte:

(Euros)

	Quantia bruta Escriturada	Amortização Acumulada	Quantia bruta Escriturada	Amortização acumulada
	2024 - IFRS	2024 - IFRS	2023 - SNC	2023 - SNC
Programas de Computador	9.881,44	9.881,44	9.881,44	9.881,44

Não se verificou variações no valor das amortizações relativas a ativos intangíveis incluídas na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização".

Não existiram movimentos na rubrica ativos intangíveis durante o ano de 2024.

7 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Com referência a 31 de dezembro de 2024, os ativos fixos tangíveis detidos pela Empresa podem ser apresentados conforme o quadro seguinte, sendo igualmente apresentada a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período.

(Euros)

Quantia Bruta Escritura	2023 - SNC	Adições	Outros	Reavaliação	2024 - IFRS
Terrenos	2.684.912,87	-	(21.244,10)	416.262,04	3.079.930,81
Edifícios e Outras Construções	1.973.816,64	-	-	1.713.449,41	3.687.266,05
Equipamento Transporte	270.493,68	162.223,83	(2.250,00)	-	430.467,51
Equipamento Administrativo	224.482,06	-	-	-	224.482,06
Equipamento Básico	115.340,80	-	-	-	115.340,80
Outros AFT	1.130,09	-	-	-	1.130,09
AFT em Curso	0,00	-	-	-	-
Total	5.270.176,14	162.223,83	(23.494,10)	2.129.711,45	7.538.617,32
Depreciação Acumulada	2023 - SNC	Depreciação	Outros	Imparidade	2024 - IFRS
Edifícios e Outras Construções	1.123.866,15	102.535,99	-	-	1.226.402,14
Equipamento Transporte	194.892,39	65.756,39	(2.250,00)	-	258.398,78
Equipamento Administrativo	175.415,54	15.704,39	-	-	191.119,93
Equipamento Básico	104.840,80	2.625,00	-	-	107.465,80
Outros AFT	1.130,09	-	-	-	1.130,09
AFT em Curso	0,00	-	-	-	-
Total	1.600.144,97	186.621,77	(2.250,00)	-	1.784.516,74
Quantia Escriturada Líquida	3.670.031,17				5.754.100,58

O valor das depreciações relativas a ativos fixos tangíveis pode ser apresentado da seguinte forma:

(Euros)

Depreciação do exercício	2024 - IFRS	2023 - SNC
Edifícios e Outras Construções	102.535,99	88.505,96
Equipamento Transporte	65.756,39	37.698,40
Equipamento Administrativo	15.704,39	16.789,86
Equipamento Básico	2.625,00	2.625,00
Outros AFT	-	-
Total	186.621,77	145.619,22

A empresa procedeu à alteração do método de mensuração dos seus ativos, passando a adotar o método revalorizado, em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis. Esta mudança reflete a necessidade de assegurar uma melhor representação do justo valor dos ativos no balanço, permitindo uma avaliação mais precisa da posição financeira da Empresa. A transição para este método foi realizada em observância das melhores práticas de reporte financeiro e governação, garantindo maior transparência e alinhamento com os princípios de fiabilidade e comparabilidade da informação financeira.

O valor global do património foi avaliado em 8.276.200,00€ que se traduziu numa valorização positiva de 2.108.467,35€ em ativos fixos tangíveis e 4.501.576,07€ em propriedades de investimento.

8 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Com referência a 31 de dezembro de 2024, a empresa classificou os imóveis localizados em Albergaria-a-Velha como propriedades de investimento atendendo ao uso e fim destes mesmos ativos, tal como descrito no ponto 6.

As propriedades de investimento encontram-se mensuradas pelo justo valor, tendo sido obtidas avaliações elaboradas por peritos independente, as quais suportam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Entidade.

9 ATIVOS BIOLÓGICOS

Os ativos biológicos da empresa são constituídos por um único grupo.

Ativos biológicos	Produto agrícola	Produto pós colheita
Árvores em plantação florestal	Troncos (toros)	Madeira em bruto e pasta de papel

A empresa utilizou a seguinte base de medidas/estimativas para determinação das quantidades de ativos biológicos na sua posse a 31 de dezembro de 2024:

(Euros)

	2024 - IFRS	2023 - SNC
Ativos biológicos	4.753.000,20	589.200,20

Em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), a Empresa procedeu à alteração na política de mensuração dos ativos biológicos, passando do modelo do custo histórico para o modelo do justo valor, em conformidade com a IFRS 13 – Mensuração do Justo Valor e a IAS 41 – Agricultura.

Esta mudança tem como objetivo fornecer uma informação financeira mais relevante e fiável, refletindo de forma mais adequada o valor real dos ativos biológicos e o seu desempenho económico. O justo valor dos ativos biológicos passou a ser determinado com base em preços de mercado disponíveis ou, na sua ausência, por meio de técnicas de valorização apropriadas, considerando fatores como a maturidade, a qualidade e as condições de mercado.

A administração considera que esta alteração melhora a apresentação das demonstrações financeiras e está alinhada com as melhores práticas internacionais do setor.

Não houve lugar a colheita de produtos agrícolas durante o período de 2024.

9.1 INVENTÁRIOS

O valor apresentado em balanço corresponde a pellets em armazém contabilizado ao valor de mercado.

10 CLIENTES

Com referência a 31 de dezembro de 2024, a rubrica de clientes apresentou uma diminuição de 3,1 milhões de euros, refletindo o normal curso da atividade da Empresa e do mercado onde a mesma atua.

O exercício de 2023 com um valor líquido de 19.010.572,21 Euros e o exercício de 2024 apresenta um valor líquido de 15.897.385,14 Euros.

11 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Com referência a 31 de dezembro de 2024, a rubrica de Estado e Outros Entes Públicos pode ser apresentada da seguinte forma:

(Euros)

Ativo	2024 - IFRS	2023 - SNC
Imposto sobre o rendimento	104.821,31	277.800,75
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1.565.800,43	1.430.357,60
Outras contribuições	168,01	168,01
Total	1.670.789,75	1.708.326,36
Passivo		
	2024 - IFRS	2023 - SNC
Imposto sobre o rendimento	50.235,39	140.307,69
Retenção de impostos sobre rendimentos	97.640,43	16.113,08
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Contribuições para a Segurança Social	29.160,37	23.590,53
Total	177.036,19	180.011,30

12 DIFERIMENTOS

Na rubrica “Outros encargos”, foram registadas várias liquidações de IVA, apuradas pela Autoridade Tributária nos anos de 2015, 2016 e 2017, num total de 433.430,99 euros.

Perante esta realidade, a sociedade recorreu judicialmente e, nesta conformidade, criou a Provisão para Impostos no mesmo montante.

(Euros)

Gastos a reconhecer	2024 - IFRS	2023 - SNC
Prémios de seguro	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	433.430,99	433.430,99
Total	433.430,99	433.430,99

13 CAPITAL SOCIAL

A 31 de dezembro de 2024 a empresa detinha um capital social de 2.000.000 euros, totalmente realizado, representado pela emissão de 400.000 ações ordinárias nominativas, com o valor nominal de 5 euros cada.

Não existem quaisquer direitos preferenciais nem restrições associadas à distribuição de dividendos ou ao exercício do direito de voto.

Não existem ações próprias.

14 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Com referência a 31 de dezembro de 2024, a rubrica de provisões apresenta a seguinte posição, tendo sido reforçada no montante de 400.000 Euros:

(Euros)

Provisões	Saldo Inicial	Reforço	Utilização	Reversão	Saldo Final
Provisão para impostos	433.430,99	400.000,00	-	-	833.430,99
Total	433.430,99	400.000,00	-	-	833.430,99

O saldo apresentado com referência a 31 de dezembro de 2024 é constituído pelas seguintes situações:

- 433.430,99 Euros referente à provisão constituída em 2015 e que foi reforçada em 2016 e 2017 por força de liquidações de IVA efetuadas pela Autoridade Tributária (AT), baseadas na não aceitação da dedução do IVA em compras a determinados fornecedores (nº 4 do art.º 19º do CIVA). Nessa data, a Unimadeiras apresentou recurso desta decisão da AT, por considerar inaceitáveis os motivos invocados. A “Madeiras Afonsos, Lda. e André Manuel Ferreira Afonso” intentaram uma ação contra a Unimadeiras, SA e o Grupo Unifloresta, exigindo a anulação da deliberação que os exclui de membros do grupo acrescidas das demais consequências daí resultantes. Dada a incerteza da decisão final aguardamos o desfecho deste processo.
- No exercício de 2024, a Unimadeiras constituiu uma provisão no montante de 400.000 euros, refletindo uma abordagem prudente face a operações comerciais cuja materialização financeira ainda apresenta incertezas. Embora esta operação possa, no futuro, revelar-se um excelente negócio, o perfil de risco associado obriga, em conformidade com a política de gestão da empresa, à provisão integral do montante envolvido. Esta provisão cobre custos operacionais associados, sendo passível de reversão total ou parcial caso os pressupostos que a fundamentam se alterem positivamente.

15 MATÉRIAS AMBIENTAIS

A empresa reconhece uma operação – remoção dos desperdícios acumulados – que resulta da sua atividade económica quando há lugar ao corte de árvores das suas próprias matas.

Nesta situação, são os compradores do produto a suportar quer os custos do corte, quer os resultantes da remoção dos desperdícios acumulados.

A empresa tem-se limitado a uma ação de acompanhamento das operações de forma a garantir, tanto quanto possível, a melhor preservação do meio ambiente e o restabelecimento das normais condições de exploração no futuro.

16 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Com referência a 31 de dezembro de 2024, os financiamentos obtidos (financiamentos da Banca), considerando a sua exigibilidade, foram divididos nas seguintes categorias.

(Euros)

Financiamentos Obtidos	2024 - IFRS Não corrente	2023 - SNC Não corrente
Empréstimos	4.073.591,07	636.204,27
Factoring	-	-
Outros	-	-
Total	4.073.591,07	636.204,27
Financiamentos Obtidos		
	2024 - IFRS Corrente	2023 - SNC Corrente
Empréstimos/Papel Comercial	6.889.725,95	8.448.292,50
Factoring	2.656.401,62	5.575.026,70
Outros	-	-
Total	9.546.127,57	14.023.319,20

16.1 LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Durante o exercício de 2024 foi celebrado um contrato de leasing incluído em empréstimos obtidos:

- **17.334,96€ - corrente**
- **88.842,58€ - não corrente**

17 IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

No exercício presente, a Empresa reconheceu impostos diferidos passivos resultantes da revalorização de ativos fixos tangíveis, da alteração na mensuração das propriedades de investimento e do reconhecimento do justo valor dos ativos biológicos.

A revalorização dos ativos fixos tangíveis gerou uma diferença temporária tributável, levando ao reconhecimento de um imposto diferido passivo, calculado com base na taxa de imposto aplicável.

Adicionalmente, em conformidade com a IFRS 13 – Mensuração do Justo Valor e a IAS 40 – Propriedades de Investimento, a Empresa adotou o modelo do justo valor para mensurar as suas propriedades de investimento, substituindo o modelo do custo anteriormente utilizado. Esta alteração resultou numa valorização destes ativos e, conseqüentemente, na constituição de impostos diferidos passivos relativos às diferenças temporárias tributáveis geradas.

Ainda, no âmbito da aplicação da IAS 41 - Agricultura, a Empresa passou a mensurar os seus ativos biológicos ao justo valor, refletindo uma valorização destes ativos face ao modelo anterior baseado no custo histórico. Este ajustamento também originou impostos diferidos passivos, devido à diferença entre o valor contabilístico dos ativos biológicos e a sua base fiscal. Destas avaliações resultaram num excedente bruto de 5.208.714,21€ tendo sido apurado um valor de passivo de imposto diferido na ordem dos 2.284.054,81€.

18 FORNECEDORES

A rubrica de fornecedores apresenta uma diminuição aproximada de 500 mil euros, passando de 5,6 milhões de euros no exercício de 2023 para 5,1 milhões de euros em 2024.

Esta redução é justificada por uma gestão mais eficiente do ciclo de pagamentos e do próprio ciclo de negócios da empresa. O impacto desta redução reflete-se positivamente no fundo de maneiio da empresa, contribuindo para a otimização da liquidez e dos fluxos de caixa.

19 OUTROS DEVEDORES E CREDITORES

(Euros)

ODC	2024 - IFRS	2023 - SNC
Outras contas a receber	253.709,98	438.166,96
Outras contas a pagar	-156.920,87	-112.024,88
Accionistas	-1.502.095,02	-772,39
Total das categorias significativas de rédito	-1.659.015,89	-112,797,27

20 IMPARIDADES

(Euros)

Imparidades reconhecidas	2024 IFRS	Utilização	Reversão	Saldo Final	2023 SNC
Clientes	-667.275,55	0,00	58.637,22	-608.638,33	-592.594,54
Outros devedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões do exercício	-400.000,00	0,00	0,00	-400.000,00	0,00
Justo valor ativos biológicos	4.163.800,00	0,00	0,00	4.163.800,00	0,00
Total das categorias significativas de rédito	3.096.524,45	0,00	58.637,22	3.155.161,67	-592.594,54

21 RÉDITO

Com referência a 31 de dezembro de 2024, o rédito da empresa pode ser apresentado da seguinte forma:

(Euros)

Rédito	2024 - IFRS	2023 - SNC
Vendas (mercado interno)	100.525.021,93	116.640.411,70
Prestações de serviços (mercado interno)	89.177,37	44.577,55
Total das vendas e prestações de serviços	100.614.199,30	116.684.989,25
Dividendos	-	-
Total das categorias significativas de rédito	100.614.199,30	116.684.989,25

Apesar da redução do volume de negócios, o desempenho operacional da Unimadeiras manteve-se sólido, refletindo-se na melhoria dos rácios financeiros e na valorização dos ativos biológicos segundo a norma IAS 41 – Ativos Biológicos. O impacto positivo da gestão eficiente da floresta permitiu uma valorização, impulsionando o EBITDA e reforçando a solidez do capital próprio. Esta abordagem estratégica demonstra a capacidade da empresa em otimizar a rentabilidade independentemente da volatilidade das vendas, garantindo uma estrutura financeira mais robusta e sustentável.

22 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

O Custo das mercadorias vendidas e das Matérias consumidas pode ser apresentado da seguinte forma:

(Euros)

CMVMC	2024 - IFRS	2023 - SNC
Existências iniciais	-	-
Compras	97.004.411,22	110.987.980,77
Regularização de existências	-	-
Existências finais	131.641,20	-
Total	96.872.770,02	110.987.980,77

23 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresentou uma diminuição de 618 mil euros e pode ser apresentado da seguinte forma:

(Euros)

Fornecimentos e Serviços Externos	2024 - IFRS	2023 - SNC
Trabalhos especializados	987.650,09	1.049.462,64
Publicidade e propaganda	18.951,56	17.909,06
Vigilância e segurança	1.454,74	5.008,50
Honorários	184.824,38	85.854,12
Comissões	132.871,43	497.976,73
Conservação e reparação	33.292,73	67.667,49
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	14.016,62	11.053,13
Material de escritório	20.042,80	23.521,49
Artigos para oferta	-	14.677,08
Eletricidade	8.904,39	3.104,41
Combustíveis	43.563,47	42.621,18
Água	2.009,57	1.058,73
Deslocações e estadas	128.699,83	84.095,28
Transportes de mercadorias	62.912,51	366.437,85
Rendas e alugueres	99.942,55	95.047,89
Comunicação	24.090,07	23.682,97
Seguros	27.402,59	23.816,48
Contencioso e notariado	1.020,98	1.206,01
Despesas de representação	39.212,04	32.240,65
Limpeza, higiene e conforto	1.400,51	1.227,06
Outros serviços	3.836,32	6.584,19
Total	1.836.099,18	2.454.252,94

24 GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de Gastos com Pessoal apresentou um aumento de 181 mil euros e pode ser apresentado da seguinte forma:

(Euros)

Gastos com Pessoal	2024 - IFRS	2023 - SNC
Remuneração dos órgãos sociais	216.717,72	215.832,72
Remunerações do pessoal	886.224,23	721.728,44
Encargos sobre remunerações	142.554,07	122.679,20
Seguro de acidentes no trabalho	7.177,19	7.392,76
Gastos de ação social	46.310,15	39.480,43
Outros gastos com o pessoal	523,74	7.551,23
Total	1.299.507,10	1.114.664,78

25 OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de Outros rendimentos pode ser apresentada da seguinte forma:

(Euros)

Outros Rendimentos	2024 - IFRS	2023 - SNC
Descontos de pronto pagamento obtidos	177,66	540,22
Rendas	17.500,00	42.000,00
Outros	169.613,62	88.899,70
Total	187.291,28	131.439,92

26 OUTROS GASTOS

A rubrica de Outros gastos pode ser apresentada da seguinte forma:

(Euros)

Outros Gastos	2024 - IFRS	2023 - SNC
Impostos	154.247,46	25.700,23
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	411,25
Correções relativas a períodos anteriores	328,59	4.000,00
Donativos	26.385,00	27.750,00
Quotizações	3.155,00	3.907,26
Insufi. Estim. Impostos	2.256,30	-
Juros de mora e compensatórios	-	268,37
Multas e penalidades	-	880,75
Serviços bancários	-	41.107,95
Outros	282,20	8.993,77
Total	186.654,55	113.019,58

27 GASTOS DE FINANCIAMENTO

A rubrica de Gastos de financiamento pode ser apresentada da seguinte forma:

(Euros)

Gastos de Financiamento	2024 - IFRS	2023 - SNC
Juros de financiamento obtidos	1.109.409,49	892.655,47

28 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

28.1 PRINCIPAIS COMPONENTES DE GASTOS/RENDIMENTOS DE IMPOSTOS

(Euros)

	2024 - IFRS	2023 - SNC
Impostos correntes	50.235,39	140.307,69
Imposto diferido	882.725,60	-
Imposto sobre o Rendimento do Período	932.960,99	140.307,69

28.2 RELAÇÃO ENTRE GASTO/RENDIMENTO DE IMPOSTOS E LUCRO CONTABILÍSTICO

(Euros)

	Imposto 2024 - IFRS	2023 - SNC
Taxas Gerais de Imposto		
IRC: Escalão para PME	0,00	8.500,00
IRC: Escalão para o excedente	0,00	101.372,62
Derrama Municipal	0,00	6.392,72
Reserva EBF Efeito (DLRR)	0,00	0,00
Tributações Autónomas		
Despesas de representação + Artigos para oferta	7.842,41	4.691,77
Viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias	38.261,97	19.210,75
Abonos por deslocações em viatura própria	4.131,01	139,82
Imposto sobre o rendimento do período	50.235,39	140.307,69

29 GARANTIAS PRESTADAS

No âmbito do trabalho interno de reforço da sustentabilidade financeira da empresa, foi conduzido com sucesso um processo estratégico para a retirada dos avais pessoais dos administradores. Esta medida reduz a exposição individual, reforça a autonomia financeira da sociedade e reflete um compromisso com a consolidação de boas práticas de gestão e governação corporativa.

30 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Declara-se que o total dos honorários faturados durante 2024 pelo Revisor Oficial de Contas foi de 15.000 euros.

Declara-se que não existe qualquer dívida em mora ao Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente à Segurança Social e ao Estado.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, informa-se que não foram concedidas quaisquer autorizações para negócios entre a Sociedade e os seus Administradores.

Não se registaram factos ambientais nem laborais dignos de relevância.

Não foram executadas quaisquer atividades de investigação e desenvolvimento.

31 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

31.1 AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 28 de fevereiro de 2025.

31.2 ATUALIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO ACERCA DAS CONDIÇÕES À DATA DO BALANÇO

A Unimadeiras realizou um aumento de capital de aproximadamente €4 milhões no exercício de 2025, com o objetivo de fortalecer a sua posição no mercado e financiar a expansão da sua atividade. A operação envolveu a subscrição privada de ações por acionistas existentes e novos investidores, garantindo um reforço da capacidade financeira da empresa sem comprometer excessivamente a sua estrutura acionista. Este capital permitirá aumentar a capacidade de vendas, atrair novos fornecedores, explorar novos mercados e desenvolver novos produtos, consolidando a presença da empresa no setor da madeira e na venda internacional de pellets. Além do crescimento operacional, o aumento de capital melhorou a solvência da empresa e reduziu a sua dependência de financiamento externo, reforçando a credibilidade da Unimadeiras junto de investidores e instituições financeiras. A diluição para os acionistas foi controlada, e o impacto no valor das ações foi equilibrado pela perspectiva de crescimento sustentado. A avaliação interna e de mercado confirmou a valorização da empresa, demonstrando que a operação foi estratégica e bem-sucedida para garantir o seu desenvolvimento a longo prazo.

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras, não ocorreram ou não houve informação acerca de quaisquer outros factos relevantes que pudessem significar alteração da situação à data do balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

Albergaria-a-Velha, 28 de fevereiro de 2025

O Conselho de Administração

*Hernâni da Seca Martins Pereira, Jorge Armando Mendes Loureiro, João Vicente Lourenço,
Maria Madalena Videira da Silva Pinheiro, Álvaro Matos Bandeira e filhos, representada por António Manuel Martins Bandeira*

06.

RELATÓRIO DE GESTÃO UNIPELLETS



a) ANÁLISE ESTRATÉGICA AO DESEMPENHO DA UNIPELLETS

INTRODUÇÃO

O ano de 2024 foi um marco na evolução estratégica da Unipellets, consolidando o seu posicionamento no setor da bioenergia e da transição energética. Integrada no Grupo Unimadeiras, a empresa reforçou a sua presença tanto no mercado industrial como no doméstico, ampliando a notoriedade da marca e estabelecendo parcerias estratégicas que asseguram um crescimento sustentável.

Acompanhando as tendências globais de descarbonização e segurança energética, a Unipellets investiu na ampliação do seu alcance, participou ativamente em eventos internacionais de relevo e fortaleceu a sua presença digital. Este documento apresenta uma análise detalhada do desempenho da Unipellets em 2024, avaliando a sua performance através de cinco eixos fundamentais: desempenho comercial na área industrial, desempenho comercial na área doméstica, logística como fator estratégico, participação em eventos estratégicos e presença digital.

6.1 DESEMPENHO COMERCIAL NA ÁREA INDUSTRIAL

O mercado industrial continua a ser um dos pilares fundamentais da Unipellets, com uma abordagem centrada na qualidade e previsibilidade do fornecimento. Em 2024, a empresa consolidou a sua posição junto da indústria nacional, alavancando relações comerciais de longa data e reforçando a sua credibilidade junto dos seus clientes industriais.

A prospeção de novos clientes e a participação ativa na transição energética das indústrias constituíram dois dos eixos de crescimento mais relevantes. O fornecimento de pellets como alternativa a combustíveis fósseis tem sido cada vez mais procurado, dada a volatilidade dos mercados energéticos globais. Neste contexto, a Unipellets destacou-se ao oferecer soluções fiáveis, sustentáveis e alinhadas com as exigências ambientais da indústria.

Além disso, em 2024, a Unipellets investiu na otimização da sua cadeia logística e no desenvolvimento de parcerias estratégicas para melhorar a eficiência da distribuição e reduzir a pegada de carbono do transporte de pellets. A empresa também fortaleceu os seus processos de certificação, assegurando que os pellets fornecidos cumprem rigorosos padrões de sustentabilidade e eficiência energética.

O setor industrial europeu registou um crescimento global de 4%, impulsionado pela maior competitividade dos pellets face aos combustíveis tradicionais, como o gasóleo de aquecimento. Esta evolução reflete-se na tendência geral do mercado, mas não implicou um aumento direto da participação da Unipellets neste crescimento. A empresa manteve a sua presença nos mercados europeus, garantindo a continuidade das suas operações e a estabilidade das parcerias estratégicas já estabelecidas.



6.2 DESEMPENHO COMERCIAL NA ÁREA DOMÉSTICA

O ano de 2024 assinalou um momento estratégico importante: a entrada da Unipellets no mercado doméstico. A celebração de um acordo comercial com a SONAE (Modelo e Continente) resultou na colocação de mais de 110.000 sacos de pellets no mercado, aumentando significativamente a notoriedade da marca no segmento B2C.

Este movimento estratégico permitiu diversificar as fontes de receita da empresa, reduzindo a dependência do setor industrial e expandindo a acessibilidade dos consumidores a um produto de elevada qualidade e certificação.

A evolução do mercado europeu de pellets domésticos em 2024 foi influenciada por uma recuperação moderada nas vendas de equipamentos de aquecimento. Nos principais mercados, como França, Itália, Alemanha e Áustria, as vendas de salamandras e caldeiras a pellets registaram variações significativas, sendo impulsionadas por incentivos governamentais, que em alguns países foram posteriormente reduzidos ou suspensos.

Além da expansão comercial, a Unipellets apostou no reforço da relação com os consumidores finais, promovendo ações de sensibilização sobre a eficiência energética dos pellets e os seus benefícios ambientais. A marca esteve presente em campanhas promocionais e de comunicação que enfatizaram a sustentabilidade como um fator-chave na decisão de compra dos consumidores.

6.3 LOGÍSTICA COMO FATOR ESTRATÉGICO

A Unipellets diferencia-se não apenas pela credibilidade e qualidade do produto oferecido, mas também pelo seu posicionamento como uma "One Stop Shop", agregando valor através de um modelo logístico altamente eficiente.

A capacidade de stock da Unipellets permite responder de forma imediata às solicitações do mercado, garantindo o fornecimento contínuo sem interrupções, mesmo em períodos de elevada procura. Este fator é essencial para os clientes industriais que necessitam de previsibilidade e eficiência nas suas cadeias de abastecimento.

O profundo conhecimento do mercado e da sua cadeia de valor, aliado a relações de confiança com os melhores prestadores de serviços de transporte, permite à Unipellets negociar condições favoráveis e assegurar a entrega dos seus produtos em qualquer parte do país, ajustando-se às exigências técnicas de cada cliente. Esta abordagem estratégica proporciona não apenas eficiência operacional, mas também um diferencial competitivo determinante para a fidelização e atração de novos clientes.

Além disso, o compromisso com a sustentabilidade logística reflete-se na otimização das rotas de transporte, na utilização de frota moderna e na busca contínua por soluções de transporte que reduzam a pegada ambiental, contribuindo para uma economia mais sustentável e resiliente.



6.4 PRESENÇA EM EVENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

A Unipellets esteve presente nos principais eventos do setor da bioenergia e sustentabilidade, garantindo uma visão abrangente das tendências de mercado e fortalecendo a sua rede de contatos empresariais.

Entre os eventos mais relevantes, destacam-se:

- **ESG Summit em Madrid**
Participação a convite da organização num dos eventos mais reputados sobre Sustentabilidade, Governança e Responsabilidade Social (ESG).
- **ARGUS Biomass Conference**
Evento de referência para a transição energética e mercados de biomassa, onde foram discutidas as grandes tendências internacionais.
- **Unitalks**
Início de um ciclo de eventos próprios da Unipellets, focados em sustentabilidade, transição energética e mercados de carbono, posicionando a empresa como líder de opinião no setor.
- **World Economic Forum Annual Meeting em Davos**
A convite, a Unipellets integrou uma comitiva portuguesa de empresários presente no encontro anual do Fórum Económico Mundial. Este evento representa um dos mais importantes fóruns globais para a discussão de desafios económicos e ambientais, onde a transição energética, a segurança dos mercados de biomassa e o papel das energias renováveis tiveram destaque nas agendas internacionais.

6.5 PRESENÇA DIGITAL E BRAND PLACEMENT NO LINKEDIN

A estratégia digital foi um dos pilares fundamentais do crescimento da Unipellets em 2024. Através de uma presença estruturada no LinkedIn, a empresa reforçou a sua imagem institucional, promoveu conhecimento especializado e consolidou-se como uma referência no setor.

Os principais indicadores de desempenho digital incluem:

- 11.754 impressões nas publicações.
- Mais de 500 reações e 115 partilhas, ampliando o alcance orgânico da marca.
- 255 novos seguidores, refletindo um crescimento sustentável sem necessidade de investimento publicitário.

Por fim, o ano de 2024 foi marcado por um crescimento sustentado da Unipellets, com uma abordagem estratégica multidimensional que reforçou a presença da empresa nos mercados industrial e doméstico. A expansão comercial, a eficiência logística, a participação em eventos de relevo e a presença digital consolidaram o posicionamento da marca como um dos principais players do setor.



b) SUMÁRIO FINANCEIRO



33 117 €
EBITDA



3 452 561€
Volume de negócios



1%
Margem EBIT%



25 575 €
Resultado Líquido



1%
Rentabilidade Vendas



0%
Autonomia Financeira



0%
Solvabilidade



30 882 €
CAPEX



144%
Rentabilidade
Capitais Próprios



c) ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

(Euros)

Indicadores	2024
Vendas e serviços prestados	3.452.561
Crescimento das vendas	NA
Capitais próprios	17.729,00
Rentabilidade dos capitais próprios	144,3%
Rentabilidade das vendas	0,74%
Taxa de rentabilidade interna	0,76%
Meios libertos líquidos (cash-flow)	26.218
Ativo corrente	4.769.497
Passivo corrente	4.748.542
Fundo de maneo líquido	20.955
Liquidez geral	1,01
Ativo Total	4.799.736
Passivo Total	4.782.007
Autonomia financeira	0,4%
Solvabilidade	0,4%
Prazo médio de recebimentos	NA
Prazo médio de pagamentos	NA
EBITDA a)	33.117
Gastos de financiamento líquidos	-854
Imposto sobre o rendimento (IRC)	-6.044
Resultado líquido do período	25.575
Net Debt	-305.812
Net Debt/EBITDA	-9,23

a) **EBITDA** = Resultado antes de impostos, juros, gastos de depreciação e de amortização, perdas por imparidade e provisões.



d) PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando a necessidade de reforçar os capitais próprios da empresa e, simultaneamente, garantir a adequada remuneração dos capitais investidos pelo acionista Unimadeiras, os Gerentes propõem a seguinte aplicação do resultado líquido do exercício de 2024:

Incorporação do resultado líquido do exercício na conta de reserva legal até ao limite da mesma e o restante em resultados transitados, em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais.

NOTAS FINAIS

- **Conformidade fiscal e contributiva**
Declaramos que a Sociedade não tem qualquer dívida em mora perante o Estado e outros entes públicos, nomeadamente à Segurança Social e à Autoridade Tributária.
- **Transações com partes relacionadas**
Nos termos do Código das Sociedades Comerciais, informamos que não foram concedidas quaisquer autorizações para negócios entre a Sociedade e os seus Administradores.
- **Fatores ambientais e laborais**
Não se registaram ocorrências ambientais ou laborais que mereçam destaque durante o exercício.
- **Eventos subsequentes**
Até à data da elaboração deste relatório, não ocorreram eventos relevantes que pudessem alterar significativamente a situação patrimonial e financeira da empresa à data do balanço.

e) **PERSPETIVAS PARA O FUTURO**

A Unipellets está estrategicamente posicionada para um crescimento significativo, consolidando-se como um player incontornável no setor da bioenergia. Neste momento, temos a oportunidade de triplicar a nossa presença nas grandes superfícies consumidoras de pellets domésticos, reforçando a distribuição e a acessibilidade do nosso produto no mercado nacional.

No plano internacional, a nossa estratégia de exportação está fortalecida por contratos relevantes com entidades externas, garantindo previsibilidade e crescimento sustentado. Paralelamente, estamos a marcar presença em eventos internacionais estratégicos, promovendo a nossa proposta de valor diferenciada, o que nos permite captar novas oportunidades e aumentar a nossa atratividade junto de parceiros e clientes.

Oportunidades num contexto geopolítico desafiante

O atual ambiente geopolítico hostil entre os EUA e a Europa gera desafios, mas também oportunidades estratégicas para empresas como a Unipellets. As tensões comerciais e as divergências sobre políticas ambientais e energéticas têm levado a Europa a reforçar a sua autonomia energética, promovendo fontes de energia renováveis e sustentáveis dentro do bloco europeu.

A crescente desconfiança relativamente ao abastecimento externo, agravada pela volatilidade do mercado global e pela necessidade de descarbonização acelerada, abre espaço para soluções locais de elevada qualidade e segurança no fornecimento. Neste contexto, a Unipellets posiciona-se como um parceiro estratégico de confiança, oferecendo um produto sustentável, certificado e alinhado com as exigências ambientais europeias.

Eficiência logística e otimização de custos

Um dos fatores-chave do sucesso da Unipellets é a nossa elevada capacidade de stockagem de produto acabado, permitindo-nos otimizar os custos de fatores do negócio e assegurar um abastecimento contínuo e eficiente aos nossos clientes. Esta vantagem estratégica permite-nos responder de forma ágil às flutuações da procura e garantir maior estabilidade operacional.

Além disso, contamos com excelentes parcerias com transportadores e agentes de navegação, que operam em todos os portos portugueses, assegurando soluções logísticas eficientes e competitivas para o transporte dos nossos produtos. Esta rede robusta de parceiros permite-nos oferecer condições vantajosas, flexibilidade no escoamento da produção e maior alcance nos mercados internacionais.

O contexto geopolítico e as políticas energéticas europeias reforçam a necessidade de soluções energéticas sustentáveis e competitivas, e a Unipellets está preparada para responder a este desafio. Mantemos uma abordagem proativa e estratégica, acompanhando de perto as oportunidades de mercado e assegurando que o futuro do setor passará, inevitavelmente, por nós.

O nosso compromisso é claro: promover o produtor nacional, valorizar a madeira portuguesa e garantir a qualidade excecional do produto "Made in Portugal".



ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

EXERCÍCIO 2024



unipellets
VALUING BIODIVERSITY

(Euros)

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	30.238,87	0,00
Instrumentos Financeiros		0,00	0,00
		30.238,87	0,00
Ativo Corrente			
Inventários	6	3.613.728,11	0,00
Clientes	7	505.523,61	0,00
Estado e outros entes públicos (A)	9	203.700,45	2.374,66
Outros créditos a receber	10	102.747,43	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários		343.797,59	43.506,00
		4.769.497,19	45.880,66
Total do ativo		4.799.736,06	45.880,66
Capital Próprio			
Capital subscrito	11	5.000,00	5.000,00
Reservas legais		0,00	0,00
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		-12.845,57	0,00
Resultado líquido do período		25.574,83	-12.845,57
Total do capital próprio		17.729,26	-7.845,57
Passivo Não Corrente			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos (não corrente)	12	33.464,48	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		33.464,48	0,00
Passivo Corrente			
Fornecedores	13	4.718.385,85	2.902,50
Estado e outros entes públicos (P)	9	6.043,98	0,00
Financiamentos obtidos (Corrente)	12	4.520,69	0,00
Outras dívidas a pagar (Corrente)	10	19.591,80	50.823,73
		4.748.542,32	53.726,23
Total do Passivo		4.782.006,80	53.726,23
Total do Capital Próprio e do Passivo		4.799.736,06	45.880,66

A Gerência

O Contabilista Certificado
Nuno Carlos Espanha de Cardoso Proença

Jorge Armando Mendes Loureiro, Maria Madalena Videira da Silva Pinheiro,
Bruno Miguel Coelho Brandão

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Vendas e serviços prestados	14	3.452.561,12	0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empre. conjuntos		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	15	-3.104.096,74	0,00
Fornecimentos e serviços externos	16	-314.022,56	-12.842,01
Gastos com o pessoal	17	-594,00	0,00
Imparidade/Justo Valor (perdas/reversões)		0,00	0,00
Outros rendimentos		29,75	0,00
Outros gastos		-760,93	-3,52
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		33.116,64	-12.845,53
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-643,38	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		32.473,26	-12.845,53
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		-854,45	-0,04
Resultado antes dos impostos		31.618,81	-12.845,57
Imposto sobre o rendimento do período	18	-6.043,98	0,00
Resultado líquido do período		25.574,83	-12.845,57

A Gerência

O Contabilista Certificado
Nuno Carlos Espanha de Cardoso Proença

Jorge Armando Mendes Loureiro, Maria Madalena Videira da Silva Pinheiro,
Bruno Miguel Coelho Brandão

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A empresa “Unipellets, Unipessoal, Lda.”, contribuinte nº 517615606, é uma sociedade por quotas constituída em 30 de agosto de 2023, com sede social na Rua de Júlio Dinis, N.º 242, Piso 3, Sala 309 4050-318 Porto, tendo como atividade principal o comércio por grosso de madeira em bruto e de produtos derivados; comércio por grosso de madeira em bruto e produtos da transformação primária ou secundária da madeira, destinados à construção e a outros fins; comércio por grosso de portas, janelas, folheados, contraplacados, aglomerados de partículas, painéis de fibra de madeira e de parqueteria (CAE 46731).

A Sociedade é detida a 100% pela Unimadeiras - Produção, Comércio e Exploração Florestal, SA com sede em Aveiro.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Gerência, na reunião de 07 de Março de 2025, contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral da Sociedade, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal. É da opinião da Gerência que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

Estas demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Sociedade e com base no pressuposto da continuidade da Sociedade, relativamente à sua atividade. À data da emissão das demonstrações financeiras a Gerência avalia que a Sociedade tem os meios disponíveis para dar continuidade às operações nos próximos 12 meses.

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, face ao previsto no nº1 do artigo 3º desse diploma e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho. Aplica-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso nº 8256/2015 de 29 de julho, com as devidas adaptações à norma contabilística de relato financeiro para pequenas entidades.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, e o anexo, foram aprovadas pela Gerência, no dia 28 de fevereiro de 2025, são expressas em Euro e foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade e com o regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As principais políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade, são as apresentadas na nota 3.

2.2 DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior, apresentados como comparativos nas presentes demonstrações financeiras.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos registos contabilísticos da Empresa.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que a Gerência formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

3.2 OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. Este custo inclui o custo “considerado” determinado à data de transição para o SNC, e os custos de aquisição para ativos adquiridos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição, incluindo os impostos não dedutíveis, e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

- **Equipamento básico = 3 a 10 anos**
- **Equipamento administrativo = 3 a 8 anos**
- **Outros ativos fixos tangíveis = 5 anos**

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada ano de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registrar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

INVENTÁRIOS

Os inventários encontram-se mensurados de acordo com os seguintes critérios:

Matérias-Primas

As matérias-primas são mensuradas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio.

Produtos acabados

Os produtos acabados são mensurados a custo de produção, o qual inclui o custo da matéria-prima e os gastos da subcontratação do fabrico.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio.

A Empresa reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Os clientes e outras contas a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, quando o efeito temporal é materialmente relevante, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Os passivos financeiros incluídos em fornecedores e outras contas a pagar são registados pelo seu valor nominal, o qual corresponde ao seu justo valor inicial, uma vez que correspondem a dívidas a curto prazo, para os quais o efeito do desconto é imaterial. Subsequentemente são valorizadas ao custo amortizado, através do método de taxa de juro efetiva.

Os itens incluídos nestas rubricas serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, serão classificadas como passivos não correntes.

CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, de curto prazo, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do período registado em resultados inclui o efeito do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente corresponde ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período utilizando a taxa de imposto em vigor à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores. O rendimento tributável do período é apurado através da adição/subtração ao resultado contabilístico dos montantes não relevantes fiscalmente ou que permitem deduções adicionais de gastos ou de rendimentos não tributáveis, podendo estas diferenças ser temporárias ou permanentes.

A Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC") à taxa de 17% sobre a matéria coletável. A tributação é acrescida de Derrama Municipal a uma taxa de até 1% sobre o lucro tributável.

O gasto relativo ao imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente com o diferido.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

RESPONSABILIDADES COM LOCAÇÕES

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a Sociedade detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a Sociedade não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando existe a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não, que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Sociedade divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

O reconhecimento inicial da provisão é efetuado por débito nos resultados, sendo a reversão da mesma efetuada quando o acontecimento que lhe esteve na origem deixa de ser provável. A reversão da provisão é identicamente refletida nos resultados do exercício.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas, divulgados nas notas anexas quando for provável a existência de benefícios económicos futuros.

ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes faturados são registados nas rubricas de diferimentos.

RÉDITO

O rédito é reconhecido líquido de imposto, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Na determinação do valor do rédito, a Empresa avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais a Empresa efetua a sua melhor estimativa.

O rédito é registado na demonstração dos resultados quando é transferido o controlo sobre o produto ou serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do produto ou serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados.

O preço de transação de cada contrato é estimado com base nos montantes a receber pela Empresa, deduzidos de montantes cobrados em nome de terceiros, incluindo montantes fixos e variáveis (desde que seja altamente provável que o rédito não vai ser revertido) e tendo em consideração eventuais componentes de financiamento.

GASTOS/RENDIMENTOS DE FINANCIAMENTOS

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Empresa reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial de um ativo financeiro ou passivo financeiro é efetuada ao justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo financeiro devem ser incluídos no justo valor, no caso dos ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja o justo valor.

IMPARIDADE

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor.

Se existir evidência objetiva de imparidade, o montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor atual dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro, podendo ser revertida em período subsequente se deixar de existir prova objetiva de imparidade. O montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno do mercado corrente para um ativo financeiro semelhante, não podendo ser revertida em períodos subsequentes.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira e antes da data de emissão das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira e antes da data de emissão das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre situações que ocorram após essa data são divulgados no anexo às demonstrações financeiras se materialmente relevantes.

3.3 PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Sociedade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do exercício de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Gerência e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Gerência, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que estão abaixo indicadas. De referir que a Sociedade durante o exercício de 2024, reviu os pressupostos utilizados no cálculo das suas estimativas e não houve necessidade de efetuar alterações significativas.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Empresa quanto à existência de prova objetiva de imparidade e da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores incluindo o fator de atualização financeira (à taxa de juro original efetiva ou que resultaria no momento do reconhecimento inicial do ativo em causa).

Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, de acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido reporte prejuízos fiscais, deduções de crédito de imposto, bom como quaisquer outras deduções (em que este prazo passará a ser o do exercício desse direito).

Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento de ativos por impostos diferidos tem por base projeções da Empresa, que demonstram a existência de lucros tributáveis futuros.

3.4 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Não foram identificadas pelo órgão de gestão da Empresa situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da Empresa.

4 FLUXOS DE CAIXA

Os meios financeiros líquidos (Caixa e seus equivalentes), constantes na Posição Financeira em 31 de dezembro de 2024, estão totalmente disponíveis para uso. Os meios financeiros líquidos são constituídos exclusivamente por depósitos à ordem.

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Com referência a 31 de dezembro de 2024, os ativos fixos tangíveis detidos pela Empresa podem ser apresentados conforme quadro seguinte, sendo igualmente apresentada a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período.

(Euros)

Quantia Bruta Escriturada	2023	Adições	Outros	Reavaliação	2024
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e Outras Construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento Transporte	0,00	30.882,25	0,00	0,00	30.882,25
Equipamento Administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento Básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros AFT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AFT em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	30.882,25	0,00	0,00	30.882,25
Depreciação Acumulada	2023	Depreciação	Outros	Imparidade	2024
Edifícios e Outras Construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento Transporte	0,00	643,38	0,00	0,00	643,38
Equipamento Administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento Básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros AFT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AFT em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	643,38	0,00	0,00	643,38
Quantia Escriturada Líquida	0,00				30.238,87

O valor das depreciações relativas a ativos fixos tangíveis pode ser apresentado da seguinte forma:

(Euros)

Depreciação do Exercício	2024	2023
Edifícios e Outras Construções	0,00	0,00
Equipamento Transporte	643,38	0,00
Equipamento Administrativo	0,00	0,00
Equipamento Básico	0,00	0,00
Outros AFT	0,00	0,00
Totais	643,38	0,00

6 INVENTÁRIOS

Com referência a 31 de dezembro de 2024, a rubrica de inventários é apresentada da seguinte forma:

(Euros)

Inventários	2024	2023
Inventários	3.613.728,11	0,00
Total	3.613.728,11	0,00

7 CLIENTES

Com referência a 31 de dezembro de 2024, a rubrica de clientes é apresentada da seguinte forma:

(Euros)

Clientes	2024	2023
Clientes Conta Corrente	472.568,60	0,00
Clientes-Factoring	32.955,01	0,00
Total	505.523,61	0,00

Os saldos apresentados decorrem da normal atividade da Entidade, não apresentando quaisquer indícios de imparidade.

9 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Com referência a 31 de dezembro de 2024, a rubrica de Estado e Outros Entes Públicos pode ser apresentada da seguinte forma:

(Euros)

Ativo	2024	2023
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	203.700,45	2.374,66
Outras contribuições	0,00	0,00
Total	203.700,45	2.374,66
Passivo		
	2024	2023
Imposto sobre o rendimento	6.043,98	0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	0,00
Total	6.043,98	0,00

10 OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

As rubricas de outras contas a receber e a pagar podem ser decompostas da seguinte forma:

(Euros)

Outras contas a receber	2024	2023
Devedores p/acrêscimos de rendimentos	102.692,43	0,00
Outros devedores diversos	55,00	0,00
Total	102.747,43	0,00
Outras contas a pagar		
	2024	2023
Outros acréscimos de gastos	18.745,00	0,00
Outros credores diversos	846,80	50.823,73
Total	19.591,80	50.823,73

11 CAPITAL SOCIAL

A 31 de dezembro de 2024 a empresa detinha um capital social de 5.000 euros, totalmente realizado.

Não existem quaisquer direitos preferenciais nem restrições associadas à distribuição de dividendos ou ao exercício do direito de voto.

Não existem ações próprias.

12 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Com referência a 31 de dezembro de 2024, os financiamentos obtidos (financiamentos da Banca), considerando a sua exigibilidade, foram divididos nas seguintes categorias:

(Euros)

Financiamentos Obtidos	2024 Não corrente	2023 Não corrente
Empréstimos	0,00	0,00
Locações Financeiras	-4.520,69	0,00
Factoring/Confirming	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Total	-4.520,69	0,00

Finaciamentos Obtidos	2024 Corrente	2023 Corrente
Empréstimos	0,00	0,00
Locações Financeiras	-33.464,48	0,00
Factoring/Confirming	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Total	-33.464,48	0,00

13 FORNECEDORES

A rubrica de fornecedores apresentou um aumento significativo face ao exercício anterior, justificado pelo início de atividade da Empresa no decurso do exercício de 2024.

(Euros)

Fornecedores	2024	2023
Fornecedores Conta Corrente	4.718.385,85	2.902,50
Fornecedores-Factoring	0,00	0,00
Total	4.718.385,85	2.902,50

14 RÉDITO

Com referência a 31 de dezembro de 2024, o rédito da empresa pode ser apresentado da seguinte forma:

(Euros)

Rédito	2024	2023
Vendas (mercado interno)	3.307.278,04	0,00
Prestações de serviços (mercado interno)	145.283,08	0,00
Total das vendas e prestações de serviços	3.452.561,12	0,00

15 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

O Custo das mercadorias vendidas e das Matérias consumidas pode ser apresentado da seguinte forma:

(Euros)

CMVMC	2024	2023
Existências iniciais	0,00	0,00
Compras	6.717.824,85	0,00
Regularização de existências	0,00	0,00
Existências finais	3.613.728,11	0,00
Total	3 104 096,74	0,00

16 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos pode ser apresentada da seguinte forma:

(Euros)

Fornecimentos e Serviços Externos	2024	2023
Subcontratos	2.637,16	0,00
Trabalhos especializados	56.729,20	10.292,12
Publicidade e propaganda	10.396,00	0,00
Honorários	750,00	1.500,00
Comissões	400,00	0,00
Serviços Bancários	9.719,17	80,18
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2.385,04	0,00
Material de escritório	28,10	0,00
Material de escritório	101,64	0,00
Deslocações e estadas	7.637,14	0,00
Transportes de mercadorias	204.738,22	0,00
Rendas e alugueres	7.000,00	0,00
Comunicação	82,59	0,00
Seguros	7.617,45	0,00
Contencioso e notariado	255,00	969,71
Despesas de representação	3.525,94	0,00
Limpeza, higiene e conforto	19,91	0,00
Total	314.022,56	12.842,01

17 GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de Gastos com Pessoal não apresenta saldos nos exercícios em apreço.

18 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A rubrica de imposto sobre o rendimento pode ser apresentada da seguinte forma:

(Euros)

Imposto sobre o Rendimento do Período	2024	2023
Imposto Corrente	6.043,98	0,00
Imposto Diferido	0,00	0,00
Total	6.043,98	0,00

19 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Empresa não tem qualquer dívida em mora ao Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente à Segurança Social e ao Estado.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, informa-se que não foram concedidas quaisquer autorizações para negócios entre a Sociedade e os seus Gerentes.

Não se registaram factos ambientais nem laborais dignos de relevância.

Não foram executadas quaisquer atividades de investigação e desenvolvimento.

20 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

20.1 AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelos Gerentes da empresa no dia 28 de fevereiro de 2025.

20.2 ATUALIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO ACERCA DAS CONDIÇÕES À DATA DO BALANÇO

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras, não ocorreram ou não houve informação acerca de quaisquer outros factos relevantes que pudessem significar alteração da situação à data do balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

Albergaria-a-Velha,
28 de fevereiro de 2025

A Gerência

*Jorge Armando Mendes Loureiro, Maria Madalena Videira da Silva Pinheiro,
Bruno Miguel Coelho Brandão*



07.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

MENSAGEM DA DIREÇÃO ESG E SUSTENTABILIDADE

CAROS ASSOCIADOS, STAKEHOLDERS E PARCEIROS

É com enorme orgulho e sentido de responsabilidade que apresento, enquanto Diretor de ESG da Unimadeiras, o Relatório de Dupla Materialidade, um marco estratégico no nosso percurso rumo à certificação ESG (Environmental, Social, and Governance). Este documento reflete o compromisso da nossa empresa com a adoção das melhores práticas internacionais e a criação de valor sustentável para todos os nossos stakeholders.

Na Unimadeiras, acreditamos que a sustentabilidade não é apenas uma obrigação moral, mas uma oportunidade de liderar e inovar num mercado cada vez mais exigente. A conclusão da nossa Análise de Dupla Materialidade em 2024 representa o primeiro grande passo nesta transformação, permitindo-nos identificar os temas mais relevantes para o nosso negócio e para as comunidades que servimos.

Este relatório é um reflexo do alinhamento da Unimadeiras com metas globais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Acordo de Paris e as diretrizes da Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD). Estas referências internacionais orientam a nossa estratégia, garantindo que as nossas práticas estejam em sintonia com os desafios ambientais, sociais e de governança do nosso tempo.

Por que este relatório é essencial?

Transparência e Confiança: Este documento reforça o nosso compromisso em informar os nossos acionistas e stakeholders sobre as iniciativas e avanços em sustentabilidade, promovendo uma comunicação clara e responsável.

Base Estratégica para o Futuro: A análise realizada fornece os alicerces para metas ambiciosas que guiarão as próximas fases do nosso processo ESG, desde a ampliação de áreas certificadas até à implementação de práticas inovadoras de economia circular.

Criação de Valor Sustentável: O Relatório de Dupla Materialidade destaca como as nossas ações equilibram impacto ambiental, responsabilidade social e desempenho financeiro, assegurando a resiliência e a competitividade da Unimadeiras no longo prazo.

Compromisso com a Excelência: Estamos conscientes de que a obtenção da certificação ESG será um processo desafiador, mas estamos igualmente confiantes de que este é o caminho certo para o futuro da Unimadeiras. Este relatório não apenas marca o início desse percurso, mas também evidencia a nossa determinação em ser uma referência no setor, integrando critérios de sustentabilidade em todas as dimensões da nossa operação.

Agradecemos a todos os nossos acionistas, associados e parceiros pelo vosso apoio contínuo e confiança.

É convosco que partilhamos esta visão e é convosco que construiremos um futuro mais verde, mais justo e mais próspero para a Unimadeiras e para as gerações vindouras.

Direção de ESG e Sustentabilidade, UNIMADEIRAS S.A.

a) COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade ocupa um lugar central no contexto global, impulsionada pela urgência da crise climática e pela necessidade de uma transição para modelos de desenvolvimento mais responsáveis. Neste cenário, a Unimadeiras reforça o seu compromisso com a sustentabilidade, avançando na implementação da sua estratégia e consolidando a divulgação do seu desempenho nas áreas ambiental, social e de governança (ESG).

Integrar a sustentabilidade nas suas operações e processos de tomada de decisão é uma prioridade para a Unimadeiras, permitindo criar valor a longo prazo para as comunidades onde opera e contribuir para um futuro mais justo e equilibrado.

Este capítulo apresenta os progressos alcançados em 2024 no âmbito do plano interno de sustentabilidade, refletindo os esforços contínuos da empresa para integrar práticas sustentáveis na estratégia e operações.

ANÁLISE DE DUPLA MATERIALIDADE

A Análise de Dupla Materialidade é uma ferramenta essencial para avaliar, de forma integrada, o impacto da atividade no ambiente e na sociedade, e o impacto da sustentabilidade nas operações da organização. Esta abordagem considera duas perspetivas complementares: a materialidade de impacto (inside-out), que avalia os efeitos das atividades da organização no ambiente e na sociedade, e a materialidade financeira (outside-in), que analisa os riscos e oportunidades da sustentabilidade no desempenho da empresa.

Em 2024, em conformidade com os requisitos da Corporate Sustainability Reporting Directive¹ (CSRD), a Unimadeiras realizou, pela primeira vez, um exercício de Análise de Dupla Materialidade. Este processo teve como principais objetivos:

- Identificar os temas materiais, essenciais para a definição e execução da sua estratégia:
 - Materialidade de impacto:** Avaliação dos impactos significativos, positivos ou negativos, que as operações da Unimadeiras e a sua cadeia de valor geram sobre o ambiente e a sociedade, considerando diferentes horizontes temporais (curto, médio e longo prazo).
 - Materialidade financeira:** Análise dos riscos e oportunidades associados a cada tema, bem como o seu impacto potencial no valor da empresa, resultante das mudanças que possam afetar o negócio ao longo do tempo.
- Divulgar os Impactos, Riscos e Oportunidades (IRO) associados aos temas materiais identificados, garantindo maior transparência e alinhamento com as expectativas dos stakeholders e as exigências regulatórias.

Este exercício representa um passo fundamental na consolidação da estratégia de sustentabilidade da Unimadeiras, reforçando o seu compromisso com uma gestão responsável e alinhada com os desafios e oportunidades da transição sustentável.

¹CSRD - Corporate Sustainability Reporting Directive, <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:32022L2464>

O exercício de análise de Dupla Materialidade foi realizado de acordo com a orientação da EFRAG², seguindo um processo de quatro etapas tal como identificado na Figura 1.



Figura 1
Etapas da Análise de Dupla Materialidade

A identificação dos temas materiais baseou-se na informação disponível à data, recolhida a partir de diversas fontes, incluindo: a análise de diagnóstico realizada com base na documentação fornecida pela empresa; a revisão de diretivas, regulamentos, políticas e tendências a nível nacional, europeu e internacional³; e uma análise de benchmark setorial, comparando práticas de empresas com atividades similares no setor.

1ª ETAPA

Nesta fase, foi identificada uma primeira lista de 20 temas ESG potencialmente materiais, com base na análise de diversos documentos internos da Unimadeiras relacionados com a sustentabilidade, nomeadamente:

- Manual de Gestão da Unimadeiras
- Plano de Gestão Florestal
- Plano de Gestão da Biodiversidade
- Avaliação de Riscos e Impactes na Gestão Florestal

Adicionalmente, foi recolhida e analisada informação setorial sobre as melhores práticas de ESG. A análise de benchmark teve por base a consulta de informação pública de empresas selecionadas, incluindo grandes empresas inseridas na cadeia de valor da Unimadeiras, envolvidas na gestão de floresta própria e de terceiros, na capacitação de produtores florestais através de ações de formação e na prestação de serviços de gestão florestal.

²Implementation Guidance – Materiality Assessment

³Para a elaboração da lista longa de temas potencialmente materiais para a UNIMADEIRAS, foram analisados os seguintes documentos: European Green Deal, a Sustainable Finance Disclosure Regulation (SFDR), a Taxonomia Ambiental e Social, a Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD), a Corporate Sustainability Due Diligence Directive (CSDDD), as recomendações da Task-Force on Climate related Financial Disclosures (TCFD) e da Task-Force on Nature related Financial Disclosures (TNFD), e a nível nacional a Lei Portuguesa do Clima.



O objetivo deste processo foi identificar prioridades estratégicas e temas relevantes de sustentabilidade, bem como mapear os principais compromissos e melhores práticas implementadas pelas empresas do setor. Neste contexto, foram analisados os temas materiais, o posicionamento em ESG, as práticas e políticas de sustentabilidade adotadas, bem como os referenciais de reporte utilizados.

2ª ETAPA

O passo seguinte consistiu na identificação dos principais impactes, riscos e oportunidades (IRO) associados à atividade da Unimadeiras ao longo da sua cadeia de valor, considerando cada um dos temas materiais previamente identificados.

Para este fim, foi realizado um workshop de auscultação de stakeholders internos, no dia 30 de julho de 2024, contando com a participação de sete colaboradores de diferentes áreas da empresa. Durante a sessão, foram identificados os impactes positivos e negativos de cada tema, bem como os riscos e oportunidades que podem influenciar a Unimadeiras, incluindo potenciais implicações financeiras.

Este exercício teve uma abordagem abrangente, considerando toda a cadeia de valor: os madeireiros, produtores florestais e comunidades (a montante), os colaboradores da empresa (operações diretas) e o setor financeiro e clientes (a jusante).

Como resultado, foi identificada uma lista de 91 IRO associados a 20 temas potencialmente materiais, distribuídos pelos eixos ambiental, social e de governança.

A avaliação, realizada de forma quantitativa e qualitativa, envolveu a participação de partes interessadas internas e externas e decorreu em três fases complementares:

- Questionário a colaboradores
- Auscultação de partes interessadas e avaliação dos temas materiais
- Análise crítica pelos responsáveis de Sustentabilidade e ESG

3ª ETAPA

A avaliação⁴ incluiu a análise do horizonte temporal de cada IRO identificado, bem como a sua relação com a operação direta da Unimadeiras ou a sua localização ao longo da cadeia de valor. Este processo permitiu uma visão mais abrangente sobre os desafios e oportunidades que podem influenciar a empresa e os seus stakeholders.

⁴A avaliação quantitativa da materialidade financeira considera a magnitude e probabilidade dos Riscos e Oportunidades identificados
A avaliação quantitativa da materialidade de impacto considera a escala, âmbito, e no caso dos impactes negativos a irremediabilidade dos mesmos



Considerando que as partes interessadas externas à Unimadeiras podem contribuir com diferentes visões sobre os potenciais impactos relacionados com a sustentabilidade, nomeadamente os IRO e temas já identificados, definiu-se como prioritário o envolvimento de entidades representantes dos parceiros financeiros, fornecedores e clientes, enquanto stakeholders. Esta auscultação de partes interessadas ocorreu em formato online, e incluiu entrevistas individuais e *focus groups*.

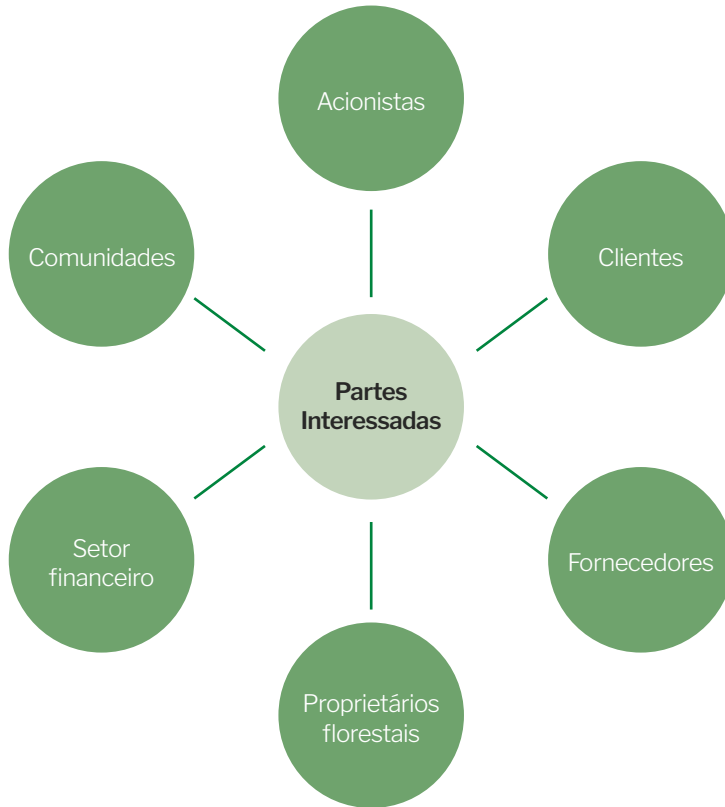


Figura 2
Stakeholders

O envolvimento dos stakeholders prioritários possibilita compreender melhor os impactos da atividade da Unimadeiras ao longo da cadeia de valor, identificar oportunidades de melhoria, e adaptar a estratégia para um impacto cada vez mais positivo. Os resultados desta auscultação permitiram validar os temas materiais previamente identificados.

4ª ETAPA

A metodologia da Análise de Dupla Materialidade define que, para um tópico ser material, basta que um dos subtópicos correspondentes seja material do ponto de vista da materialidade de impacto e/ou da materialidade financeira.

Tendo em consideração que um subtópico é considerado material se tiver pelo menos um impacto, risco ou oportunidade com uma classificação de materialidade superior ou igual a um determinado limiar, foi necessário definir esse limiar. Em resultado da análise de sensibilidade realizada conclui-se que devem ser considerados subtópicos materiais, todos aqueles que obtenham uma pontuação superior ou igual a 3 valores (numa escala de avaliação de 1 a 5).

Assim, a Unimadeiras assume a seguinte lista de seis temas materiais, que incluem 13 subtemas e 26 IRO.

- **3 temas ambientais**
 - Alterações Climáticas
 - Biodiversidade
 - Economia Circular
- **2 temas sociais**
 - Colaboradores da empresa
 - Trabalhadores na cadeia de valor
- **1 tema governança**
 - Conduta empresarial

Após a concretização das quatro etapas enunciadas, foi possível obter a seguinte matriz de dupla materialidade que resulta numa identificação clara dos temas materiais para a Unimadeiras.

Os temas materiais foram organizados numa matriz de quatro quadrantes, tendo cada quadrante o seguinte significado:

- Temas não materiais
- Temas de materialidade financeira
- Temas de dupla materialidade
- Temas de materialidade de impacto





	Materialidade Financeira	Dupla Materialidade
Materialidade Financeira		<ul style="list-style-type: none"> E1 - Adaptação às alterações climáticas E1 - Mitigação das alterações climáticas S1 - Condições de Trabalho S2 - Condições de Trabalho S2 - Segurança no Trabalho
	<ul style="list-style-type: none"> E2 - Poluição E3 - Água e Recursos Marinhos E5 - Economia Circular: Resíduos S3 - Direitos económicos, sociais e culturais das comunidades S4 - Impactos relacionados com a informação prestada aos consumidores e/ou utilizadores finais G1 - Envolvimento político G1 - Corrupção e suborno 	<ul style="list-style-type: none"> E1 - Energia E4 - Impactes na Extensão e Condições do Ecossistema E4 - Impacto direto na perda de biodiversidade E5 - Fluxo de entrada de materiais usados na produção, incluindo embalagens E5 - Fluxo de saída de recursos relacionados c/ produtos e serviços S1 - Igualdade de tratamento e oportunidades para todos S2 - Igualdade de tratamento e oportunidades para todos G1 - Cultura Empresarial G1 - Gestão da relação com fornecedores, incluindo práticas de pagamento
	Não Material	Materialidade de Impacte
	Materialidade de Impacte	

A matriz de materialidade apresentada reflete a realidade e o contexto específicos do período em que o exercício foi realizado (2º semestre de 2024). No entanto, esta não é estática, podendo ser ajustada sempre que alterações no contexto interno ou externo da empresa o justifiquem. Fatores como atualizações regulamentares, eventos externos imprevistos, mudanças nas tendências de mercado ou maior pressão por parte de stakeholders podem influenciar a relevância dos temas materiais ao longo do tempo.

Sendo a abordagem de dupla materialidade relativamente recente e em constante evolução, o próximo exercício irá incorporar melhorias metodológicas, com o objetivo de aperfeiçoar a recolha e análise de informação, assegurando uma avaliação mais precisa e alinhada com as melhores práticas do setor.

b) ABORDAGEM ESTRATÉGICA À SUSTENTABILIDADE

Para responder às exigências do mercado, regulamentares e financeiras, a Unimadeiras realizou um diagnóstico prévio sobre os temas ESG, identificando práticas já estabelecidas e consolidadas em cada um dos seus eixos:

AMBIENTAL

- Análise de riscos e impactos nos ecossistemas decorrentes da intervenção humana na floresta.
- Definição e promoção de boas práticas florestais, através da partilha de conhecimento com proprietários, ações de formação e documentação técnica.
- Mapeamento da floresta para melhor gestão e monitorização.

SOCIAL

- Promoção da saúde e segurança ao longo da cadeia de valor.
- Estratégias para atração e retenção de talento.

GOVERNANÇA

- Integração da sustentabilidade na gestão estratégica.
- Manutenção de boas práticas comerciais, incluindo relações responsáveis com fornecedores e prazos curtos de pagamento.
- Garantia de colocação eficiente dos produtos no mercado.

Dando continuidade ao seu compromisso com a sustentabilidade e em alinhamento com a CSRD, a Unimadeiras decidiu avançar com a implementação da sua Estratégia de Sustentabilidade, estruturada em três dimensões principais:

MONTANTE (CADEIA DE ABASTECIMENTO FLORESTAL)

- Expansão da área florestal certificada.
- Regeneração da floresta e promoção da biodiversidade.
- Adesão a boas práticas de gestão florestal.

OPERAÇÕES

- Desenvolvimento da Política de Sustentabilidade.
- Implementação do reporte de acordo com as normas ESRS.
- Exploração de oportunidades no mercado de carbono.

JUSANTE (MERCADO E PRODUTOS)

- Adaptação à contração do mercado de papel.
- Desenvolvimento de novos produtos e mercados, como a produção de pellets.
- Conformidade com o Regulamento Europeu do Desflorestamento⁵ (EUDR).

⁵EUDR – Regulação Europeia de não Desflorestação

Esta estratégia visa não só garantir a conformidade com os requisitos regulatórios, mas também preparar a empresa para os desafios e oportunidades emergentes no setor, promovendo um modelo de negócio mais sustentável e resiliente.

A Unimadeiras definiu como prioridade adotar um posicionamento estratégico em matéria de sustentabilidade. Com este intuito, foram definidas a Visão e Missão para 2030:

Visão para 2030

A nossa visão é ser uma referência na transformação do setor florestal, promovendo um modelo de negócio regenerativo que harmoniza prosperidade económica, responsabilidade ambiental e impacto social positivo. Aspiramos a fortalecer a cadeia de valor da madeira, impulsionando inovação e criando oportunidades que elevem a sustentabilidade como eixo central do desenvolvimento.

Missão

Cuidamos da floresta e das suas oportunidades, criando valor através da excelência operacional, da otimização de processos e da adoção das melhores práticas ao longo de toda a cadeia produtiva.

Colocamos as pessoas no centro de tudo o que fazemos, queremos gerar impacto real, impulsionar comunidades, fortalecer relações e promover um equilíbrio onde o crescimento económico e a sustentabilidade caminham lado a lado.

COMPROMISSO COM A AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

A Agenda 2030 das Nações Unidas estabelece um quadro global para o desenvolvimento sustentável, traduzido nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Estes objetivos abordam desafios globais fundamentais, desde a erradicação da pobreza e o acesso à educação, até à promoção da igualdade de género, transição energética, trabalho digno e conservação dos ecossistemas terrestres e marinhos.

Os ODS representam uma visão partilhada para um futuro mais sustentável e equitativo, orientando países, organizações e a sociedade em geral na construção de uma economia mais justa e resiliente. Neste contexto, o setor empresarial desempenha um papel essencial na implementação de soluções inovadoras e na adoção de práticas responsáveis, contribuindo ativamente para a transformação sustentável da economia e da sociedade.



O Grupo de Soluções Florestais⁶ (FSG) do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) é uma plataforma global que reúne empresas líderes do setor florestal para desenvolver e partilhar soluções inovadoras para a sustentabilidade.

Em 2019, este grupo internacional publicou o Roteiro dos ODS para o Setor Florestal⁷, um referencial estratégico que orienta a contribuição do setor para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Com base neste documento, a Unimadeiras identificou e validou os seus ODS prioritários, alinhando-os com os temas estratégicos definidos na análise de dupla materialidade.



c) LINHAS DE AÇÃO FUTURA

Considerando os diversos desafios que se apresentam, é indiscutível que a implementação de práticas sustentáveis na Unimadeiras pode gerar benefícios substanciais em várias áreas e setores.

A análise de dupla materialidade realizada em 2024 foi fundamental para estabelecer as prioridades de gestão e as estratégias a serem adotadas, com o objetivo de minimizar os impactos negativos das atividades da Unimadeiras e maximizar os positivos.

No âmbito ambiental, a gestão florestal no combate às alterações climáticas, a utilização eficiente dos recursos naturais e a minimização dos impactos sobre a biodiversidade são metas essenciais. Através da adoção de tecnologias limpas, da otimização do consumo energético e da gestão responsável dos resíduos, a Unimadeiras pode contribuir para a mitigação das alterações climáticas e para a preservação ambiental.

No plano social, a Unimadeiras deve assegurar a segurança e o bem-estar das comunidades afetadas pelas suas atividades. Isso envolve a implementação de práticas laborais justas e seguras, o respeito pelos direitos humanos e a promoção de um envolvimento ativo com as partes

⁶<https://www.wbcsd.org/actions/forest-solutions-group/>

⁷https://docs.wbcsd.org/2019/07/WBCSD_Forest_Sector_SDG_Roadmap.pdf

interessadas. Adicionalmente, a empresa pode impulsionar o desenvolvimento social, investindo em projetos que beneficiem as comunidades locais, como a criação de postos de trabalho e a melhoria das condições de vida.

Do ponto de vista econômico, uma estratégia de sustentabilidade bem definida pode proporcionar à Unimadeiras vantagens competitivas. A adoção de práticas inovadoras e eficientes pode reduzir custos operacionais, aumentar a resiliência das infraestruturas e atrair investimentos de longo prazo.

Apesar dos avanços significativos alcançados em 2024, a Unimadeiras tem a intenção de reforçar ainda mais o seu compromisso com a sustentabilidade em 2025 e nos anos seguintes. Neste contexto, reconhece a importância de:

- Adotar uma Política e Estratégia de Sustentabilidade que oriente toda a organização em direção a práticas mais sustentáveis. Em 2025, será definida a Estratégia de Sustentabilidade 2030, com o estabelecimento de metas claras e mensuráveis, que refletirão a ambição da empresa em relação à sustentabilidade.
- Medir a pegada de carbono corporativa da Unimadeiras, permitindo a monitorização contínua do impacto ambiental da sua atividade.
- Implementar uma Política de Fornecedores com critérios de sustentabilidade. Esta política garantirá que todas as decisões de compra considerem critérios ESG, com o objetivo de reduzir a pegada de carbono da Unimadeiras e minimizar os impactos ambientais e sociais adversos. A política também incentivará os fornecedores a adotarem práticas mais sustentáveis, promovendo, assim, uma cadeia de abastecimento mais responsável e alinhada com os objetivos de sustentabilidade.

A Unimadeiras está determinada a avançar no caminho da sustentabilidade, adotando uma abordagem proativa e comprometendo-se plenamente com os seus objetivos. A implementação destas medidas reforça o compromisso da empresa e o seu propósito: regenerar a floresta e impulsionar um futuro mais sustentável.



***CERTIFICAÇÃO
LEGAL DE CONTAS***

***RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL***

EXERCÍCIO 2024



unimadeiras
A FLORESTA É A NOSSA VIDA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de UNIMADEIRAS – Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A. que compreendem o balanço em 31/12/2024 (que evidencia um total de 34.285.309,58 euros e um total de capital próprio de 10.588.148,72 euros, incluindo um resultado líquido de 1.558.325,09 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluindo informações materiais sobre a política contabilista.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de UNIMADEIRAS – Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A. em 31/12/2024 o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com reservas

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as IFRS, no entanto as demonstrações financeiras comparativas, relativas ao exercício findo a 31 de dezembro de 2023, não foram reexpressas de acordo com o novo normativo. Face ao exposto, não nos foi possível aferir da razoabilidade comparativa das demonstrações financeiras.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Gondomar, 25 de março de 2025



Lurdes Susana Mendes Amorim

Revisor Oficial de Contas n.º 1671

Inscrita da CMVM sob o n.º 20161281

3/3

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Em conformidade com a legislação em vigor e com Estatutos da sociedade, vimos submeter à apreciação dos Senhores Acionistas, o relatório sobre a atividade desenvolvida e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício de 2024 de UNIMADEIRAS – Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A., os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa.

Relatório

No decorrer deste exercício acompanhámos com regularidade a evolução das operações e investimentos da Empresa e procedemos às verificações que considerámos necessárias ao desempenho das funções que nos estão confiadas. Efetuamos reuniões trimestrais conjuntas com o Conselho de Administração, tendo sempre obtido por partes desde Conselho e dos serviços, os esclarecimentos solicitados.

Analisamos os documentos apresentados pelo Conselho de Administração, designadamente o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados por natureza, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os respetivos Anexos.

Apreciamos a Relatório do Revisor Oficial de Contas que integra este conselho. Tomámos conhecimento da Certificação Legal de Contas, cuja opinião contém uma reserva.

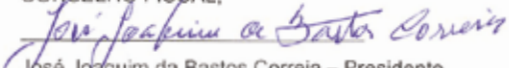
Parecer

Face ao exposto, somos de Parecer:

- a) Que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024;
- b) Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração;
- c) Um voto de louvor ao Conselho de Administração e Colaboradores, pelo esforço e dedicação demonstrados no desempenho das suas funções.

Albergaria-a-Velha, 25 de março de 2025

CONSELHO FISCAL,


José Joaquim da Bastos Correia – Presidente


Manuel F. Pedrosa – Vogal


Lurdes Susana Mendes Amorim – Revisor Oficial de Contas



A FLORESTA É UM BEM PRECIOSO QUE TEMOS DE SABER CUIDAR





